



QUINTA DO AMPARO

CASA GRANDE DE ROMARIGÃES

Uma proposta de dinamização
turística no Alto Minho

Aquilino Machado

Aquilino Machado | Junho de 2012

«Como eu faria da Quinta do Amparo um jardim maravilhoso, a minha estância de contemptor do Mundo, e de Nossa Senhora, esta doce imagem de faces bochechudinhas, minha amiga do coração?! A Primavera, tantas vezes rebelde ao calendário, rejuvenesce tudo menos o homem. As leis da ciclicidade física assim o mandam. Para o ano, por esta altura, voltarão as aves a cantar. Que chova, que faça um sol radioso, com o mundo pletórico de seiva ou mais aganado, à triste planta humana é que nada a afasta da sua carreira para a morte, Será ela a obra-prima da Criação ou a pior de todas” (“A Casa Grande de Romarigães”, 2007: 289)

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	3
ÍNDICE DE IMAGENS	5
ÍNDICE DE QUADROS	7
RESUMO/ABSTRACT/RÉSUMÉ	8
I INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJECTO	10
I.1 Base de partida	11
2 TERRITÓRIOS LITERÁRIOS E PRÁTICAS DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL. UMA BREVE ANÁLISE CONCEPTUAL	14
2.1 Territórios literários, conceitos gerais e dinâmicas cidade-campo	15
2.2 As Paisagens Literários como projetos de dinamização turística em espaços rurais.	
Alguns exemplos no território português	20
3 ROTEIRO TERRITORIAL	27
3.1 Introdução, os propósitos de um roteiro	28
3.2 Delimitação geográfica	28
3.3 Caracterização Física e Ambiental	29
3.4 Valores Ecológicos	31
3.5 Património Histórico. A riqueza do Concelho e o centro gravitacional da Quinta do Amparo	36
3.6 Estrutura Demográfica e Sectores de Actividades	41
37 Educação e Qualificação	45
3.8 Recursos Turísticos existentes no concelho de Paredes de Coura	47
3.8.1 Introdução	47
3.8.2 Oferta e procura no Concelho de Paredes de Coura	53
3.9 Diagnóstico Síntese	58

4 ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO: A QUINTA DO AMPARO – UM TESOIRO LITERÁRIO DO ALTO MINHO	62
4.1 Pressupostos iniciais	63
4.2 “A Casa Grande de Romarigães”: um território literário	65
4.3 Linhas de Orientação Estratégica: Modelo Desenvolvimento Proposto	80
4.4 Estratégia Proposta	80
4.4.1 Eixo Estratégico 1 Recuperação do legado patrimonial da Quinta do Amparo	81
4.4.2 Eixo Estratégico 2 Inovar na Quinta do Amparo de harmonia com a coesão territorial do Concelho de Paredes de Coura	95
4.4.3 Eixo Estratégico 3 Cooperar e agilizar as redes de colaboração com as entidades locais	106
4.4.4 Eixo Estratégico 4 Promover uma estratégia de Dinamização turística	114
5 REMATE CONCLUSIVO	120
6 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERENCIADA	130
7 ANEXOS	132

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Modelo da relação entre a paisagem e paisagem literária	17
Figura 2 - Promoção e interação em lugares turísticos	22
Figura 3 - Delimitação do Concelho de Paredes de Coura e Freguesias constituintes	28
Figura 4 - Carta Hipsométrica do Alto Minho	30
Figura 5 - Carta Patrimonial do Concelho de Paredes de Coura	39
Figura 6 - Distribuição da população empregada, residente em Paredes de Coura	45
Figura 7 - Recursos Patrimoniais do Alto Minho (Naturais e Construídos)	52
Figura 8 - Aquilino Ribeiro na «Casa Grande de Romarigães», em 1962	64
Figura 9 - Localização da Quinta do Amparo	66
Figura 10 - Aquilino Ribeiro junto à capela de Nossa Senhora do Amparo, 1956	68
Figura 11 - Ortofotomapa - Localidade de Romarigães Zonamento da Quinta do Amparo	69
Figura 12 - Restauro da Capela N ^a Sr ^a do Amparo	70
Figura 13 - Pormenor da Capela do Amparo/Casa Grande de Romarigães	71
Figura 14 - Casa Grande de Romarigães, perspectiva do Portão Principal	72
Figura 15 - Perspectiva da Fachada Exterior da Quinta do Amparo	73
Figura 16 - Modelo de Desenvolvimento Proposto	75
Figura 17 - Dias de Festa”. Concelho de Paredes de Coura	79
Figura 18. A - Edifício Quadrado junto à Capela Nossa Senhora do Amparo	82
Figura 18. B – Reconstituição da Casa Grande de Romarigães	82
Figura 19 - Espigueiro da Quinta do Amparo, anos cinquenta	84
Figura 20 - Carreira de acesso à fonte e à ribeira e à extremidade sudeste da propriedade	85
Figura 21 A e 21 B - Quinta do Amparo: situação actual	88
Figura 22 A e 22 B - Solução A proposta - Casas em banda e piscina biológica	89

Figura 23 A e 23 B - Solução B proposta - Casas dispersas e piscina biológica	90
Figura 24 - Adaptação de um projecto do Arq. Souto Moura para a Quinta do Amparo, com os pavões de “D. Telmo”	92
Figura 25 - Simulação do Interior de um quarto de uma das Casas de Campo	93
Figura 26 - Simulação de um dos ecrãs a colocar no espaço expositivo, utilizando uma imagem da Capela da Quinta do Amparo	97
Figura 27 - Enquadramento do Trilho Aquilino	98
Figura 28 - Trabalho em Linho da escola de Bordados de Paredes de Coura	100
Figura 29 - Workshops de fotografia na Quinta do Amparo aproveitando o enquadramento paisagístico do Trilho Aquilino	104
Figura 30- Estudo de logo para a Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães	114
Figura 31 - Projecto de Sinalética para a Quinta do Amparo	116
Figura 32 - Projecto de Sinalética – Painéis informativos com pequenos textos da “Casa Grande de Romarigães”	117
Figura 33 - Modelo Síntese Projecto de Dinamização Turística Quinta do Amparo/Casa Grande de Romarigães	123

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Paisagem Protegida de Corno do Bico	38
Quadro 2 - Variação da População Residente (2001-2011)	43
Quadro 3 - Indicadores de Educação relativos à região Minho Lima	47
Quadro 4 - Factores distintivos e acções a desenvolver na região turística do Porto e Norte, segundo o PENT	48
Quadro 5 - Recursos do Minho-Lima nas estratégias nacionais (PENT) e regionais (PROT-N) de desenvolvimento turístico	50
Quadro 6 - Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural – Oferta e a Procura – 2008	51
Quadro 7 - Identificação e Localização das Unidades TER existentes em 2012 (Paredes de Coura)	53
..	
Quadro 8 - Vectores Estratégicos de Intervenção Municipal/ CM Paredes de Coura	56
Quadro 9 - Síntese Potencialidades/Debilidades Oportunidades/Ameaças	60 a 62
Quadro 10 - Rede de Conectividades Intra-Concelhia	76
Quadro 11 - Rede de conectividades inter-concelhias	77
Quadro 12 - Base Económica	77
Quadro 13 - Sociedade Civil	78
Quadro 14 - Eixos Estratégicos e Acções Associadas	80
Quadro 15. A - Eixo Estratégico 1 – Recuperação do legado patrimonial da Quinta do Amparo	94
Quadro 15. B - Eixo Estratégico 1 – Recuperação do legado patrimonial da Quinta do Amparo	95
Quadro 16 - Eixo Estratégico 2 - Inovar na Quinta do Amparo de harmonia com a coesão territorial do Concelho de Paredes Coura	105
Quadro 17 - Eixo Estratégico 3 – Cooperar e agilizar as redes de colaboração com as entidades locais	112
Quadro 18 - Eixo Estratégico 4 – Promover uma Estratégia de Dinamização Turística	119
Quadro 19 - Financiamentos Elegíveis/Eixos Estratégicos 1, 2 e 4	125

A Quinta do Amparo, A Casa Grande de Romarigães – Uma aposta dinamização turística no Alto Minho.

Resumo

Este trabalho formula uma proposta de dinamização turística para uma região interior do Alto Minho. O território que se pretende impulsionar, a Quinta do Amparo, situada no concelho de Paredes de Coura, adquiriu bastante notoriedade no património cultural português, tanto pela respectiva qualidade do edificado como pela atmosfera imaterial que a envolve. Das suas ruínas físicas o escritor Aquilino Ribeiro efabulou a crónica romanceada do sítio, criando uma das mais sólidas obras literárias do século XX: «A Casa Grande de Romarigães».

A proposta de dinamização turística assenta numa estratégia que toma por base aquela paisagem literária, sustentada por um conjunto de actividades que gravitem em torno da sua narrativa. Mas a riqueza do património ancestral da quinta espalha-se pela região envolvente, e amplia a massa crítica do projecto a desenvolver. Este exercício de turismo em espaço rural detalha, em conformidade, vários eixos estratégicos que tomam a Quinta do Amparo como território de referência. Deverá ser lida no contexto de uma dinâmica potenciadora do concelho de Paredes de Coura, do seu território físico e da sua comunidade local, no fundo o principal agente deste espaço e deste quadro.

Palavras-chaves: paisagens literárias; turismo rural; coesão territorial; cooperação estratégica

Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães – In favour of a touristic stimulation of the Alto Minho Region.

Abstract

The present work formulates a touristic stimulation proposal for Alto Minho's interior. The territory we want to develop, the Quinta do Amparo, located in the commune of Paredes de Coura, has gained a high notoriety within the Portuguese cultural heritage, due to the quality of the build, as well as the encircling immaterial atmosphere. From the top of its physical ruins the Portuguese writer Aquilino Ribeiro composed this place's romanced account, creating thus "A Casa Grande de Romarigães", one of the strongest literary work of the 20th century.

The proposal of a touristic stimulation relies on a strategy based on this literary landscape, sustained by a cluster of activities that turn around its narrative. The excellence of the property's ancestral heritage spreads on its surroundings, actually heightening the critical mass of the project to develop. This exercise of tourism in a rural area details several strategic axes in accordance with the reference territory of Quinta do Amparo. It should be read in the context of a dynamic to leverage the Paredes de Coura commune, its physical territory and its local community, which is actually the primary agent of this area and surroundings.

Key-words: literary landscapes; rural tourism; territorial cohesion; strategic cooperation

Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães – Pour la dynamisation touristique du Alto Minho.

Résumé

Le travail présent formule une proposition de dynamisation touristique pour la région intérieure du Alto Minho. Le territoire que l'on veut développer, la Quinta do Amparo, situé dans la commune de Paredes de Coura, a acquis une grande notoriété au sein du patrimoine culturel portugais, autant de par la qualité du bâti que de par l'atmosphère immatérielle qui l'enveloppe. C'est du haut de ses ruines physiques que l'écrivain Aquilino Ribeiro a affabulé la chronique romancée de ce lieu, créant ainsi « A Casa Grande de Romarigães », l'une des œuvres littéraires les plus fortes du XX^e siècle.

La proposition de dynamisation touristique repose sur une stratégie fondée sur ce paysage littéraire, soutenue par un ensemble d'activités qui gravitent autour de son récit. Mais la richesse du patrimoine ancestral de la propriété s'épanche sur ses alentours et ne fait qu'élever la masse critique du projet à développer. Cet exercice de tourisme en espace rural détaille, en conformité, divers axes stratégiques avec pour territoire de référence la Quinta do Amparo. Elle devra être interprétée dans le cadre d'une dynamique avec un effet de levier sur la commune de Paredes de Coura, de son territoire physique et de sa communauté locale, qui est dans le fond l'agent principal de cet espace et de ce cadre.

Mots-clefs : paysages littéraires ; tourisme rural ; cohésion territoriale ; coopération stratégique



INTRODUÇÃO

I | INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJECTO

II | Base de partida

“A Casa Grande de Romarigães” constitui uma obra impar da literatura portuguesa. O romance marca sentimentalmente um território que em si mesmo representa e identifica uma região do interior de Portugal, com características marcadamente rurais. Sobre a marca física de uma quinta - “A Quinta do Amparo” – incide a capacidade criadora do escritor e do seu romance histórico. Da obra emana um espírito, uma intensidade tão forte que a presença física do sítio se revê nas evocações do texto e na memória dos feitos que ali terão ocorrido. Uma trama ficcional, a que todo o romance obedece, ajusta-se fielmente à geografia física e humana que lhe serviu de cenário e que assim começa:

“No seu solo abrigado e gordo nasceram as ervas, cuja semente bóia nos céus ou espera à tez dos pousios a vez de germinar. De permeio desabrocharam cardos, que são a flor da amargura, e a abrótea, a diabelha, o esfondílio, flores humildes, por isso mesmo troféus de vitória. Vieram os lobos, os javalis, os zagais com os gados, a infinita criação rusticana. Faltava o senhor, meio fidalgo, meio patriarca, à moda do tempo. Ora, certa manhã de Outono” (Aquilino Ribeiro, pp. 10-11).

A abordagem que se apresenta procurará estabelecer uma perspectiva metodológica visando estruturar os capítulos do Relatório para Obtenção do Título de Especialista. Pretende avaliar uma proposta de dinamização turística que tome por base o lastro daquela geografia ficcional, e beneficie da respectiva potencialidade promocional. A riqueza do património ancestral que está circunscrito ao perímetro da quinta, espalha-se pela região envolvente, e amplia a massa crítica do projecto a desenvolver.

A análise assentará sempre em duas perspectivas, uma ficcional, que apela para o nosso imaginário, e outra partindo do que ainda hoje é observável, na Quinta do Amparo, se projecta pelo concelho de Paredes de Coura.

Dentro desta via de interpretação, proceder-se-á a uma abordagem reflexiva sobre o conjunto de leituras exploratórias escolhidas e a partir daí fundamentar a temática do presente relatório.

Houve, para tanto que delimitar um corpo teórico, apropriado a este projecto e criar uma estrutura conceptual formal que enriquecesse a proposta destinada à Quinta do Amparo.

Assim, no que toca à estrutura deste trabalho de investigação apontar-se-á para o seguinte desenvolvimento:

- Ponto 1. Com carácter introdutório. Constará de um breve enquadramento conceptual das leituras exploratórias feitas consideradas pertinentes para robustecer o modelo de dinamização turística proposto;
- Ponto 2. Análise e Diagnóstico síntese onde se identifica as potencialidades/debilidades e enuncia as oportunidades/ameaças a que este território poderá estar sujeito, considerando o seu contexto local e regional;
- Ponto 3. Estratégia de Intervenção;
- Ponto 4. Plano de Intervenção – que enquadra por eixo estratégico os projectos e as acções relevantes para a estratégia de dinamização turística que se pretende implementar na Quinta do Amparo;
- Ponto 5. Remate Conclusivo.

Face ao eventual desenvolvimento destes pontos afigura-se prudente formular um conjunto de questões iniciais a esclarecer no decurso do trabalho:

- Que relevâncias poderão ter os territórios literários na consolidação de uma estratégia de sustentabilidade territorial?

- Poderá um território literário servir de base para uma estratégia de dinamização turística num espaço rural?

- De que forma um projecto desta natureza, com vocação turística, assente numa estratégia de investimento privado situado numa região do interior, conseguirá mobilizar outros parceiros públicos e privados, de molde a tornar-se em mais um projecto de dinamização de todo o concelho de Paredes de Coura?

As duas primeiras questões decorrem da abordagem feita através das diversas leituras exploratórias e, claro está, do detalhe a emprestar à proposta de dinamização turística da Quinta do Amparo/Casa Grande de Romarigães. A terceira questão corresponde a uma interrogação de carácter permanente que subsistirá para além da apresentação deste relatório, uma vez que o mesmo é apenas um estudo. Todavia, a dimensão literária da “Casa Grande de Romarigães” e a beleza da sua paisagem física levam-nos a antecipar que sim, que será possível. Como se estivesse a captar a narrativa secreta e mágica que continua subjacente na atmosfera de Romarigães. «A história falará de nós nas obras que deixarmos», disse Agustina Bessa Luís. É essa atmosfera de Romarigães que permanece bem viva para aqueles que visitem o local.

2.

TERRITÓRIOS LITERÁRIOS,
ANÁLISE CONCEPTUAL

2 | TERRITÓRIOS LITERÁRIOS E PRÁTICAS DE TURISMO EM ESPAÇO RURAL. UMA BREVE ANÁLISE CONCEPTUAL

2.1| Territórios literários, conceitos gerais e dinâmicas cidade-campo

A narrativa de alguns escritores reporta-se, por vezes, a determinados territórios sentimentais que servem de base à criação simbólica de cenário literários. Essa identificação está subjacente em muitas das suas obras literárias, sobretudo nas de natureza ficcional, despertando sentimentos de identidade e de pertença junto de quem compare os cenários descritos com os territórios reais.

Em consequência, a narrativa literária pode desempenhar um papel determinante na definição e na descoberta de novos roteiros turísticos a partir das memórias guardadas pelos leitores.

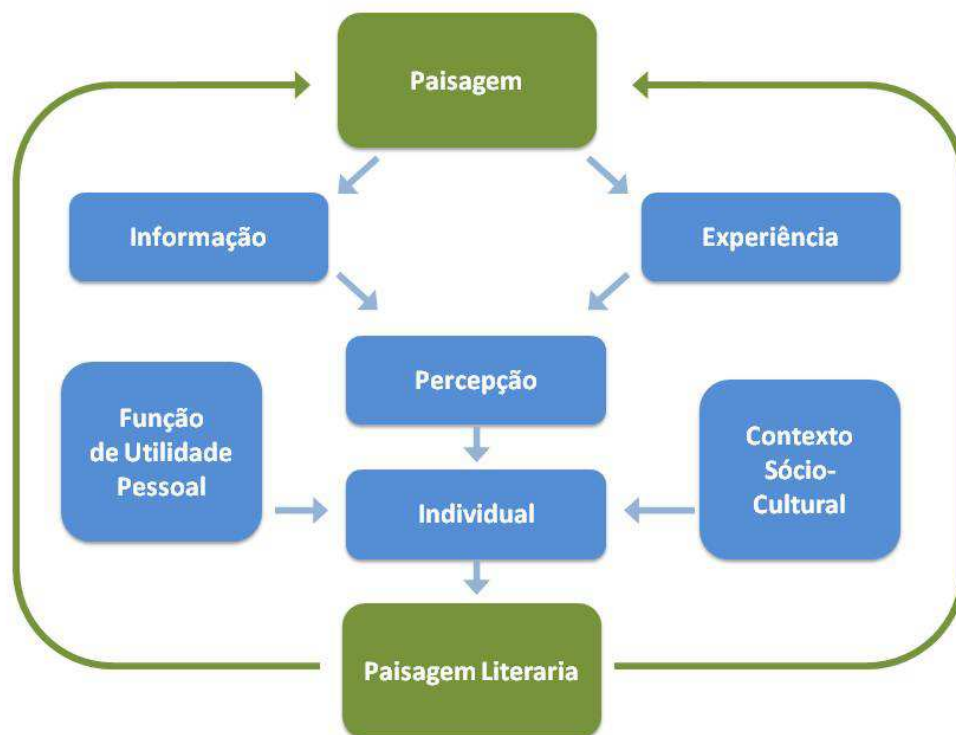
É exemplo disso o que se passou na Patagónia Chilena e na Argentina, conforme diz Bertrand Levy: “la Patagonie, après les livres de Bruce Chatwin, Paul Theroux, Francisco Coloane, est aussi devenue un nouveau territoire touristique très prisé après avoir été une terre à éviter” (2006: 26). No primeiro capítulo do seu admirável “In Patagonia” (1980), Bruce Chatwin fala-nos de como nasceu o seu interesse por esta região geograficamente tão distante, e de como um pedacinho de pelo avermelhado e rijo existente no aparador da sala de jantar da sua avó, “um pedaço de brontossauro” que depois seria identificado como um “branditério ou uma preguiça-gigante”, o terá levado a empreender até ela uma “viagem ideal”. Classificado como livro de viagens, contém diversas narrativas assentes num espantoso encadeado de acontecimentos que conformam um território literário identificável com o espaço físico da Patagónia. Este exemplo serve de metáfora inicial à abordagem dos vários conceitos que gravitam em torno dos territórios literários, e à compreensão de como uma fantasia literária suscitou um vivo interesse por um território real espelhado num livro de viagens elíptico e realista ao mesmo tempo.

Numa abordagem de cariz mais epistemológico, Isabel Queiroz (2009), defende numa tese de Doutoramento acerca da paisagem literária de Aquilino Ribeiro, uma interessante elucidação sobre o conceito de territórios literários e onde sublinha que estes se afirmam “no contexto geográfico pela sua condição de cenários” identificáveis “a partir de um escritor ou de uma obra” (2009: 16). A mesma investigadora num artigo recente, citando Estique (1979), designa-os “como «landscapes of the mind»: uma transposição interpenetrada pela realidade recordada e pela imaginação” (2010: 3). Iguamente estimulante, é o tema que Isabel Queiroz expõe referente ao modelo “de relação dos seres humanos com a paisagem desenvolvida pelo paisagista.” Ervin Zube (1987), fala numa relação “recíproca existente entre a paisagem real (o referente) e a paisagem literária (a representação)” (ver figura 1).

Através da análise de algumas obras literárias descobrimos o ajustamento ficcional entre os lugares narrados e aquilo que na realidade existe. Isabel Queiroz dá-nos, alguns exemplos de escritores ingleses, onde a construção de cenários literários é complexa e estimulante, como no caso da obra de Jane Austin, onde são descritos “realisticamente os ambientes que usava nas suas obras” pesquisados através de “guias e gravuras, almanaques, mapas de estradas” e de “informações de amigos, de forma a garantir a verosimilhança das suas descrições. Os lugares que evocou nas suas obras são hoje lugares de visita do seu público leitor, à procura de reconhecer os cenários que a sua obra reteve” (2009: 18 e 19).

Nos domínios da literatura portuguesa um dos casos mais significativos reside na obra de Eça de Queiroz que “criou Tormes a partir de um lugar que conheceu e quis ficcionar: inspirou-se na Quinta da Vila Nova, propriedade herdada pela esposa, sita em Santa Cruz do Douro (Baião). Aí colocou a acção do romance: “A cidade e as Serras (1901). O topónimo Tormes não existia até à sua criação literária, mas hoje é um referencial para as populações locais e para os forasteiros” (2009: 18). Aquela notável encenação literária de um homem que fizera da itinerância um modo de vida e

que, em 1892, ao deslocar-se sozinho para visitar a propriedade da sua mulher se viu confrontando com um cenário desolador configurado pela aspereza do território granítico o que o levou, num primeiro contacto, a rejeitá-lo de imediato em conformidade, de resto, com a sua vivência urbana. No entanto, conforme referem Inês e Isabel Pinho no seu artigo “Literatura e Turismo em Eça – forma de arte que é património”, a paisagem do Douro “continua semeada de recordações pétreas, testemunhos dos primeiros anos de uma identidade conseguida de modo difícil, para sempre impressa no granito escuro, pesado, toscamente trabalhado na primeira arte românica” (2006: 6), circunstância que não impediu o escritor de recriar uma imagem que sucessivas gerações de leitores iriam reter.



Fonte: Ana Isabel Queiroz (2009) “A Paisagem de Terras do Demo”

Fig 1 - Modelo da relação entre a paisagem e paisagem literária (adapt. Zube, 1987)

Outro exemplo mais categórico da enunciação de um território literário, é o que decorre da obra literária de Aquilino Ribeiro, designadamente a que se reporta ao território que ficou a ser conhecido como Terras do Demo¹. Paisagem literária que tomou relevo após a publicação do segundo romance de Aquilino (1919) e se caracteriza como o cenário das “aldeias montesinhas que moram nos picotos da Beira, olham a Estrela, o Caramulo, a cernelha do Douro e, a norte lhes parece gamela emborcada o Monte Marão” (Terras do Demo, carta a Carlos Malheiro Dias). A força telúrica da geografia sentimental de Aquilino Ribeiro é bem assumida no destaque que ele mesmo dá à sua vivência juvenil: “a aldeia serrana, como aquela em que me fui nado e baptizado e me criei são e escorreito, é assim mesmo: barulhenta, valerosa, suja, sensual, avara, honrada, com todos os sentimentos e instintos que constituem o empedrado da comuna antiga” (Terras do Demo). Mas a projeção literária de Aquilino, não se confina ao centro nevrálgico das Terras do Demo. À semelhança da obra de Eça de Queiroz, refluíu para vários territórios geográficos, desde os cenários urbanos de Lisboa (“Mónica”, o “Arcanjo Negro”, “Maria Benigna” e ainda a obra póstuma “O Escritor Confessa-se”) até aquelas obras de ficção em que a natureza desempenha o papel de mais uma personagem, entre as quais escolhemos para o nosso trabalho - “A Casa Grande de Romarigães”- onde a riqueza descritiva e ficcional, se conjugam para produzir um riquíssimo e impar território literário.

Diversos exemplos sublinham a progressiva importância que as paisagens literárias têm vindo a adquirir na criação de territórios sustentáveis, permitindo, como sugere Ana Isabel Queiroz, uma aposta “na valorização da sua paisagem através da homenagem aos seus escritores locais, à divulgação dos conteúdos das obras literárias que lhes fazem referência e, quando apropriado, à conservação e recuperação dos componentes que lhe atribuem carácter próprio” (2009: 125).

¹ Território das Terras do Demo assente nos seguintes livros de Aquilino Ribeiro: 1918 – “A Via Sinuosa” (romance); 1919 – “Terras do Demo” (romance); 1922 – “O Malhadinhas” (novela); 1926 – “Andam Faunos pelos Bosques” (romance); 1930 – “O Homem que matou o Diabo” (contos); 1944 – “Volfrâmio” (romance); 1946 – “Aldeia – Terra, gente e bichos” (crónicas); 1948 – “Cinco Reis de Gente” (novela); 1951 – “Geografia Sentimental” (crónicas); 1953 – “Arcas Encoiradas” (crónicas); 1954 – “O Homem da Nave” (crónicas); 1958 – “Quando os Lobos Uivam” (romance), 1958 – “Minas de Diamantes” (novela).

Mas o enquadramento das paisagens literárias não se confina no contexto geográfico rural, alargando-se, igualmente, à definição de paisagens literárias urbanas. Harvey, citado por Queiroz, “defendeu que, para a «haussmanização» de Paris nos finais do Segundo Império, as descrições balzaquianas da cidade terão tido um papel decisivo” (2009: 2). Diversos casos são bastante reveladores da sintonia que se verifica entre a identidade territorial urbana e a ficção paisagística:

“La ville est sans doute le lieu privilégié des grands récits du XXème siècle, au point où l'on associe souvent un écrivain à la métropole qu'il met en mots. Fernando Pessoa rêve Lisbonne à demi éveillé... James Joyce compose Dublin au cours d'une journée... Louis- Ferdinand Céline éructe Paris de son franc parler... Paul Auster se cherche dans New York sans jamais se trouver... Chacun des auteurs, avec le style qui lui est propre, offre une perception de la ville qui dépasse la pure subjectivité des personnages qui l'habitent” (Thibaud: 1997: 47)

É estratégia da União Europeia confirmar a importância que os territórios literários assumem na valorização das paisagens a que se reportam, no contexto rural ou no contexto urbano. As relações ecológicas e os equilíbrios paisagísticos inerentes a determinadas regiões, e a relevância dos cenários literários a que estão ligadas são destacados na revista do Conselho da Europa, Naturopa (2005, nº 103). A complementaridade entre a paisagem ficcional e a paisagem presente é assinalada no texto introdutório da revista, onde se acentua quanto esta poderá ser relevante para o estabelecimento de um desenvolvimento sustentável à escala europeia:

“Ces poèmes et textes nous montrent que nous partageons des sentiments qui transcendent les frontières. Conçu comme cadre de vie quotidien des populations et comme nécessaire à l'épanouissement des être humains, le paysage est reconnu comme une composante déterminante du développement durable. Le préambule de la Convention européenne du paysage souligne que le paysage participe de manière importante à l'intérêt général, sur les plans culturel, écologique, environnemental et social, et qu'il constitue une ressource favorable à l'activité économique. Il concourt à l'élaboration des cultures locales, représente une composante fondamentale du patrimoine de l'Europe et contribue à la consolidation de l'identité européenne” (Naturopa, 2005: 3).

Também, no contexto português, se começa a aprofundar um discurso refletindo a importância do estudo e exegese das paisagens literárias. Nesta linha, vale a pena

salientar o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Estudos de Literatura Tradicional (IELT) que, desde os finais de 2009, está a elaborar um projeto para a criação de um Atlas de Paisagens Literárias de Portugal Continental, baseando em obras de escritores dos séculos XIX e XX, onde se compilarão “excertos descritivos que possam ser geograficamente referenciados” (Isabel Queiroz, 2010: 3). Recorrendo a uma unidade de referência geográfica assente nas NUT’s III, este projecto terá o mérito de correlacionar um conjunto de fatores geográficos, nomeadamente, o relevo, o uso do solo, o património natural e cultural, através de um website interactivo.

2.2 | As Paisagens Literárias como projetos de dinamização turística em espaços rurais. Alguns exemplos no território português

A Convenção Europeia da Paisagem (Decreto 4/2005), que enquadra a iniciativa anteriormente referida, promove o conhecimento alargado do papel “que a paisagem desempenha” em diversas “funções de interesse público, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social,” facultando “um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego” (preâmbulo da Convenção Europeia da Paisagem). Ora, uma das formas de rentabilizar a salvaguarda das paisagens, sem perda das suas múltiplas dimensões, assentará na dinamização de alternativas de “desenvolvimento turístico” que, além de incorporarem o conceito de desenvolvimento ambiental assimilem “outras preocupações, que, no seu conjunto, vão alargar a ideia de sustentabilidade a mais dois outros vectores: a sustentabilidade social e a económica” (Fernando Moreira, 2008: 156).

Esta ideia assenta, em grande parte, no estabelecimento das modalidades de turismo a desenvolver no espaço rural e no espaço natural, mediante valorização das suas potencialidades endógenas segundo estratégias que visem contrariar a desruralização dos territórios interiores. Ou conforme alude, Álvaro Domingues em “Vida no Campo” (2012), a acentuada “perda de importância da actividade agrícola (agro-florestal e criação de gado) e das culturas e modos de vida rurais tradicionais das sociedades

camponesas”, a qual, em boa medida, se deve a um conjunto de factores, nomeadamente o “recoo demográfico, o despovoamento e o abandono do solo agrícola” (2012:69).

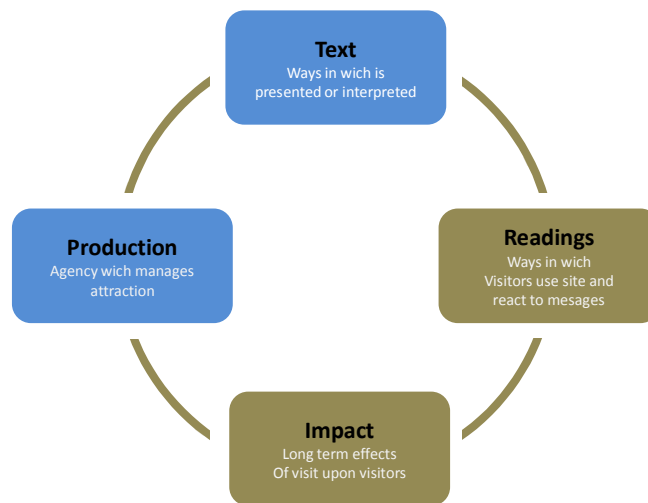
As soluções procuradas assentarão no desenvolvimento de diversas modalidades de turismo que, como refere Licínio Cunha, tenham por “base da respectiva procura motivações muito diferentes daquelas que originam a procura do meio rural” (2006: 228) e possam abarcar “margens de limbo” com outras modalidades de turismo, nomeadamente o ecoturismo, o turismo activo e o cultural, potenciadoras dum enriquecimento das diversas actividades e formas de exploração que tradicionalmente têm lugar nas regiões rurais.

É nesta margem que nos interessará situar algumas modalidades de turismo cultural, nomeadamente as que assentam na valorização turística das paisagens literárias. Alguns trabalhos de geografia cultural incidem sobre o modo como as paisagens geográficas e os seus correspondentes territórios literários geram fenómenos de atractividade sobre os turistas e como se compaginam os factores que lhe estão subjacentes. D. T. Herbert relevou, no artigo “Artistic and Literary Places in France as Tourist Attractions”, a importância que as obras literárias e artísticas exercem na consolidação de uma estratégia de turismo cultural, em certos territórios franceses. A procura dos lugares mágicos, dos sítios imaginários, e a sua associação com personagens fictícias é enfatizada por D. T. Herbert na introdução daquele artigo quando fala nos territórios literários de escritores ingleses e irlandeses:

“in these places, a visitor can still today walk out of a house and into landscapes which have barely changed since the writer drew breath from them and breathed literature into them ... we walk in our writer's footsteps and see through their when we enter these spaces” (1996: 76).

Este investigador destaca a importância que assume para o desenvolvimento a implementação de uma estratégia de territórios literários. Sendo para o efeito inerente o estabelecimento de uma tipologia de turismo cultural, quer nos territórios urbanos quer

rurais, assume uma grande relevância a forma como o “sucesso de um produto turístico cultural dependerá da compreensão que o produtor tenha das necessidades do consumidor” (X.P. Pérez, 2009: 134), o que leva D. T. Herbert, a formular um modelo simplificado em que são faseados quatro momentos (figura 2) concernentes aos seguintes passos: i) concepção de um produto, onde são delineadas as decisões relativas à promoção, imagem e desenvolvimento; ii) elaboração de um texto, que indique como será feita a concretização das decisões; iii) exercício de leitura, reflectindo as diversas formas como os visitantes usufruem e reagem perante uma visita ao local; iv) apuramento, sob uma óptica de valorização e preservação, de qual terá sido o impacto a longo prazo produzida pela visita, atendendo às atitudes e aos valores de cada um, conforme as suas referências e especificidades culturais.



Fonte: D.T Herbert (1999) “Artistic and literary places in France as tourist attraction; pp.78

Fig. 2 - Promoção e interação em lugares turísticos

Em Portugal contam-se já algumas estratégias devidamente integradas, que constituem um produto turístico cultural alicerçado na exploração de paisagens literárias, como é o caso da Fundação Eça de Queiroz, em Tormes, a qual conciliando um conjunto relevante de promotores turísticos, se configura “como um agente da harmonização entre o conhecimento das relações ecológicas, a sensibilidade estética e a perceção dos espaços” (Isabel Queiroz, 2009: 2). Claro que por detrás deste exemplo houve uma entidade promotora que dinamizou o projecto, graças a uma participação concedida pelo Iº Quadro comunitário de Apoio (cujo incentivo numa primeira fase ascendia a 70%), obtida através dos mecanismos de financiamento previstos no PRORN. Numa segunda fase foi obtida uma nova participação de 75%, mediante recurso ao II Quadro Comunitário de Apoio. Isto permitiu realizar algumas obras de beneficiação na quinta que se traduziram pela concretização de um espaço museológico, pela criação de uma biblioteca, de um arquivo, de um mini-auditório e de um espaço para serviços administrativos. Para capitalizar o investimento foram realizadas transformações arquitectónicas em três primitivas casas de caseiros para fins de turismo rural. Com a recuperação intentada procurou valorizar-se o respectivo potencial endógeno e, mediante a recuperação de um conjunto de infraestruturas, contextualizar todo o sítio bem para lá do próprio perímetro da quinta.²

Seguindo uma dinâmica estrategicamente abrangente, assinala-se também o projeto “Rota dos Escritores”, que se plasma na Região Centro e se reporta a um trabalho levado a efeito pela Comissão de Coordenação da Região Centro (CCDR), seguindo “um processo de candidatura (que foi) aberto às autarquias da região,” (e que se traduziu) “em práticas simbólicas e bens materiais duradouros” (Paulo Carvalho, 2006) tendo cada autarquia desenvolvido um conjunto de exposições temáticas centradas nos seus escritores mais representativos (Aquilino Ribeiro, Miguel Torga, Vergílio

² Construção de um parque de estacionamento, remodelação e beneficiação das redes de acessibilidade, arranjos exteriores designadamente: ajardinamento dos espaços, recuperação da vinha e do antigo lagar de azeite, onde se instalou um museu do azeite e uma sala polivalente onde se realiza um serviço de almoços queirosianos.

Ferreira, Eugénio de Andrade, Carlos de Oliveira, Afonso Lopes Vieira e Fernando Namora). As iniciativas desse modo associadas refletem princípios e entendimento diversificados, que vão desde a componente editorial, a publicação de roteiros e de monografias, e obviamente a definição de percursos/roteiros associando a geografia ficcional com a geografia presencial, dando azo a que as paisagens “permaneçam autênticas e próprias e que sobrevivam da memória para o futuro” (Teresa Pinto-Correia, 2005: 165).

No caso particular da região de Turismo Dão-Lafões, foram recentemente definidos alguns percursos temáticos, com incidência geográfica na cidade de Viseu, sendo um deles a *Rota Aquilino Ribeiro/Viseu Republicana do Século XX*, cujo percurso durará aproximadamente duas horas e 30 minutos:

“Esta Rota começa na R. do Arco, junto à Porta dos Cavaleiros por onde Aquilino Ribeiro (1885 – 1963) terá entrado pela primeira vez em Viseu. Segue-se pelo Largo Mouzinho de Albuquerque até à R. Direita onde, subindo as Escadinhas da Sé e torneando a Catedral, se chega ao Adro da Sé, onde se situa o Museu Grão Vasco. Passando pelo Largo Pintor Gata e descendo a R. Nunes Carvalho acerca-se do Jardim das Mães onde à esquerda se encontra o Museu Almeida Moreira. Chegados ao centro atual da Cidade, no Rossio, a Rota convida a uma pausa de descanso no Parque da Cidade com o nome do autor. Depois, voltando ao Rossio, segue-se pela R. Formosa, pela R. João Mendes e R. Maria do Céu Mendes, alcançando-se o Paço do Fontelo, onde Aquilino Ribeiro esteve preso e de onde se evadiu” (Rotas Dão Lafões).

Com vocação e interesse semelhante registam-se também as estratégias destinadas ao Alto Douro Vinhateiro, que decorrem da sua inscrição pela Unesco na Lista do Património Mundial, como sendo uma Paisagem Cultural, Evolutiva e Viva. Integradas e coordenadas pela CCDR Norte, as iniciativas relativas à Paisagem Cultural do Alto Douro têm permitido levar a efeito várias ações tendentes a preservar e divulgar a memória cultural da região duriense. Entre elas sobressai o projeto “O Douro nos Caminhos da Literatura”, apoiado pelo ON2 – O Novo Norte (Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013), o qual foi integrado no QREN 2007/2013, e financiado

exclusivamente pelo FEDER. Este projecto tem vindo a promover documentários alusivos à obra literária de vários escritores que tomaram a região do Alto Douro como cenário para algumas das suas obras, entre os quais se destacam Aquilino Ribeiro, Guerra Junqueiro e Miguel Torga. Ao assumir estas iniciativas, a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) apostou na implementação de uma estratégia de turismo cultural ciente de que o património literário duriense poderá constituir um poderoso veículo de desenvolvimento cultural e socioeconómico da região.

3.

ROTEIRO TERRITORIAL

3| ROTEIRO TERRITORIAL

3.1| Introdução, os propósitos de um roteiro

Pretende-se com este roteiro territorial chegar a uma análise e a um diagnóstico que consubstancie uma estratégia de dinamização turística assente na paisagem literária constante da obra “Casa Grande de Romarigães”. Com base nela se procederá à interpretação do território considerado: o Concelho de Paredes de Coura, e em particular a Freguesia de Romarigães,- de molde a facultar uma breve caracterização que contemple as variáveis geográficas, as componente biofísicas, os traços evolutivos da demografia, a sua grande projeção patrimonial, bem como os recursos turísticos existentes. Para validar de uma forma mais impressiva aquele roteiro territorial recorrer-se-á a alguns textos extraídos da “Casa Grande de Romarigães” e de outros livros de Aquilino. Este procedimento advém da ideia de que as marcas da temporalidade que Aquilino Ribeiro descreveu são fundamentais para compreender a paisagem actualmente existente.

Com estes breves apontamentos far-se-á um diagnóstico síntese, a identificação de potencialidades/debilidades, tal como das oportunidades/ameaças, susceptíveis de enquadramento nesta proposta estratégica de dinamização turística.

3.2 | Delimitação geográfica

O concelho de Paredes de Coura está integrado na NUT III Minho-Lima, correspondendo a uma superfície de 138 km², repartida por vinte e uma freguesias (fig. 3). Sendo um concelho do interior do Alto Minho, de traços marcadamente rurais, é confinado a nascente pelo concelho de Arcos de Valdevez, e pela sequência dos montes do Cotão, Chã de Lamas e Corno de Bico. A poente é delimitada pelo concelho de Vila Nova de Cerveira, ao longo dos montes de Cossourado e Antas. A Norte

confina com o concelho de Monção, através da serra da Boalhosa e chã das Pipas. A Noroeste tem fronteira com o concelho de Valença, no alinhamento dos montes de S. Silvestre e do Carvalho. A Sul confronta-se com o concelho de Ponte de Lima, segundo a estrema formada pelos montes da Travanca, Carvalhal, Labruja e Formigoso.



Fonte: Site C.M. Paredes de Coura

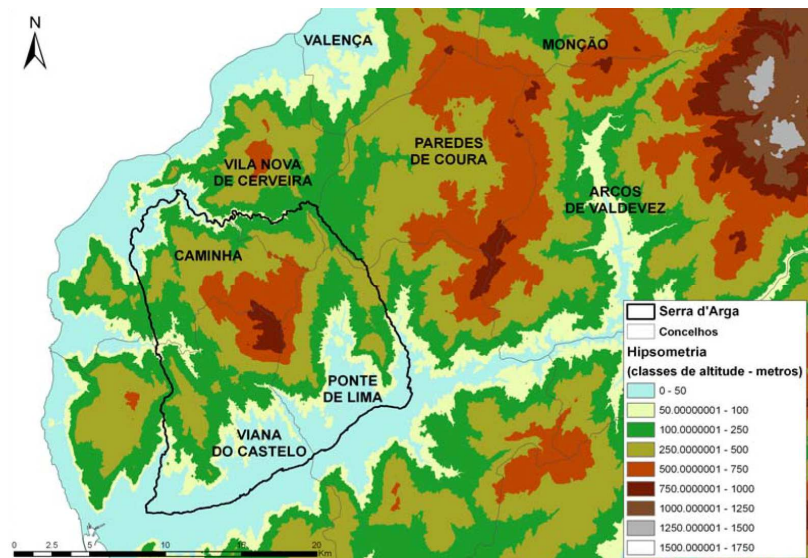
Fig. 3 - Delimitação do Concelho de Paredes de Coura e Freguesias constituintes

A paisagem geográfica do concelho de Paredes de Coura é predominantemente montanhosa, atingindo o seu ponto cimeiro no Corno de Bico, a 889 metros de altitude. As marcas da actividade humana prevaletentes advêm da agricultura e da exploração florestal. O concelho é atravessado e estruturado pelo rio Coura confinando-se ao seu leito, e respectivos afluentes, as zonas mais férteis e as ocupações mais densas de pessoas e atividades.

A interioridade concelhia gera um sistema de acessibilidades que contextualiza um conjunto de infraestruturas rodoviárias, composto por estradas de qualidade precária, em flagrante contraste com a rede de acessibilidades nacionais e internacionais que se situam nas zonas fronteiriças do concelho:- a A3/IP1 que faz a ligação da Área Metropolitana do Porto, a Braga e à Galiza e a A28 que une o litoral minhoto a Viana do Castelo. Esta dualidade de boas redes de acessibilidades inter-regionais e de acessibilidades deficitárias à escala inter-concelhia, tem-se reflectido, de forma determinante, no estabelecimento de uma estratégia eficaz de desenvolvimento territorial que abranja não apenas as demais regiões envolventes e em particular a Área Metropolitana do Porto, mas também, num quadro de cooperação transfronteiriça, a faixa adjacente de espaço galego o que permitirá consubstanciar um modelo de organização do território, que inclua o Caminho de Santiago português, e as suas” redes de infraestruturas e equipamentos” (PNPOT. Relatório: 2007: 93).

3.3 | Caracterização Física e Ambiental

O vigor dos elementos físicos molda a paisagem do Alto Minho, e em particular o concelho de Paredes de Coura, contribuindo para a singularidade da oferta dos recursos existentes. Do ponto de vista geomorfológico, a região enquadra-se no Maciço Antigo Português, num modelado granítico, naquilo a que Brum Ferreira cita como uma zona onde predomina “uma grande fragmentação do relevo, tornando difícil, a partir de retalhos geralmente exíguos, a reconstituição das superfícies de aplanamento, e onde a própria natureza granítica das vertentes abruptas dificulta a distinção entre rebordos erosivos e escarpas tectónicas” (2005: 95).



Fonte: "Serra d'Arga. A marca como vector de desenvolvimento" (2008)

Fig. 4 - Carta Hipsométrica do Alto Minho

O mesmo autor assinala uma particularidade morfológica incidindo sobre a depressão de Coura, numa área de interflúvio entre os rios Minho e Lima, apresentando características que "fazem pensar numa origem tectónica: tem forma grosseiramente triangular e mergulha em direção a uma escarpa abrupta e rectilínea, de direção NW-SE" (2005: 86).

Essa peculiaridade põe em evidência alguns alvéolos graníticos, onde o "rio Coura percorre aos rés do solo" e demonstra que este rio "se instalou numa superfície anterior ao esvaziamento do alvéolo, o que sugere uma evolução poligénica: a depressão teria sido prefigurada primeiro pela alteração química e esvaziada, depois, por erosão diferencial" (2005: 86).

O Alto Minho caracteriza-se por ser uma região fortemente influenciada pelo Atlântico, que provoca precipitações abundantes durante todo o ano, particularmente durante os meses de Outono e de Inverno. Da localização das montanhas e das orientações

tectónicas principais “resultam certos alinhamentos importantes do ponto de vista aerológico e a criação de abrigos a pouca distância uns dos outros” (Denise Brum Ferreira, 2005: 324), especialmente na orientação NW/SE da Serra D’Arga (801 m), e num contexto de maior interioridade, a do Corno do Bico (883 m), as quais aliadas à existência dos vales fluviais do Rio Lima e do Rio Coura, facultam a fácil penetração dos ventos húmidos do Atlântico. Esta situação leva a que as precipitações médias anuais atinjam expressões muito elevadas, as quais segundo o Portal Municipal de Paredes de Coura, segundo dados de 1991 do Instituto Nacional Meteorologia e Geofísica (INMG) relativos à estação climatológica mais próxima (Monção/Valinha), atingem “os 2700 mm, ultrapassando 150 dias por ano com precipitação superior a 0,1. Constitui a “«mãe-d’água» de Portugal Continental”, numa expressão de Denise Brum Ferreira, podendo condicionar ou influenciar algumas práticas de turismo ativo e/ou outras formas de turismo relacionadas com as preferências de lazer daqueles que procuram esta região. O ambiente térmico de Inverno conduz a que as temperaturas médias mensais sejam de 8,6 °C, em Janeiro, existindo, igualmente “uma boa correlação entre a frequência do número de dias de temperatura mínima negativa em abrigo e a frequência de números de dias de temperatura mínima inferior a 5°C” (António Brum Ferreira, 1985). Durante o ambiente térmico de Verão a temperatura máxima média é de 21,4°C, em Julho, o que prefigura um ambiente de frescura explicado pelas “massas de ar que (se) captam a barlavento” (Denise Brum Ferreira, 2005: 337).

Os regimes pluviométricos poderão notoriamente influenciar, de algum modo, a procura turística, e a razão por que esta se concentra nos meses estivais (Julho, Agosto e Setembro). Estes picos de procura, traduzem o próprio ritmo do comportamento turístico dos portugueses, numa região “onde a duração do Verão sem chuvas é curta, ao ponto de, em certos anos, desaparecer por completo” (Mattoso e Daveau, 2010: 38). Eles deverão pois ser refletidos na estratégia assumida para a região do Alto Minho, nomeadamente em certas modalidades que gravitam em torno do Turismo no Espaço Rural (TER). Mas também não deixa de ser curioso, que embora o Concelho de

Paredes de Coura se revele um dos mais chuvosos de Portugal Continental, emparelhando com os de “Fafe, Terras do Bouro e Vieira do Minho (todos com 140 dias)” (Ana Ramos Pereira e Catarina Ramos, 2000: 20), é essa mesma característica que lhe atribui uma especificidade paisagística impar no contexto português.

“Tudo isto, este badanau, este rebuliço agrícola e este repulamento animal completavam a fazenda em sua essência e fisionomia. Nestes termos, com os seus cômoros e chãs, suas águas e bosques, suas fruteiras e flores, seus pássaros e animais montesinhos, o seu clima e o próprio panorama, constituiu uma madre que não pouco colaborava em moldar o homem – o bicho que tivera condão de nascer e viver” («A Casa Grande de Romarigães», pp. 27).

3.4 | Valores Ecológicos

“Na mata verde erguiam-se os gigantescos carvalhos e pinheiros, acima do matíço tentacular, sarapintado do amarelo dos tojais. Os olhos, salvando o talude de verde-bronze, topavam no cabo do horizonte com os cumes da Serra da Arga e do Formigoso, para onde o solo ia trepando em veludosas e ondulantes bancadas de floresta e rossio. Debaixo da luz violeta do ocaso, os cumes pareciam tocar-se dum halo vaporoso e triste, sorte de espiritualidade exsudante, que sobrenadasse acima da terra e do tempo, dos antigos cenóbios e ainda daquele lendário Mosteiro Máximo sepultado até na memória dos homens” («A Casa Grande de Romarigães», pp. 48).

A vegetação natural presente é dominada por florestas caducifólias, principalmente de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), carvalho negral e por viduais. Como refere Orlando Ribeiro, com a sua mestria da escrita e de conhecimento, no “Portugal Mediterrâneo e o Atlântico”, os carvalhos são os “reagentes mais seguros das condições atlânticas” (pag. 103) acompanhados, consoante a crescente altitude, por um “estrato subarbóreo exclusivamente constituído por elementos euro-siberianos caducifólios, como o escalheiro (*Pyrus cordata*), a madressilva (*Lonicera periclymenum*), o amieiro-negro (*Frangula alnus*), a aveleira (*Coryllus avellana*), o azevinho (*Ilex aquifolium*), e o pilriteiro (*Crataegus brevispina*)”, ou então, nos territórios de menor altitude “o sub bosque dos carvalhais enriquece-se com elementos termófilos, de carácter mediterrâneo, como o trovisco-fêmea (*Daphne gnidium*), a salsaparrilha (*Smila áspera*),

a murta (*Myrtus communis*), o aderno-bastardo (*Rhamnus alaternus*), o cadorno (*Phillyrea angustifolia*), e o (*Phillyrea latifolia*) ” (Moreira e Neto: 2005: 421).

No entanto, a pressão antrópica, quer pela ocorrência inexorável dos fogos, quer pelas atividades desenvolvidas em torno da agricultura e da pastorícia, tem provocado uma acentuada destruição destas florestas endémicas, que apenas continuam a resistir em pequenas bolsas, e dando lugar a matos, por vezes densos e altos, que constituem mais de 50% da cobertura vegetal do Noroeste e do Nordeste de Portugal (2005: 421).

O PROT Norte alude “à defesa e valorização das actividades agro-florestais e tradicionais, designadamente agricultura e pecuária extensiva, aos modelos de silvicultura assentes nas espécies autóctones, de maior valor dendrológico, os povoamentos de sobreiro e azinheira, os carvalhais e os sistemas multifuncionais como a silvo pastorícia e os sistemas agro-silvopastoris” (PROT Proposta: pp71).

De facto, a valorização paisagística adveniente dessa vegetação natural, desde que harmoniosamente compatibilizada, com o aproveitamento sustentável das actividades agro-florestais tradicionais, constitui um dos recursos essenciais para o desenvolvimento turístico da região. O concelho de Paredes de Coura reveste-se, neste domínio, duma acentuada atractividade, já que, não obstante o enfraquecimento das actividades agrícolas, elas continuam a ser portadoras de valores identitários essenciais para o estabelecimento de uma estratégia integrada de atração turística.

No Concelho de Paredes de Coura existe ainda um conjunto de ecossistemas de elevado valor paisagístico entre os quais se destacam a “Área Protegida de Corno do Bico” e a área incluída no “Sítio PTCONOO40 da Rede Natura”.

A Paisagem Protegida de Corno do Bico, criada em 1999 pelo Decreto Regulamentar nº 21/99 de 20 de Setembro, está ”abrangida por outras normas de protecção devido aos seus valores naturais”, conforme a Diretiva Europeia 92/43/CEE (directiva Habitats)

(Plano de Ordenamento e Gestão da Paisagem Protegida de Corno do Bico, 2008: 6)
Esta paisagem constitui um ecossistema de invulgar importância caracterizado pelos bosques de carvalhos e matos que configuram mosaicos agroflorestais de contemplação estimulante, Com uma área de 2175 hectares abrange 5 freguesias do Concelho de Paredes de Coura.

O ordenamento respectivo está subordinado aos regulamentos do PDM de Paredes de Coura, incluídos vários Planos Sectoriais, nomeadamente os Planos de Bacia Hidrográfica dos Rios Lima e Minho, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho e o Plano Sectorial para a Rede 2000. Este território é dotado de uma atracção inquestionável como ponto focal de uma fileira estratégica turística, que sobreleva o turismo rural de tipo ativo, compaginando a observação de vida selvagem e a realização de percursos a pé, a cavalo ou bicicleta, ao longo de 5 rotas localizadas dentro da Paisagem Protegida.

Tudo no contexto de uma defesa sustentável da Paisagem Protegida de Corno do Bico, e da sua compatibilização com um turismo que tenha em conta “os constrangimentos decorrentes dos imperativos da Conservação da Natureza” (pág. 19). As diversas aptidões turísticas desta Paisagem Protegida poderão reflectir-se nas respectivas actividades socioeconómicas – a agricultura, pecuária e a exploração florestal – as quais não deverão exceder os limites da sua capacidade ecológica e estarem sempre subordinadas ao ecoturismo.

Quadro I - Paisagem Protegida de Corno do Bico

Aptidões Turísticas	Espaços	Características
Acessos Principais	Áreas Edificadas	
Áreas de fruição das paisagens naturais	Áreas de maior altitude.	Atração paisagística.
Áreas degradadas	- Espaços degradados pelas actividades humanas.	Zonas que é essencial recuperar por forma a valorizar a aptidão turística da Paisagem Protegida.
Áreas de recreio peri-urbanas	Áreas florestais e agrícolas envolventes às principais localidades.	Potencial de utilização como locais de lazer pelos habitantes e turistas dos principais centros urbanos envolventes.
Observação da vida selvagem	Áreas favoráveis para a observação da vida selvagem.	- Muito sensíveis à perturbação humana. - Visitas baseadas em postos de observação que se venham a revelar adequados.
Percursos na natureza	Rede de caminhos secundários e Percursos da Paisagem Protegida de Corno do Bico	- Principais eixos de acesso para visitantes integrados em percursos de interpretação dos espaços naturais, passeios pedestres e outros.
Turismo no Espaço Rural	Áreas agrícolas da Paisagem Protegida	- Acomodação nos alojamentos existentes e em património recuperado disperso na área, com capacidade de carga estudada em função dos constrangimentos ambientais. - Organização de actividades de interpretação do espaço rural.

Fonte: Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida do Corno de Bico

3.5 | Património Histórico. A riqueza do Concelho e o centro gravitacional da Quinta do Amparo

Terra frutuosa, remotamente ocupada pela implantação humana, onde “os caminhos que o homem nela foi traçando para se relacionar com os outros” (José Mattoso e al: 2010: 16) constituíram modalidades precoces de uma ocupação e de uma organização do solo assente na economia agrária, propiciada pela “fertilidade de um solo abundantemente irrigado e frequentemente fecundado pela chuva” (José Mattoso e al: 2010: 106). Esta situação terá influenciado o processo de disseminação dos povoamentos, que na sábia acepção de Orlando Ribeiro terá experimentado um elevado dinamismo no decorrer do século XVII, com a difusão do milho graúdo. A dispersão administrativa, daí inerente, é uma característica própria destes lugares do noroeste de Portugal, “em que cada freguesia, um sem números de lugares, quintas, casais etc. e um lugar de Vilar de Cima desdobra-se em dois como Sub-Vilar e a igreja paroquial ser apenas uma das muitas capelas e locais de culto, o cemitério estar num ermo e à volta da igreja haver apenas um largo” (Álvaro Domingues, 2010: 20).

Esta compartimentação é um dos traços que mais se reflecte na variação telúrica do Alto Minho, em geral, e no concelho de Paredes de Coura, em particular. No caso estudado impõe-se citar a diversidade do património natural e cultural, destacando-se necessariamente a assombrosa Paisagem Protegida do Corno do Bico, que, conforme referido anteriormente, associa uma paisagem composta de várias unidades como a floresta (carvalho-alvarinho), os campos de cultivo, os lameiros e os cursos de água. Mas a riqueza deste concelho não se confina ao assombroso património natural e paisagístico. O labor milenar do homem retalhando os campos, sabendo incrementar o “uso da fertilidade dos solos” o qual “por sua vez, não resulta apenas na abundância de água, que as massas de ar marítimo condensadas no seu encontro com as serras renovam constantemente” (...) mas também da incorporação incessante nos solos cultivados de “dejetos fornecidos pela agricultura, o estrume do seu gado e a «manta morta» (solo orgânico superficial) colhida nos espaços não cultivados. Por isso é para eles tão importante poderem dispor de «bouças» ou terrenos de brávio, completamente

indispensáveis dos campos que cultivam intensamente” (José Mattoso e Suzanne Daveau, 2010: 104 -105).

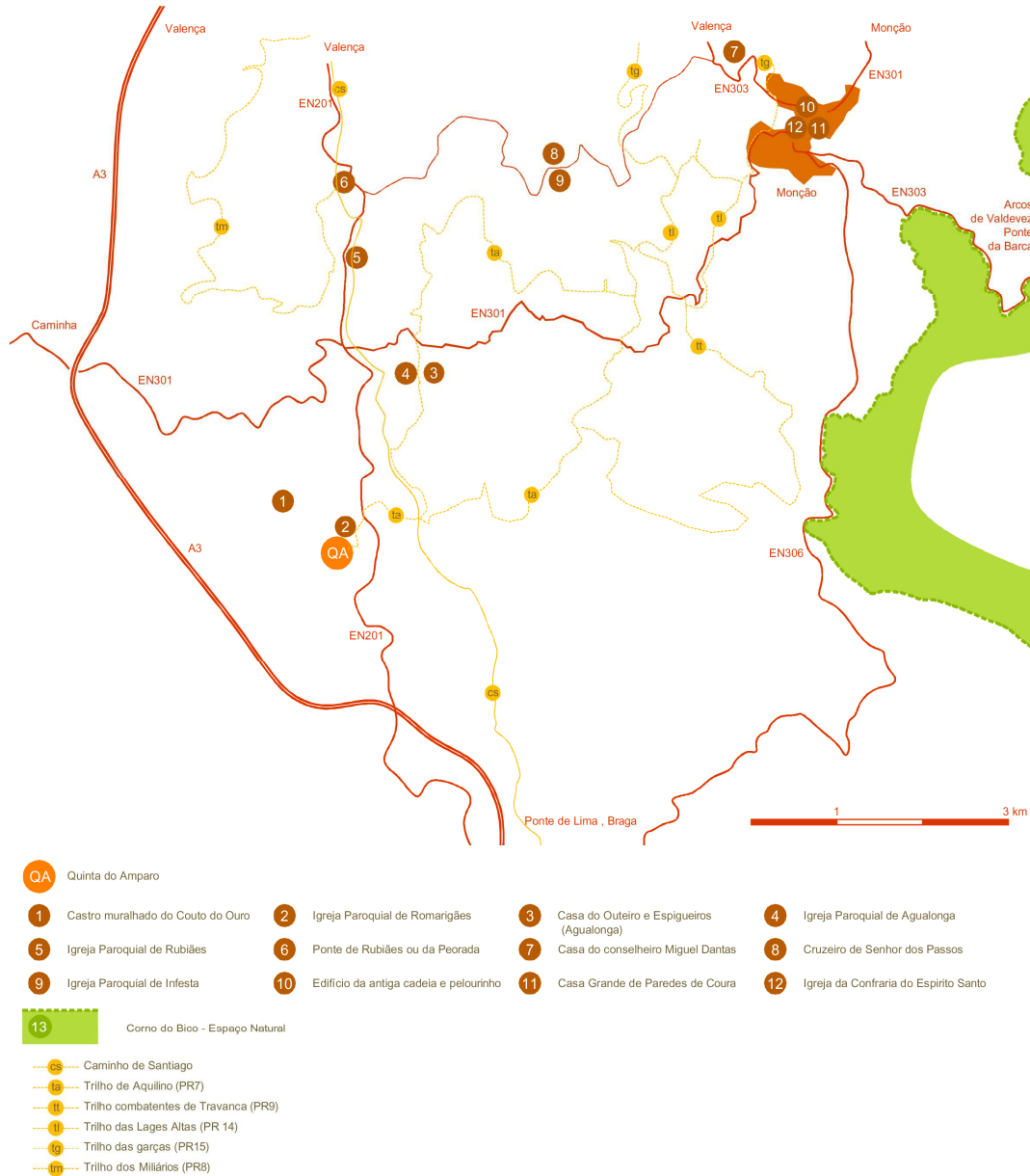
“Ao contrário das Beiras, onde cada lavrador se encontra sozinho no amanho da chã, o minhoto concerta-se com parentes e próximos. Por vezes são cinco, seis juntas a lavar o mesmo campo. E, para gleba além dos dois carros de alqueires, tal concurso não é de mais. Imagine-se o complexo que há na operação de virar a leiva, desterroar, limpar da grama, espalhar os estrumes, dirigir o gado, semear, cobrir” (Arcas Encoiradas: 266).

Mas a riqueza destas terras reflecte-se igualmente no seu património histórico, sublinhado por um cadastro rico e diversificado, no tempo e no espaço, que se traduz numa ampla concentração de vestígios castrejos, nomeadamente a Portela de Romarigães (cota 250) que contempla a Cidade de Romarigães, classificada como Imóvel de Interesse Público, correspondente a um – “povoado de planta ovalada, com zona de acrópole no cimo do monte de estrutura circular fortificado por dois circuitos de muralhas perfeitamente conservadas dispõe ainda, no extremo Norte, a zona mais vulnerável de um fosso de pouca profundidade” (Igespar, Património), e ainda os vestígios da povoação do Cossourado, de grande dimensão, com cerca de 10 hectares, que é considerada como um dos vestígios da cultura castreja mais importantes do Alto Minho. A abundância patrimonial do concelho de Paredes de Coura comprova o trilho inexorável do tempo evidenciando a presença de inúmeros vestígios romanos, bem como de épocas subsequentes. Destacam-se, entre outros, a ponte romana de Rubiães, a escassos quilómetros de Romarigães, correspondente à passagem da Quarta Via militar romana, comprovada pela existência de inúmeros “marcos miliários” nas redondezas. Lugar de travessias e crenças milenares, o concelho de Paredes de Coura é atravessado por um Caminho de Santiago, designado como o Caminho de Santiago de Cabanas (Águalonga, Paredes de Coura) a Valença. Diz-se no estudo da Associação Cultural de Estudos Regionais, realizada para o Alto Minho (2008) “o Caminho de Santiago em terras de Paredes de Coura, vindo de Ponte do Lima pela Labruja e Portela, compreende alguns poucos troços em estrada asfaltada sendo em grande parte constituído por piso em terra batida, ‘calçada portuguesa’ ou lajeada”. Os caminhos dos peregrinos, bem como as encruzilhadas de caminhos

antigos, revestem-se de algumas surpresas no seu trajecto. De construção marcadamente medieval, mas aproveitando alguns caminhos militares romanos, proporcionam preciosos apontamentos que tanto poderão ser cruzeiros ou pequenos nichos-cruzeiros, ou mesmo, generosas capelas e igrejas paroquiais, frequentemente situadas a uma cota mais elevada para se sobreporem ao casario disperso e salientar a sua presença.

De facto, no livro “Portugal. O Sabor da Terra”, José Mattoso e Suzanne Daveau falam do Minho como a região onde se assistiu a uma verdadeira simbiose de sucessivas ocupações de congregações monásticas “fundadas no século XVI (beneditinos, regrantes, cistercienses) criaram, então, um modo de vida conventual que parece ter conseguido uma curiosa harmonia entre pulsões vitais e a religiosidade” (2010: 116). Esta circunstância levou a uma intensa concentração de confrarias na região do Alto Minho, assentes, quase sempre, “numa arquitectura simples e clássica, na qual se inscrevem elementos decorativos abundantes, profusos e ricos” (pag. 116). Neste âmbito, o concelho de Paredes de Coura encontra-se largamente representado por inúmeras igrejas que enriquecem as motivações turísticas deste território (ver figura 5). Neste contexto, destaca-se a Igreja Paroquial de Rubiães, nas proximidades da Quinta do Amparo (encontra-se inserida no Caminho de Santiago, e no Trilho Pedestre Aquilino, que tem início precisamente na Quinta do Amparo, ver figura 5, com assinalável qualidade arquitectónica que dela faz uma das mais belas peças Românico-Góticas do Alto Minho. Esta igreja construída em cantaria granítica, datada do século XII, “teve a sua origem num templo mais pequeno sujeito a uma remodelação no século XVI que implicou a sua ampliação e alargamento do espaço entre a nave e capela-mor precedida de arco triunfal em asa de cesto” (ACER: 2008).

Carta Patrimonial | Área de influência da proposta de dinamização turística da Quinta do Amparo



Fonte: Google earth – panoramio/ Rede Municipal de Percursos Pedestres de Paredes de Coura/ACER

Fig. 5 - Carta Patrimonial do Concelho de Paredes de Coura

Como Sant’Anna Dionísio faz notar no Guia de Portugal, a sua atractividade manifesta-se igualmente no “adro da igreja” onde “conserva-se um marco miliário (monumento

nacional) epigráfico consagrado ao imperador Marco Aurélio” (1965: 1068). Convergência de caminhos, sustentação de uma rota de turismo cultural, este quadro sintetiza os diversos factores susceptíveis de dar consistência à valorização turística da Quinta do Amparo integrando uma oferta cultural de grande projecção concelhia intimamente associada ao conteúdo ficcional da obra literária onde se sente “a impregnação do vivido com o recriado de que irradia aquele sabor inconfundivelmente minhoto que emana do livro” (Aquilino Desconhecido: 2000).

Mas como alude Orlando Ribeiro na monografia cimeira da geografia portuguesa o “Minho é o alfobre da mais velha nobreza, de solares, por vezes modestos e que apenas o brasão distingue de qualquer residência acomodada, mas nunca parece ter sido lugar de grandes e poderosos senhores de terra, como desde a Idade Média se conhecem no Sul” (1986: 113).

Não depreciando a importância da Casa Grande de Romarigães, “que foi solar dos Meneses e Montenegros” existe um apreciável cadastro de casas solarengas que reforçam o interesse deste território num itinerário obrigatório do turismo cultural.

Na freguesia de Agualonga, também a escassos quilómetros da Casa Grande de Romarigães, situa-se um dos mais belos exemplares arquitectónicos do concelho, a Casa do Outeiro, solar setecentista, hoje em lamentável estado de degradação, que se insere num interessantíssimo conjunto do século XVIII, o qual acumula na sua história um denso património histórico laboral, assente numa curiosa manufactura de lacticínios e fábrica de manteigas. Recentemente o edifício foi doado pela família à Câmara Municipal de Paredes de Coura, que embora tenha previsto a sua recuperação a mantém em estado de ruína.

Mas as marcas patrimoniais têm ainda uma forte relação com os caminhos e atalhos traçados por motivações que oscilaram entre o profano e o sagrado em relação com as inúmeras romarias, festividades e feiras, que normalmente têm lugar no mês de Junho

e Agosto³. As freguesias do concelho de Paredes de Coura, como sucede com os demais concelhos do Alto Minho, enchem-se de romarias, de uma religiosidade popular que representa “a superação do quotidiano da labuta na terra onde, numa sentida necessidade do festivo, se juntam populações de aldeias afastadas. Os arcos de romaria são um dos singulares sinais da festa que ritma os ciclos naturais” (Mattoso & Daveau, 2010: 100). Todo este património imaterial que é sublinhado pela riqueza do património construído e paisagístico, contribui para encher os adros das igrejas e os pequenos largos das aldeias, criando o sentimento de que “ao contrário do que sucede noutras regiões do país, o Minho é dominado pelo «tempo curto». Não permanece quase imóvel como em Trás-os-Montes. As gerações sucedem-se umas às outras e vão sempre criando qualquer coisa de novo. O Minho está em renovação constante como tudo o que é vivo. E todavia continua igual a si mesmo” (Mattoso & Daveau, 2010: 140).

3.6 | Estrutura Demográfica e Sectores de Actividade

Sendo um concelho especialmente rico em recursos naturais e culturais, está sujeito a um conjunto de contingências, que advêm do confronto e das assimetrias entre o espaço rural e o espaço urbano. Questão que está ligada à descaracterização do Portugal Rural, que Álvaro Domingues designa como perda dos traços caracterizadores de uma paisagem, “pelo despovoamento, pelo abandono, ou, noutro registo, pela profunda metamorfose que vai lavrando pelo país dos (ex) agricultores, pela perda das suas práticas ancestrais, modos de vida, territórios e paisagens. Ruínas, em muito caso” (2011). A perda de importância da paisagem rural é a perda de importância de uma sociedade cada vez mais impregnada do modelo urbano que,

³ - Segundo o Site da Câmara Municipal de Paredes de Coura encontram-se cadastradas 58 festas e romarias no seu concelho, dedicadas aos mais variados santos e celebrações religiosas, nomeadamente: S. Pedro, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Boa Viagem, Nossa Senhora da Expectação, Nossa Senhora da Imaculada Conceição, S. Pedro, Nossa Senhora do Amparo, Nossa Senhora das Dores do Pisco, S. Bento da Porta Aberta, Senhora da Peneda e S. Francisco, entre muitas outras. As festividades realizam-se quase sempre entre o mês de Junho e o mês de Setembro.

Na freguesia de Romarigães o calendário corresponde aos dias 17 e 19 de Julho (N^a S^a das Dores do Pisco); 15 e 16 de Agosto (São Roque) e ainda dia 31 de Agosto (Santa Rita).

Fernando Oliveira Baptista enuncia como um roteiro de efeitos colaterais: “a agricultura, o espaço e a sociedade rural têm, agora, caminhos dissociados” (1996: 36).

Nestes moldes, o concelho de Paredes de Coura insere-se no cenário atrás traçado. Atendendo às recentes dinâmicas demográficas deparamos com uma estrutura demográfica deprimida, traduzida por uma quebra da população residente à escala concelhia, entre 2001 e 2011, denunciando uma fraca atractividade territorial, no que respeita aos indicadores que traduzem o deficit das qualificações disponíveis. Segundo indicações avançadas pelos resultados preliminares dos Censos 2011, Paredes de Coura perfaz um total de 9251 habitantes (4439 homens e 4812 mulheres), repartidos por 21 freguesias, numa superfície de 138 km².

Uma observação intercensitária revela para o concelho de Paredes de Coura uma variação populacional negativa de 3.35%. Esta tendência de declínio é acompanhada para os restantes concelhos da NUT Minho-Lima, apresentando apenas o concelho de Vila Nova de Cerveira um valor positivo (+4,68), ver Quadro 2.

Esta tendência acompanha também os dados de envelhecimento demográfico concelhio, já que o aumento do índice correlativo se terá acentuado “de forma significativa ao longo da década de 90. Paredes de Coura, no ano de 2001, apresentava aproximadamente um *ratio* de um jovem (0-14 anos) para dois idosos (65 e mais anos), valor significativamente mais elevado quando comparado com os valores registados no Minho-Lima e no Continente” (Plano de Acção Local, Agenda 21 Paredes de Coura).

	População Residente (2011)	População Residente (2001)	Variação da População Residente (2001-2011)	
			Nº	%
Norte	3.689.713	3.687.297	2416	0,1
Minho-Lima	244.947	250.275	5328	-2,1
Arcos de Valdevez	22855	24.761	-1906	-7,8
Caminha	16.630	17.069	-439	-2,6
Melgaço	9.187	9.996	-809	- 8,1
Monção	19.210	19.956	-878	-3,7
Paredes de Coura	9251	9571	320	- 3.3
Ponte da Barca	12.027	12.905	- 878	-6,8
Ponte Lima	43.594	44.343	-749	-1,7
Valença	14.129	14.187	-58	-0,4
Viana do Castelo	86.368	88.631	2263	-2,3
Vila Nova de Cerveira	9.297	8.862	435	4,7

Fonte: INE Censos (2001 e 2011)

Quadro 2 - Variação da População Residente (2001-2011)

Ora esta orientação corresponde a uma estrutura demográfica em franca depressão nas freguesias rurais, apenas compensada pelo aumento populacional na sede de concelho e nalgumas freguesias envolventes.

A inexorabilidade do tempo e as transformações económicas explicam o progressivo declínio da actividade rural, o subaproveitamento da terra e a fragilização da sociedade rural a ela associada. Parede de Coura retrata paradigmaticamente a alteração “dos

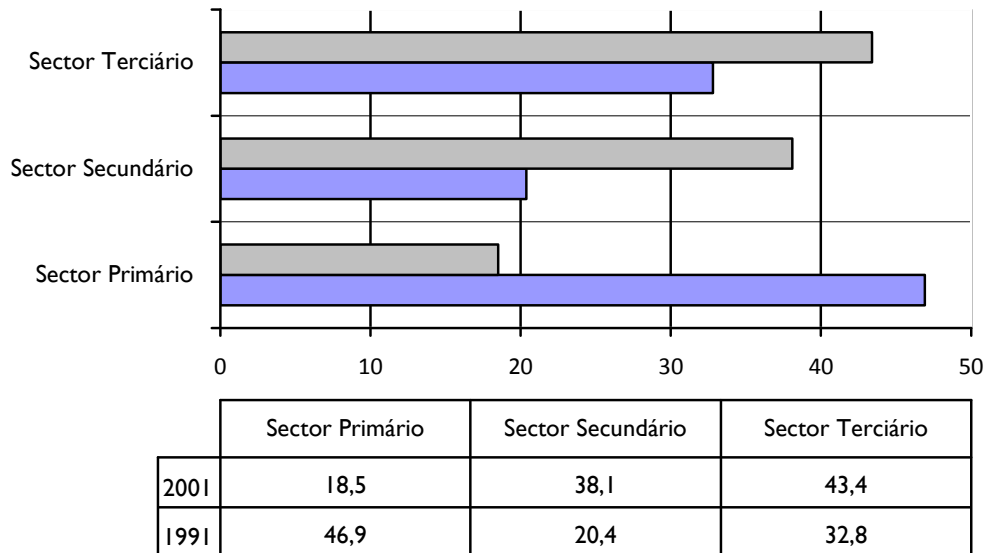
contornos da sociedade rural e a sua relação com a questão da terra” (Fernando Oliveira Baptista, 1996: 36).

De facto, a actividade económica predominante no Concelho de Paredes de Coura foi a agricultura, até pelo menos duas décadas atrás. O gráfico da figura 6 mostra como progressivamente o sector primário foi perdendo peso na estrutura produtiva do concelho. Todavia, não obstante o peso significativo adquirido pelos serviços verifica-se também a existência de uma dinâmica de crescimento do sector industrial (que passou de 20.4, em 1991, para 38,1, em 2001), apoiada no acréscimo dos estabelecimentos e empregos industriais sitos em Castanheira e Formariz⁴, onde o sector da indústria de transformação e a de construção adquiriram alguma relevância.

Quanto ao sector dos serviços e ao emprego, o maior número de trabalhadores bem como o maior peso na economia concelhia, assenta na administração pública e no sector do comércio a retalho.

Através destas ponderações observa-se a progressiva reformulação, que está em curso, das várias actividades produtivas que são condicionantes duma estratégia turística onde a paisagem rural se afirma como factor constante e o principal “cartão-de-visita” do concelho de Paredes de Coura e é tratada como factor endógeno a salvaguardar na estratégia global de atractividade turística.

⁴ Segundo dados de 1997, apontados pelo Estudo de Desenvolvimento de Oportunidades de Emprego para o Concelho de Paredes de Coura (1999): Zona industrial de Castanheira (área total: 79.000m²; lotação do Parque – 50 lotes) – 8 unidades, /113 trabalhadores; Zona Industrial de Formariz (área total – 79.000 m²; lotação do Parque – 50 lotes): 2 unidade/115 trabalhadores; Zona Industrial de Nogueira/70 trabalhadores; Zona Industrial de S. Bento/61 trabalhadores



Fonte: Plano de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Paredes de Coura

Fig 6 - Distribuição da população empregada, residente em Paredes de Coura, por Sector de Actividade

De facto, este princípio, distintivo e capacitador de outro tipo de sustentabilidade territorial, revela uma nova procura da natureza pelas pessoas, as quais a partir de técnicas modernas de aproveitamento, aprenderam a construir “ecossistemas constituídos por complexas e diversificadas associações vegetais, respeitadoras da natureza, mas assentes em equilíbrios frágeis e cuja perda pode representar um empobrecimento relevante e dificilmente recuperável na relação homem com a natureza” (1996: 58).

Este equilíbrio sensível constituirá num desafio importante que o concelho de Paredes de Coura terá, ou não, de consolidar a breve trecho. Numa lógica de investimento assente numa estratégia de turismo em espaço rural, o concelho de Paredes de Coura poderá encontrar alternativas e beneficiar significativamente duma adequada valorização coerente das suas paisagens desde que a mesma seja objecto de “intervenção pública (mormente através de subvenções) ou privada procurando construir o suporte da imagem rural” (Paulo de Carvalho, 2003: 5).

3.7 | Educação e Qualificação

O sector da educação e da qualificação profissional revela, para o concelho de Paredes de Coura, uma tendência favorável relativamente aos decénios anteriores.

Os níveis de pré-escolaridade atribuem ao concelho de Paredes de Coura uma taxa de sucesso de 100%, conforme se regista no Plano de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Ao nível da escolaridade obrigatória (valores de 2001) a situação não é tão favorável registando-se uma performance francamente abaixo da média nacional e regional, que se situa no penúltimo lugar dos concelhos compreendidos na região do Minho-Lima (apenas acima de Arcos de Valdevez).

Contudo segundo os dados recolhidos no «Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Desafio 2020», relativos ao ano lectivo de 2007/2008, a “apetência dos alunos da Região para a participação em cursos profissionais no ensino secundário superou em 10 p.p. a média nacional ou da Região Norte” (2012: 15).

Educação	Escolaridade obrigatória (pelo menos) 2001	Taxa de retenção/desistência ensino básico 2009-10	Taxa de transição/ concl. ensino secundário 2009-10	Ensino superior completo 2001
Portugal	38,0%	7,9%	80,7%	8,6%
Norte	32,7%	7,6%	81,1%	7,1%
Minho-Lima	28,0%	4,6%	85,9%	5,4
Ar. Valdevez	18,2%	5,7%	81,6%	3,0%
Caminha	32,0%	4,1%	83,2%	6,4%
Melgaço	19,6%	3,7%	82,0%	4,1%
Monção	24,3%	3,6%	87,7%	4,3%
P. Coura	19,8%	7,8%	89,1%	2,3%
Pte. Barca	22,2%	6,9%	87,8%	3,6%
Pte. Lima	21,9%	3,1%	89,0%	3,5%
Valença	26,2%	5,8%	83,4%	3,6%
V. Castelo	37,3%	4,8%	87,2%	8,2%
V.N. Cerveira	24,8%	4,1%	78,5%	4,3%

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Desafio 2020” (2012); pp. 15

Quadro 3 - Indicadores de Educação relativos à região Minho Lima

Esta tendência muito favorável deve-se, em boa medida, à instalação em Paredes de Coura, no ano lectivo de 1993/94, da Escola Profissional do Alto Minho Interior (EPRAMI), com a qual se procurou colmatar a falta de quadros médios naquele concelho através da oferta de vários cursos profissionais. Para facilitar a posterior inserção profissional dos alunos, o município criou uma *Unidade de Inserção na Vida Activa* (UNIVA), mediante um protocolo assinado com o Centro de Emprego e partilhado com a EPRAMI, para estabelecimento dos necessários contactos com as empresas locais e regionais.

3.8 | Recursos Turísticos existentes no concelho de Paredes de Coura

3.8.1 | Introdução

Há no concelho de Paredes de Coura um conjunto de recursos paisagísticos e patrimoniais determinantes para o estabelecimento de uma estratégia global de turismo no Alto Minho, dada a preservação que ali subsiste de uma paisagem rural de grande qualidade e a sua óbvia localização de proximidade privilegiada com a região espanhola da Galiza. O “Estudo de Oportunidades de Desenvolvimento e Investimento e Emprego para o Concelho de Paredes de Coura” (1999), elaborado pela Quartenaire Portugal, assinala o facto de que não estando o Concelho “isolado do Alto-Minho, antes fazendo parte da oferta turística global e de um espaço rural comum, importa tirar partido das realidades vindouras e oportunidades que se abrem no contexto do desencravamento do território concelhio, com a construção da autoestrada (IP1) até à fronteira Galega”. (Embora o espelho real desta estratégia revele algumas disparidades concelhias, na oferta e procura turística, nomeadamente no que concerne as modalidades de turismo em espaço rural (TER)

Mas a região do Alto Minho faz parte, por óbvio enquadramento, da estratégia da região turística do Porto e do Norte que, no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), onde se cita o Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Desafio 2020, coordenado por Augusto Mateus para a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (2012), e se retém a frase seguinte: “O Minho-Lima insere-se na região turística do

Porto e Norte que, segundo o PENT deverá ser o destino do País com um dos melhores desempenhos em termos de crescimento, prevendo-se que cresça anualmente a uma taxa de 8,5%, atingindo mais de 1,7 milhões de dormidas de estrangeiros em 2015” (pp 18).

Naturalmente que estas perspectivas assentavam num optimismo moderado, dada a grave crise financeira internacional de 2008 e 2009, que viria interromper a trajetória de crescimento e os objetivos fixados no PENT, o que foi agravado ainda pela actual crise europeia, nomeadamente nos países do sul da Europa. Existem, no entanto, traços, tendências e expectativas que permitem de uma forma assertiva afirmar que para a região Norte o turismo da natureza apresenta um elevado potencial constituindo uma das prioridades para o investimento neste domínio (ver Quadro 4).

	City Break	Touring/ Turismo Natureza	Turismo de Negócio	Saúde e Bem-estar, Gastronomia e Vinhos
Factores Distintivos	<ul style="list-style-type: none"> > Cidades com escala humana e autênticas; > Vinho do Porto (caves); > Arquitectura Contemporânea. 	<ul style="list-style-type: none"> > Património cultural e paisagístico; > Quintas de vinho do Porto; > Rio Douro; > Cruzeiros no Douro; > Parques Naturais > Património arqueológico do Vale do Côa. 	<ul style="list-style-type: none"> > Oferta hoteleira de referência centrada na Boavista (Porto) > Interesse cultural e enogastronómico na cidade. 	<ul style="list-style-type: none"> > Qualidade gastronómica; > Notoriedade do vinho do Porto; > Qualidade e diversidade das águas termais
Principais Acções a Desenvol.	<ul style="list-style-type: none"> > Desenvolver ZTIs no Porto (Ribeira, centro histórico, Foz); > Enriquecer a oferta de conteúdos nos museus e monumentos; > Marketizar as caves do vinho do Porto. 	<ul style="list-style-type: none"> > Desenvolver rotas temáticas (exemplo: vinho do Porto) 	<ul style="list-style-type: none"> > Desenvolver infra-estrutura para congressos de grande dimensão (+ 1000 pessoas) na cidade do Porto > Coordenar a captação com outras regiões 	<ul style="list-style-type: none"> > Promover o desenvolvimento do <i>cluster</i> gastronomia e vinhos > Desenvolver o pólo turístico do Douro > Desenvolver conceitos distintivos de <i>spas</i> para o pólo Douro, usando os recursos específicos da região > Requalificar e dinamizar as estâncias termais

Quadro 4 - Factores distintivos e acções a desenvolver na região turística do Porto e Norte, segundo o PENT

A projeção do conjunto dos produtos potenciadores de crescimento é elencada no Quadro 5, onde se põe em destaque um conjunto de recursos, a que já se fez referência à escala concelhia de Paredes de Coura, agora com um alcance mais amplo, que abrange as cidades históricas e o Parque Nacional Peneda Gerês, bem como o que é também referido no PROT Norte, com destaque “ainda (para) o turismo náutico, o turismo saúde e bem-estar, o turismo histórico-cultural e o golfe, como produtos turísticos a desenvolver para o destino turístico Alto Minho”

PENT – os principais recursos da região Norte

- Cidade do Porto;
- Caves de Gaia - Vinho do Porto;
- Cidades históricas (Guimarães, Braga e Viana);
- Rio Douro;
- Alto Douro Vinhateiro;
- Parques Naturais (ex: Parque Nacional da Peneda –Gerês);
- Património arqueológico (Foz Côa);
- Gastronomia e Vinhos (ex: Vinho do Porto)

Quadro 5 - Recursos do Minho-Lima nas estratégias nacionais (PENT) e regionais (PROT-N) de desenvolvimento turístico

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Alto Minho - Desafio 2020

PROT Norte – os principais recursos da região Norte

- O PROT Norte identifica e considera essenciais para o desenvolvimento turístico regional, os objectivos “Excelência, Competitividade e inovação e a Sustentabilidade”;
- Este Instrumento assume o Norte de Portugal como uma Região Turística com quatro destinos: Porto, Minho, Trás-os-Montes e Douro;
- O Programa de Acção centrado nos produtos turísticos prioritários da Região Norte assume o Turismo Natureza, o Turismo Náutico, e a Gastronomia & Vinhos-Enoturismo como grau de prioridade muito elevado e o Turismo de Saúde e Bem-Estar, o Turismo Histórico-Cultural (Touring) e o Golfe como grau de prioridade elevado.

Ao darmos especial enfoque ao turismo no espaço rural (TER), e por arrastamento à oferta na modalidade de turismo de habitação, verificamos que, à escala nacional, houve um aumento significativo do número de unidades, a acrescentar ao número de

camas, ligados às diversas modalidades de TER. De facto, os valores apontados pelo Turismo de Portugal, para o ano de 2008, registam para todo o território o funcionamento de 1047 unidades de turismo no espaço rural correspondendo a “um total de 11. 692 camas disponíveis”(Turismo de Portugal, 2009: 3).

Nº de estabelecimentos	Turismo de Habitação	Turismo Rural	Agroturismo	Casa de Campesinato	Turismo de Aldeia	Hotel Rural	Total Geral
Norte	116	198	53	80	3	9	459
Var. Abs. 08/07	3	-2	3	7	0	0	11
Var. % 08/07	2,7	-1,0	6,0	9,6	0,0	0,0	2,5
Centro	57	86	29	50	2	8	232
Var. Abs. 08/07	0	-1	0	5	1	3	8
Var. % 08/07	0,0	-1,1	0,0	11.11	100.0	60.0	3,6
Lisboa	12	12	1			2	27
Var. Abs. 08/07	-1	0				0	0
Var. % 08/07	-7.7	0.0				0.0	0.0
Alentejo	22	49	49	35	2	9	166
Var. Abs. 08/07	-1	1	0	1	0	3	4
Var. % 08/07	- 4.3	21	10.0	2.9	0.0	50.0	2.5
Algarve	4	18	3	6	0	1	32
Var. Abs. 08/07	0	1	0	0		0	1
Var. % 08/07	0,0	5.9	0.0	0.0			3.2
Açores	14	20	3	44	1		82
Var. Abs. 08/07	0	1	0	-1	0		0
Var. % 08/07	0.0	5.3	0.0	-2.2	0.0		0.0
Madeira	8	7	2	31		1	49
Var. Abs. 08/07	0	0	0	0		0	0
Var. % 08/07	0.0	0.0	0.0	0.0		0.0	0.0
Portugal	233	390	140	246	8	30	1047
Var. Abs. 08/07	1	0	4	12	1	6	24
Var. % 08/07	0.4	0.0	2.9	5.1	14.3	25,0	2.3

Fonte: Turismo de Portugal, “A oferta e a Procura, 2008

Quadro 6 - Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural – Oferta e a Procura – 2008

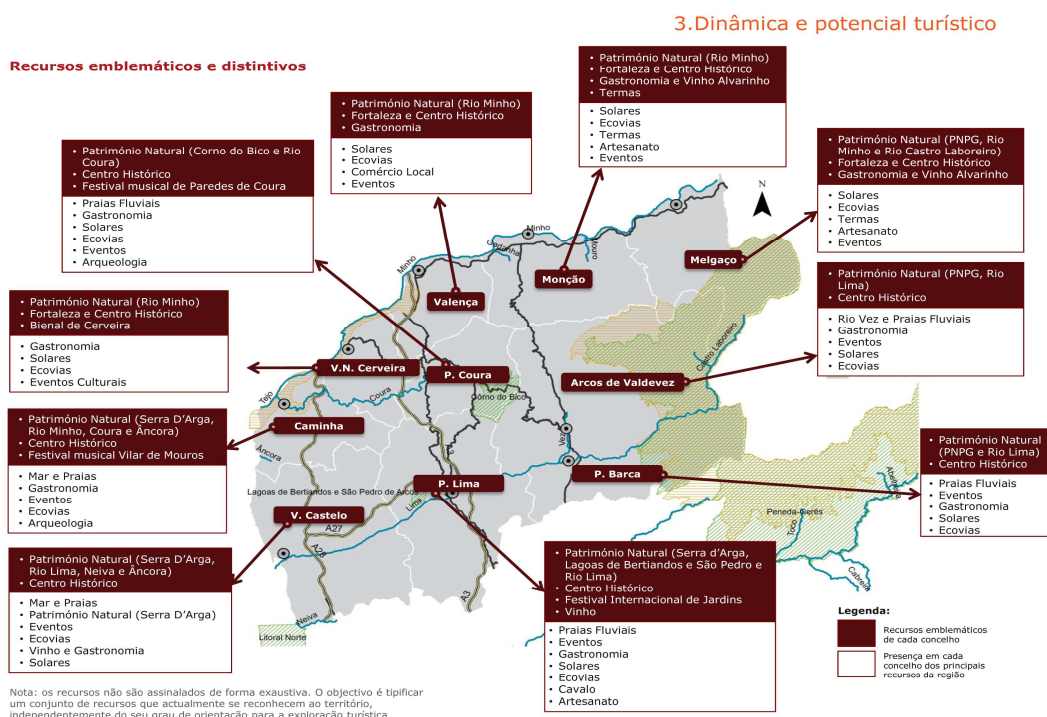
A base regional regista notórias variações à escala concelhia (ver Quadro 6), ou seja, para os concelhos abrangidos na NUT II, tomando em conta valores de 2008 apresentados pelo Turismo de Portugal, verifica-se que 82% da unidade de alojamento se localizam-se nas regiões Norte (43,8 %), Centro (22,2 %) e Alentejo (15,9 %), “proporcionando uma oferta de 9.698 camas (+354 camas)” (2009: 5).

O Alto Minho está inscrito na região turística do Porto e do Norte, envolvendo um investimento de turismo em espaço rural que é suportado, como nas outras regiões portuguesas, “pela formulação e implementação sistemática de políticas nacionais e comunitárias de aproveitamento e adaptação de patrimónios para fins de alojamento turístico em zonas rurais” (Luís Silva, 2007: 141). Alguns actores locais, nomeadamente ADETURN, ADRIL, Turihab, VALIMA estão por detrás de uma dinâmica expressiva em certos concelhos, conforme se refere no “Estudo sobre a organização macroeconómica e territorial do Alto Minho: cenários e perspectivas” (2002): Iguamente a “AVADERE PG (CM’s, RTAM, CCRN, PNPG), participam em redes europeias vocacionadas para as questões ambientais, nomeadamente, a *Natura 2000*, mantendo acordos com o Parque castelhano contíguo do Xurê. A região também, se encontra representada na *rede europeia dos LEADER*, sob a marca de *Solares de Portugal*, que é vocacionada para a recuperação de imóveis em zonas históricas e aldeias de tradição. Há ainda o *Programa PITER* (Projecto Integrado Turístico Estruturante de Base Regional), atualmente em curso, que apoia o investimento privado e público no sector, ajudando a concretizar “novos projectos que aumentem a oferta de alojamento e o investimento na promoção e animação turística” (pag 143).

O conjunto diferenciado de recursos turísticos existentes nos 10 concelhos do Alto Minho, que apresentam semelhanças na estratégia a adoptar, avocam em muitas circunstâncias, perspectivas integradas de atuação. Aludindo à figura 7, reparamos que no caso da oferta integrada do Alto Minho se destaca o *touring* paisagístico e cultural – no Parque Nacional da Peneda Gerês, em primeira linha, e, em segunda na Paisagem de Corno do Bico, Serra D’Arga e nos sistemas hidrográficos associados aos rios Minho e Lima – cabendo referir ainda, para além do *touring* a oferta de outras práticas

de desporto ao ar livre muito variadas. No estudo coordenado por Augusto Mateus, “Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Desafio 2020” aponta-se uma miríade de iniciativas culturais e de lazer que, por não beneficiarem de uma maior integração e complementaridade estratégica poderão tornar-se concorrenciais e dispersivos.

O exemplo mais notório corresponde à realização paralela dos festivais de Paredes de Coura e de Vilar de Mouros, os quais não obedecem uma preocupação de sinergia e de complementaridade capaz de beneficiar a sua promoção. Mas esta falta de aposta conjunta estende-se ainda à “promoção dos desportos de natureza, nomeadamente os náuticos, associados aos rios Lima e Minho e seus afluentes e ainda à costa marítima; os trilhos ou percursos; a gastronomia; os vinhos; o património histórico construído e a sua história; os caminhos de Santiago, (além de) outros, de índole cultural como sejam a Bienal de V. N. Cerveira, ou o próprio Festival Internacional de Jardins de Ponte de Lima” (2012: 24).



Fonte: Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Desafio 2020; pp. 22

Fig 7 - Recursos Patrimoniais do Alto Minho (Naturais e Construídos)

Onde nitidamente se pode observar uma certa complementaridade embora também com patamares distintos de oferta, é nas modalidades de turismo em espaço rural que se alicerçam em numerosos estabelecimentos de turismo de habitação os quais beneficiam da riqueza paisagística e do património constituído por casas senhoriais, palácios, quintas e aldeias amplamente espalhadas pelos diversos concelhos do Alto Minho.

3.8.2 | Oferta e procura no concelho de Paredes de Coura

A oferta turística no Concelho de Paredes de Coura assenta numa estratégia constante do TER, e que se concentra geograficamente num escasso número de freguesias, com características marcadamente rurais (5, num total de 21 freguesias). Esta concentração da oferta resulta de haver um número reduzido de estabelecimentos de TER (9 estabelecimentos no total, ver Quadro 7), além de outras valências de oferta de escassa dimensão, constituída por uma pequena pensão⁵ localizada na sede de concelho e por duas casas de hospedagem, estrategicamente situadas na EN 303, por esta corresponder a um do Caminho de Santiago.

Nome das Casas	Modalidade do TER	Freguesias	Distância à Sede do Concelho	Início da Actividade
Casa do Paço	CR	Ferreira	5.5 Km	1994
Casa Paz do Outeiro	CR	Ferreira	6 Km	1994
Quinta da Chança	CR	Ferreira	4 km	-
Casa da Cereja	CR	Bico	5,2 Km	2004
Sonho da Seara	CR	Bico	5.5 km	2004
Quinta da Cruz	CR	Linhares	6 Km	2003
	CR	Moselos	3,5	-
Quinta S. Roque	CC	Rubiães	7.1 Km	2004
Casa do Outeirinho	CC	Ferreira	-	-

Turismo Habitação; Turismo Espaço Rural: CR – Casas Rústicas; CC – Casas de Campo

Quadro 7 - Identificação e Localização das Unidades TER existentes em 2012 (Paredes de Coura)

⁵ Pensão Albergaria (Vila de Paredes de Coura), contabilizando 41 camas; Residencial “O Repouso do Peregrino” (Lugar de S.Roque e Residencial “O Solar Rivalago” (Lugar de Formariz).

Predomina, nesta oferta de turismo em espaço rural, a modalidade de Turismo Rural, com as adaptações de algumas casas abastadas, solarengas com o traço característico dos Séculos XVI, e XVII e XVIII, que logram, embora sofrendo algumas contingências, responder a uma procura turística, sobretudo de natureza estival, e serem beneficiadas concorrencialmente por facultarem uma “diversidade de alojamentos em territórios vizinhos, com qualidade” (Ribeiro e Laurentina, 2007: 481).⁶ Ora precisamente, o estudo empreendido por Ribeiro e Laurentina (2007) demonstra que a recuperação das antigas casas abastadas só se tornou possível graças às linhas de financiamento já referidas mediante as quais foi possível reabilitar a traça arquitetónica dos edificadados, embora descurando, na maior parte dos casos, uma recuperação paralela e sustentável das atividades agrícolas e pecuárias, que faziam delas quintas produtivas, há umas décadas atrás. O mesmo estudo destaca também, tomando por referência um menor universo de alojamentos que o do Quadro 6, a frouxa ligação que estas modalidades mantêm com diversas atividades ligadas à prática de desporto e de aventura, *birdwatching*, percurso de trilhos, etc., que neste enquadramento paisagístico poderiam oferecer uma interessante complementaridade (nos exemplos avocados só a “Casa Paz do Outeiro” oferece aos hóspedes a oportunidade de andar a cavalo).

O citado estudo não permite contudo fazer um rastreio pormenorizado dos perfis dos turistas embora se reconheça que subsiste uma certa equivalência com as tendências actuais. Assim pode dizer-se que os turistas nacionais eram oriundos “maioritariamente do norte do país e de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto os estrangeiros provinham na sua maioria da Alemanha e Holanda; com acentuada relevância para os grupos etários de 31 a 60 anos, entre os utentes nacionais, e estrangeiros (2007: 482). Naquele

⁶ Número de estabelecimentos de Turismo em espaço Rural na região do Alto Minho: Arcos de Valdevez – Casas Rústicas: 4, Aldeias de Portugal: 2; Agroturismo: 5, Turismo de Habitação: 5, Casas de Campo: 17; Caminha – Hotéis Rurais: 4; Casas Campo: 4; Melgaço – Casas Rústicas -5; Aldeias de Portugal – 2; hotéis Rurais. 1; Agro-Turismo: 1; Monção – Casas Rústicas – 2; Ponte da Barca: Aldeias de Portugal: 2; Casas de Campo: 17; Ponte de Lima: Casas Rústicas: 5; Aldeias de Portugal: 1; Agro-Turismo: 9; Turismo de Habitação: 23; Casas de Campo: 5; Viana do Castelo:

Fonte: Consulta de Sites das Câmaras Municipais. a tabela encontra-se a designação dos estabelecimentos que se encontram classificados pela Associação de Turismo de Habitação - TURIHAB.

estudo também se relevavam as aspirações dos proprietários a que fosse implementada uma estratégia mais sustentada de dinamização turística, por via de um maior envolvimento da Câmara Municipal de Paredes de Coura.

Estes anseios aparecem bem destacados no “Estudo de Oportunidades de Emprego para o Desenvolvimento e Emprego” elaborado já no começo do presente século, onde também são elencados cenários de avaliação estratégica para o concelho de Paredes de Coura, tendo como suporte o envolvimento ativo da edilidade no contexto de um produto TER e no enquadramento dos vectores especificados no Quadro 8.

No “caderno de encargos” de que este estudo é acompanhado são encaradas soluções de envolvimento privado escudadas na «atração de investimento e/ou mobilização de poupanças» (vector 1), as quais, mau grado o seu empenhamento se revelaram perante o isolamento territorial, demasiado ambiciosas para o resultado que obtiveram.

Entre aquilo que se apresentou e o que foi concretizado, houve uma acrescida valorização da estratégia sustentada por alguns empresários locais que souberam potenciar a fileira de produtos artesanais e gastronómicos, nomeadamente a restauração tradicional e a tentativa, a curto prazo, de certificação de marcas de produtos locais⁷, conforme se destaca no Plano de Acção Agenda 21 Local.

No que concerne o envolvimento autárquico existe maior desequilíbrio no que toca a implementação das ações propostas (vectores 2, 3 e 4), independentemente do forte desejo de as concretizar. Naturalmente que uma estratégia de marketing territorial que permita transformar o conjunto dos recursos existentes em produtos turísticos é um processo dinâmico, complexo e demorado, cuja execução transcende uma acção exclusivamente municipal.

² Fabrico de gastronomia tendo por base o milho e outros cereais. Devemos destacar os biscoitos de milho, tradicionalmente confeccionados na Páscoa, o bolo do bolo do tacho que servia para aproveitar algumas carnes e massa de broa de milho, a broa de milho, as papas de milho-miúdo, as filhós entre muitos outros

Quadro 8 - Vectores Estratégicos de Intervenção Municipal/ CM Paredes de Coura

<p>1.Atracção de investimento e/ou de mobilização de poupanças</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Construção de novos equipamentos hoteleiros de qualidade média-alta; ➤ Transformação de edifícios rurais privados em casas de TER (Turismo no Espaço Rural); ➤ Campismo tradicional e/ou em espaços naturais; ➤ Atracção de novos residentes temporários tirando partido da sua capacidade de recuperação do património rural; ➤ Dinamização dos empresários agrícolas do Concelho no sentido da sua participação no projecto-piloto a integrar na fileira turismo/agricultura/ambiente.
<p>2.Promoção de alguns empreendimentos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A quinta turística (Centro Rural) na casa do Outeiro em Agualonga, articulando a sua actividade com o museu regional; ➤ Pensar o papel que o Museu Regional poderá desempenhar como pólo de acolhimento e encaminhamento de visitantes para as várias componentes da oferta turística rural do Concelho; ➤ Animação do Centro Cultural em torno da obra de Aquilino Ribeiro, Casa Grande de Romarigães
<p>3.Actuação na qualificação do território</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fomento da recuperação de património; ➤ Criação e melhoria de condições de acessibilidade e de visita (a todos os níveis) a edifícios históricos, aldeias e sítios arqueológicos de interesse; ➤ Mobilizar, de forma bem estudada, os recursos naturais existentes e integrá-los no turismo; ➤ Sensibilizar as populações locais (e aplicação de normas) para a necessidade de elevação do nível estético das habitações e seus espaços exteriores, de forma a torná-las mais compatíveis com a imagem tradicional do Alto-Minho e as expectativas dos visitantes.
<p>4.Coordenação de esforços e do desenvolvimento dos planos de acção</p>	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estabelecimento da estratégia de actuação no domínio integrado do desenvolvimento da agricultura/ambiente/turismo; ➤ Fomento da articulação fundamental entre as acções com impacto neste domínio do desenvolvimento e originárias de vários programas de incentivos aplicáveis no Concelho, nomeadamente, SIFIT, Leader, Feoga, Formação Profissional, POA... ➤ Intensificação da presença municipal junto da RTAM no sentido de ajudar no estabelecimento da estratégia promocional de Paredes de Coura que mais convenha ao desenvolvimento deste produto integrado e sua articulação com as outras entidades responsáveis pelo Ambiente e pela Agricultura; ➤ Envolvimento da Escola Superior Agrária de Ponte de Lima e da DRAEDM no processo de transformação das explorações agrícolas aderentes ao programa de desenvolvimento, deforma a tornar realidade o potencial de divulgação das novas tecnologias rurais que está subjacente à ideia deste projecto-piloto.

Fonte: Quatenaire Portugal (1999) “Estudo de Oportunidades de Desenvolvimento, Investimento e Emprego para o Concelho de Paredes de Coura (adaptação)

No entanto, suscita uma certa perplexidade, dado o conjunto de financiamentos disponíveis, que não tenha sido possível avançar com o projeto de um Museu Rural na Casa do Outeiro, freguesia de Aqualonga, que é propriedade da Câmara Municipal, e que protagonizaria uma forte atratividade, segundo a estratégia do TER, ao configurar-se como um “centro de interpretação da oferta concelhia” e constituir-se num “polo difusor da procura para as várias componentes do produto” (1999: 58).

Mais recentemente, em 2003, houve uma proposta do Instituto Politécnico de Viana do Castelo para a concretização de um Centro Europeu de Dieta Atlântica, com um valor de investimento de 3.500.000 €, que teria como finalidade assumir-se como um espaço identificador da cultura atlântica, incorporando um “Museu, uma biblioteca multimédia da Dieta Atlântica, um Centro Ciência Viva, uma aldeia alimentar”. Este projecto não avançou, todavia, por falta de outros parceiros/investidores.

A sensibilização da população para as questões ambientais e a valorização estética das habitações e espaços exteriores constituem medidas transversais reportadas aos vectores 3 e 4, e já experimentadas com resultados positivos, no desenvolvimento estratégico do concelho. Tem havido forte preocupação em promover acções junto das populações estudantis, nomeadamente por via de iniciativas realizadas no Centro Educativo de Interpretação Ambiental (CEIA) da Paisagem Protegida do Corno de Bico nos domínios da educação e da sensibilização ambiental. Está ainda prevista a divulgação de um manual, a elaborar, acerca dos cuidados a ter para assegurar a melhoria da construção (a integrar no Plano de Ordenamento do PPCB), e onde serão contempladas questões de eficiência energética, materiais a utilizar e boas práticas construtivas.

De assinalar ainda o valioso esforço da Câmara Municipal de Paredes de Coura, para associar à dinâmica turística uma estratégia cultural, em paridade com algumas das ações sintetizadas no Quadro 8. Destaca-se, por um lado, o considerável investimento feito em numerosos equipamentos situados na sede de concelho, nomeadamente o

Centro Cultural e o Museu Regional, e, por outro, a forma como têm sido estabelecidas relações frutuosas com as associações culturais de base local, disseminadas pelas freguesias rurais do Concelho, e, em particular as que se destinem ao incremento de actividades dirigidas à população estudantil.

Esta capacidade de intervir e de inovar em diversos sectores culturais, nomeadamente quando através deles se atraíam novas populações turísticas, como por exemplo a da realização do Festival de Paredes de Coura, assenta numa dinâmica com fortes raízes neste concelho, particularmente na sua sede administrativa, se bem que quase exclusivamente circunscrita ao mês de Agosto. Neste domínio deve salientar-se o trabalho desenvolvido pela Associação de Incentivo da Cultura Courense, fundada com o objetivo de promover o concelho e o universo de música moderna alternativa, por via da qual foi lançado o projeto do Festival de Música de Paredes de Coura que radicou no concelho um grupo de jovens qualificados, com capacidade de organização e de gestão de programas culturais, dotados com um potencial de inovação significativo (1999: 76).

3.9 | Diagnóstico Síntese

Mediante a caracterização do território enunciaram-se, embora de forma sintética, os principais factores que condicionam o objetivo deste estudo. Proceder-se-á seguidamente a uma sistematização das principais potencialidades e debilidades identificadas no território (análise interna e valores inerentes) o que facultará a apreensão das oportunidades e das ameaças que se apresentem como susceptíveis de condicionar e determinar o seu desenvolvimento. (análise externa e valores externos).

Nesta sequência, o diagnóstico-síntese (Quadro 9) representará uma charneira para estabelecimento de uma estratégia de dinamização turística:

Quadro 9 - Síntese Potencialidades/Debilidades Oportunidades/Ameaças

Potencialidades	Debilidades
<p>> Riqueza e diversidade do património</p> <p>>Natural: grande variedade de nichos paisagísticos, os rios, as serras e os vales, que conferem uma paisagem impar no território português;</p> <p>>Construído: arquitectura religiosa e civil;</p> <p>> Cultural: romarias, festividades e feiras; o artesanato e a riqueza variada da gastronomia.</p> <p>-----</p> <p>>Actividades agro-florestais de alto valor acrescentado;</p> <p>>Presença da Paisagem Protegida de Corno do Bico (PNCB) e proximidade do único Parque Nacional Português (PNPG);</p> <p>>Áreas de elevado valor paisagístico, área incluída no "Sítio PTCN0040 da Rede Natura" ou até a EN 301, via com interesse paisagístico;</p> <p>> Equipamentos de sensibilização ambiental no Corno de Bico, com uma vocação educativa e formativa plural</p>	<p>>Ritmos intensos de precipitação ao longo do ano afectam uma estratégia; mais estável de atividades turísticas ao ar livre;</p> <p>>Estado de deterioração de algum património edificado (religioso e civil);</p> <p>-----</p> <p>> O abandono das actividades agro-florestais, por via do decréscimo e envelhecimento populacional, poderá alterar os padrões de equilíbrio paisagístico</p> <p>>Áreas florestais de elevado risco de incêndio;</p>
<p>> Proximidade da auto-estrada Porto - Valença (A3/IP1) como elo de ligação principal à Galiza;</p> <p>> Existência de um estrato jovem dinâmico, inovador e arrojado;</p> <p>> Aumento da população a frequentar o ensino;</p> <p>> Grau de especialização de cursos tecno-profissionais no concelho de Paredes de Coura e a articulação feita com o Instituto de emprego e com a C.M. Paredes de Coura</p>	<p>> As ligações ao interior do concelho de Paredes de Coura, constituem uma das principais debilidades da articulação intra-regional;</p> <p>> Estrutura etária desequilibrada reflectindo um estreitar da população mais nova e um alargamento das classes mais velhas</p> <p>> Esvaziamento das freguesias rurais com inevitáveis consequências</p> <p>>Dificuldades em "reciclar" mão-de-obra, proveniente de actividades desafectadas associadas à agricultura;</p> <p>>Deficiente qualificação profissional;</p>

Potencialidades

- >Valorização estratégica da fileira de turismo verde;
- >Dinamização cultural diversificada desenvolvida pela Câmara Municipal de Paredes de Coura, em colaboração com as várias associações culturais existentes no concelho;
- >A realização do festival Musical de Paredes de Coura;
- >A tradição cultural manifestada nas feiras, festas e romarias representa um recurso turístico ímpar e singular no contexto do território português;
- >A riqueza da rota de Santiago no concelho de Paredes de Coura, e a sua exploração como rota cultural, em convergência com outros roteiros que aí se concretizam (por exemplo, a rota do românico);
- >A riqueza e valorização de caminhos pedestres no concelho de Paredes de Coura, com uma estratégia territorial bem desenvolvida pela CM Paredes de Coura, que reforça a atractividade da região;
- >Actividade no domínio da certificação, qualificação e comercialização dos produtos tradicionais;
- >Importância da fileira da gastronomia, assente na potenciação da restauração tradicional, complemento importante a uma estratégia no domínio turístico.

Debilidades

- > sazonalidade da procura turística
- >Baixa capacidade de alojamento turístico;
- >Debilidade de animação turística e pouca articulação e cooperação entre os vários concelhos que compõem a região do Alto Minho
- > Sobreposição de vários eventos culturais e de lazer em concelhos vizinhos prejudica uma estratégia concertada de dinamização turística;
- >Impasse no desenvolvimento do projecto do Museu Rural, a localizar na Casa do Outeiro;

Oportunidades

- > Disponibilidade de linhas de financiamento permitindo um investimento na fileira turística;
- > A importância do espaço municipal como referencial de concepção, implementação e gestão de projectos e de territorialização das políticas públicas;
- > Potencial de desenvolvimento de produtos turísticos considerados relevantes no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) e no PROT (City Break; gastronomia e vinho; touring cultural e paisagístico; saúde e bem-estar, turismo de natureza, golfe);
- > Incorporação de uma estratégia comum de promoção, de nível internacional, a mais-valia decorrente do grande número de emigrantes e luso-descendentes com origem no Alto Minho e que constituem um público-alvo com bastante potencial a nível turístico e de investimento
- > Diversidade de recursos naturais que se podem constituir em produtos turísticos diferenciados (p. ex., turismo de natureza, turismo em espaço rural, patrimonial e cultural, desportivo e de aventura, rotas temáticas);

Ameaças

- > O agravamento da crise económica internacional poderá provocar uma diminuição dos mercados emissores;
- > O despovoamento e envelhecimento da população nas freguesias rurais conduzindo à sua desvitalização e degradação da paisagem rural;
- > Incapacidade de afirmação de iniciativas conjuntas que se traduzam num reforço de escala, nomeadamente na estratégia de dinamização turística;
- > A crise nacional reflecte-se nos orçamentos das autarquias e na capacidade de investimento

4.

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

4 | ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO: A QUINTA DO AMPARO – UM TESOURO LITERÁRIO DO ALTO MINHO

4.1 | Pressupostos iniciais

Elaborar um projecto de dinamização turística destinado a um espaço rural, tomando por base um território literário, constitui uma experiência pouco explorada no contexto português. Na introdução deste trabalho formulámos algumas questões quanto à forma como uma obra escrita poderá servir de suporte a uma iniciativa turística. Os exemplos retirados das leituras exploratórias permitem concluir que o recurso a este tipo de «dínamo estratégico» se reveste de pleno cabimento. A paisagem de Tormes, descrita por Eça de Queiroz, acrescida hoje pela respectiva Fundação, mostra como a imaterialidade da escrita queirosiana se conciliou harmoniosamente com a materialidade do sítio. Através da nossa proposta procuraremos avaliar se o mesmo também é viável para uma outra paisagem literária, igualmente situada num território do interior, marcadamente rural. Conseguir-se-á, mediante uma estratégia de dinamização turística adequada, fazer convergir alguns parceiros públicos para um investimento privado deste tipo?

Mau grado os condicionalismos existentes julgamos que o desenvolvimento deste projecto de dinamização turística tem bastante pertinência já que a «massa crítica» que confere a este concelho a sua actual atractividade, fundamentada na riqueza dos seus recursos territoriais, justificaria, por si só, a realização deste exercício. Conforme já referimos, os escassos alojamentos de TER existentes no concelho subsistem pela força desses recursos marcadamente paisagísticos. Todavia isso poderia ser potenciado pelo aparecimento de um acrescida atractividade que fosse devidamente coadjuvada por uma nova estratégia de coesão territorial, apoiada em diversos parceiros públicos e privados e em várias actividades culturais, económicas e sociais inter-complementares.

Esse é precisamente o nosso objectivo: realizar um exercício em certa medida inovador para o concelho de Paredes de Coura, quer pelas soluções sociais apontadas quer

pela concretização estratégica de que dependerá. A estratégia assentará no aproveitamento da obra literária: «A Casa Grande de Romarigães»; um livro, que pela recriação do ambiente em que a acção se desenrola e pelo clima que acompanha a sua trama histórica, confere ao sítio, a Quinta do Amparo, uma forte impregnação evocativa a partir da qual se poderá desenvolver um projecto de dinamização turística, sustentado por um conjunto de actividades, que gravitem em torno da narrativa. Para o efeito, a respectiva dinâmica estratégica corresponderá a “três andamentos”, lógica e intencionalmente encadeados, o primeiro dos quais sumarizando a sequência do romance e pondo em relevo a forma como a paisagem física do mesmo constitui uma verdadeira “concha envolvente” da narração, onde continua presente a memória criativa do escritor; um segundo andamento, desenvolvendo em termos genéricos o modelo estratégico adoptado e o seu previsível funcionamento e por último; um terceiro andamento, detalhando os vários eixos estratégicos que têm a Quinta do Amparo como território gravitacional, embora sempre no contexto de uma dinâmica potenciadora do Concelho de Paredes de Coura, do seu território físico e da sua comunidade local, no fundo o principal agente deste espaço e deste quadro estratégico.



Fig. 8 - Aquilino Ribeiro na «Casa Grande de Romarigães», em 1962 | Fotografia de Vasco Granja

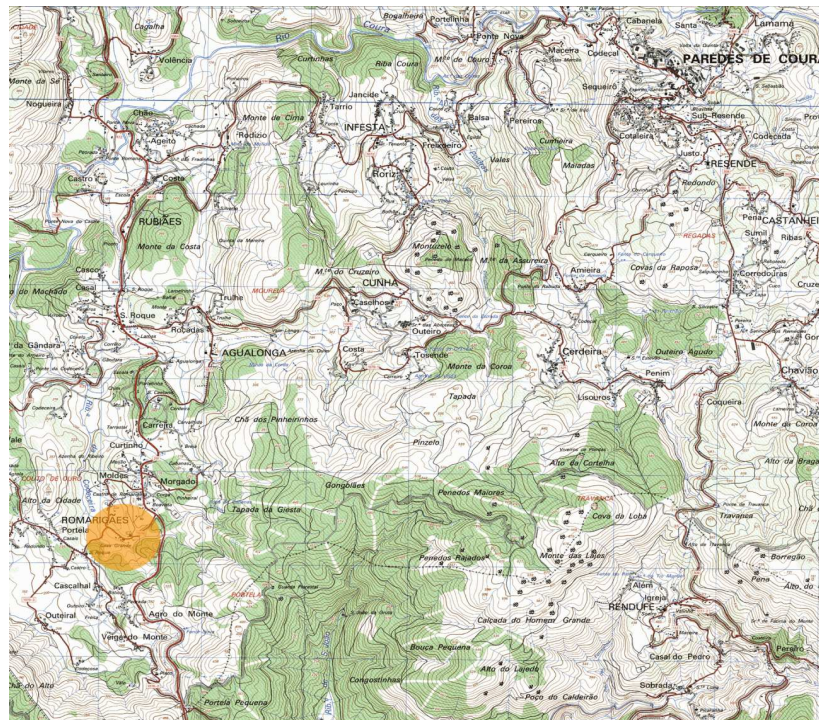
4.2 | “A Casa Grande de Romarigães”: um território literário

A “Casa Grande de Romarigães” por si mesma é um pólo de assinalável atractividade no Alto Minho, dando azo a inúmeras visitas, individuais ou organizadas para conhecerem o património local e a atmosfera envolvente que inspiraram a crónica romanceada e sentirem aí a “subtil impregnação do vivido com o recriado de que irradia aquele sabor inconfundivelmente minhoto que emana do livro” (Aquilino desconhecido, 2002: 34).

O interesse pelo sítio onde a Casa Grande se situa reflecte em boa medida o fascínio que advêm do romance histórico que Aquilino Ribeiro ali situou, e a curiosidade que a memória da respectiva leitura terá suscitado nas pessoas que para lá se dirigem com o propósito de confrontar a realidade local com a representação imaginária que haviam construído.

Neste processo se fundamenta em grande parte a potencialidade da Casa Grande e a consequente exploração turística de que a mesma é passível num quadro estratégico de aproveitamento sustentável e de harmonia com os valores culturais e paisagísticos da região.

A quinta do Amparo/Casa Grande de Romarigães insere-se numa paisagem marcadamente rústica, junto a uma estrada nacional, e dispõe de horizontes abertos para um pequeno vale, marcado por uma breve ribeira para onde confluem quase todos os terrenos da propriedade (ver figura 9 e 11). Goza igualmente de uma vista privilegiada sobre um monte que irrompe sobranceiro, a curta distância, em cujo topo se localiza o Castro do Couto de Ouro e usufrui ainda de uma perspectiva mais longínqua e desafogada sobre a Serra de Arga, que “parece postada lá adiante a barrar-nos o caminho com as suas escarpas de bronze” (Aquilino Ribeiro, “Arcas Encoiradas”).



Localização da Quinta do Amparo

Fonte: Serviços Cartográficos do Exército – folha 15| escala 1: 25.000

Fig. 9 - Localização da Quinta do Amparo/Casa Grande de Romariçães

Tamanha quietude e envolvimento numa natureza florescente que ergueu o “seu biombo ameno” de “pinheiros, carvalhos, sobreiros e eucaliptos a crescer à desmedida sobre o chão de tojo molar, que ali medra em proporções tropicais” (Aquilino Ribeiro, “Arcas Encoiradas”) permite encarar a paisagem como um valioso activo turístico susceptível, por si só, de fundamentar uma aposta de investimento.

“Voltou-se para o grande baldio, vestido com a serguilha ruça do mato, pespontado de sobros, carvalhos, cerquinhos e pinheiros, uma frondosa mata a sudoeste, tudo a crescer à rédea solta da natureza, irreprimivelmente, apesar do dente dos reixelos e da podoa dos lenhadores. A água reluzia aqui e além nos algares das chãs e nos estirões rectos das resqueiras, perdida e tão mal empregada que era abusar da bondade de Deus não a encaminhar para onde criasse flores e frutos. E o sol, um sol rijo e pesadão, de todo genésico, espojava-se sobre a terra à maneira dum galinha choca sobre os ovos da postura.

- Que rica quinta aqui se fazia! Tornou a dizer para consigo, filho revesso de campónios, a quem a paterna e o cálice não haviam obliterado o sentido da terra” (Casa Grande de Romariçães, pag 13)

Mas o sítio de Romarigães é mais do que uma grandeza telúrica, é a força de uma obra literária que Manuel Mendes elogiou como talvez “a mais prodigiosa pelo sabor que tem a sadia vetustez, ao sabor ganho no ofício, à experiência tão rica de humanidade: desde a primeira à última página, o caminho percorrido é como um largo e luminoso rasto de beleza, de energia criadora, de originalidade incomparável, de varonia pelos próprios actos nobilitada, decerto um dia madre de uma nova estirpe” (Aquilino desconhecido: pag. 35).

No que respeita ao conjunto actualmente edificado sabe-se que o património arquitectónico se encontra classificado pelo IGESPAR, como Imóvel de Interesse Público - por via do Decreto-lei nº 1/86, DR nº 2 de 03-01-1986 – incluindo para além da casa, os “anexos rurais, a capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo, de interessante fachada barroca, e a propriedade, delimitada pelo muro onde se abre um portão brasonado” (página IGESPAR IP Património)⁸. Desta arquitectura residencial barroca devemos destacar o frontispício da capela, que José António Ferreira de Almeida classifica como “único no género em todo o Alto Minho, obedecendo, segundo, o mesmo ao gosto das capelas solarengas galegas do século XVIII. O espigueiro que se erguia sobre o muro, e de que ainda se conserva a maioria das suas peças era o maior do concelho de Paredes de Coura”. O actual conjunto patrimonial reflecte uma sucessão de restauros ao longo do tempo, que atalharam a alguns dos problemas estruturais da Quinta. O primeiro foi realizado pelo próprio escritor e pela sua família nos finais dos anos cinquenta do século XX. Conta a esposa do escritor o seguinte episódio: “apesar do apego à Soutosa, Aquilino apaixonou-se pela Senhora do Amparo em Romarigães. Se soubesse não o que tinha levado lá. Quis ficar com aquilo. Nada o demoveu” (Aquilino Desconhecido, pag. 34). Com esta deriva da sua geografia sentimental, Aquilino Ribeiro desenvolve um amplo trabalho de reaproveitamento e restauração do edificado que então se encontrava praticamente em total obsolescência: “No antigo solar dos Montenegros e Meneses prosseguem as obras. As

⁸ Ver anexos 7.1 e 7.2

ruínas vão perdendo o ar calamitoso que cortava a alma, Quando armará a banca o construtor das nuvens? O Solar com seu pórtico joanino, principesco, as pirâmides esbeltas da capela e a sineira, as duas casas apalaçadas, o canastro mais vasto do concelho – 27 metros de comprimento, pedra e castanho – as suas prolixas dependências, com telhados novos, destacam-se como um núcleo residencial ao centro dos casais” (Aquilino Ribeiro, «Arcas Encoiradas»).

A ficção de Aquilino Ribeiro remete-nos para os avatares da construção desta propriedade, ao apelar a toda a sua imaginação e talento para rever a forma como o licenciado reverendo Gonçalo da Cunha construiu a Casa Grande:

“Em menos de cinco anos estava acabada a Casa Grande, prédio de torre, com largos salões e muitos cómodos, no flanco, a capela de N^a S.^a do Amparo, e uma cozinha de lajedo e chaminé de barretina, compreendendo lareira, armários, dois fornos em que se podia assar, ao estilo das comunidades conventuais, um boi no espeto. A fonte. Perto do corgo, gorgolejava por uma bocarra, na sua carranca de Medusa, abundante e fresca água. E o bastio de pinheiros e carvalhiços cobria já o cerro em frente, unido à velha mata e populosa cidade dos pássaros. À tarde a brisa, que subia desde a costa do estuário do Coura, arrepiava-lhe brandamente as corutas e uma onda balsâmica e elísia varria a Casa Grande” (pag. 25).



Fig. 10 - Aquilino Ribeiro junto à Capela de Nossa Senhora do Amparo, 1956

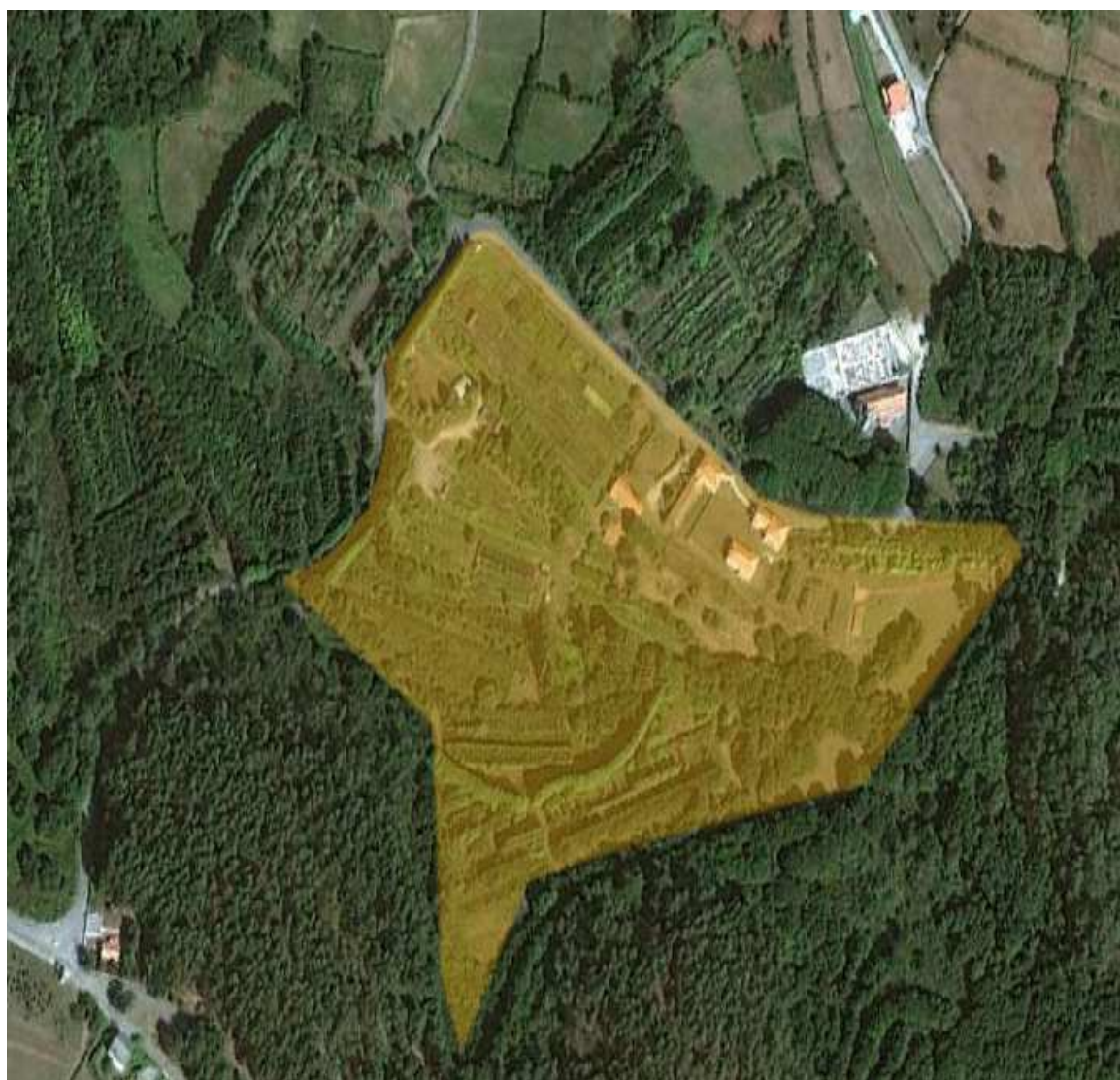


Fig. 11 – Ortofotomapa – Localidade de Romarigães | Zonamento da Quinta do Amparo



Fig. 12 - Restauro da Capela Nª Srª do Amparo. Aquilino Ribeiro e Mestre Zé de Soutosa (finais anos 50)

O enredo desenvolve-se ao longo de sete gerações (e oito senhores) e desemboca numa extraordinária sequência em que Hilário de Barrelas, como os olhos de Aquilino Ribeiro quando viu acompanhado pela sua mulher, pela primeira vez, as ruínas da Capela de Nossa Senhora do Amparo:

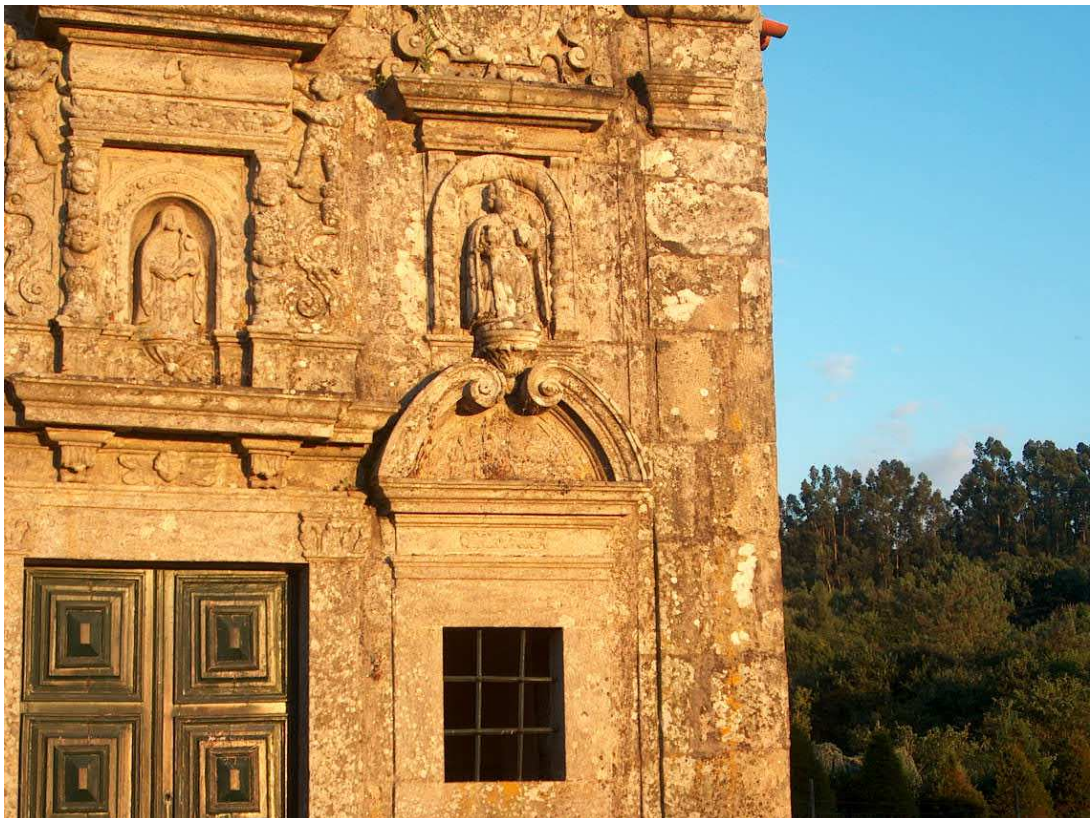
“Quando por morte do avô conselheiro, visitou a Casa Grande, com as ruínas da gloriosa Nossa Senhora do Amparo a consumir-se, mas sempre de imarcescível beleza, ficou deslumbrado. E, uma vez que património se repartia, e os herdeiros, mais escabreados, restos e absurdos que lobos famintos, se lançavam uns sobre os outros, disse para a sua mulher:

- Fica em Romarigães, na bela ruína do Amparo.

Tinha caído o telhado na linda capela, os caseiros queimaram as portas, a talha do altar e do coro, e deixaram desaparecer imagens e painéis. No solar uma das paredes da construção filipina esbarrigara e acabou por dar em terra. Pelos telhados entrava água como por cestos rotos e as tábuas do soalho, se lhes punham pé em cima, rangiam e estalavam, escancarando-se em precipícios traiçoeiros para as lojas. Para cúmulo, o Estado tomara conta do salão principal para aula de primeiras letras, o salão onde D. Telmo de Montenegro, o verdadeiro, o espanhol, o quixotesco, dera festas de truz às

duas fidalguias de Minho e Galiza. Não restava um alizar direito nem uma janela intacta.” (Casa Grande de Romarigães: 285-286).

E é nesta impregnação entre o vivido e a ficção que se chega ao tempo presente. A Quinta do Amparo foi entretanto objecto de outras obras de restauro, nomeadamente a casa que alberga a família do escritor, ocupada sobretudo durante as férias de Verão, e a casa mais a oeste que foi arrendada e recuperada há mais de vinte anos. Neste conjunto continua por recuperar o edifício de dois pisos junto à capela, de planta quadrada, onde em tempos, por iniciativa do Conselheiro Miguel Dantas funcionou uma escola pública. Para este edifício, o seu filho mais novo equacionou a instalação de um breve espólio evocativo do percurso do escritor, ideia que no projecto estratégico de dinamização turística se encontra contemplada no plano de acção a desenvolver.



Fonte: fotografia de Aquilino Machado

Fig. 13 - Pormenor da Capela do Amparo/Casa Grande de Romarigães

A efectivação de um projecto de recuperação da Quinta Amparo/Casa Grande de Romarigães envolvendo um apoio/financiamento do Estado foi já objecto de inúmeras sugestões, após o advento do regime democrático em 1974. Apesar da boa vontade de entidades tuteladas pelo Ministério da Cultura e da boa vontade da Câmara Municipal de Paredes de Coura, as promessas não foram concretizadas nem passaram de louváveis intenções. Recentemente, em 14 de Setembro de 2011, ocorreu um pedido de esclarecimento apresentado pelo Partido Comunista Português onde se lamentava a ausência, no entroncamento da EN 303 que dá acesso a Romarigães, de uma “placa/painel informando o transeunte que ali nas proximidades está a Casa Grande de Romarigães” e, também o estado de degradação e de “ (...) de injustificável desprezo público por um património de elevado valor simbólico” a que está votada a casa junto à Capela.⁹



Fonte: fotografia Aquilino Machado

Fig. 14 - Casa Grande de Romarigães, perspectiva do Portão Principal

⁹ Ver anexo 7.3

A estratégia que se equacionará para a Casa Grande de Romarigães tentará responder a alguns dos propósitos anteriormente referidos. Sublinhando a escrita de Aquilino Ribeiro:

“É pena que não se possa regular a vida como um relógio, andando com os ponteiros para diante e para trás segundo a nossa conveniência. Como eu faria da Quinta do Amparo um jardim maravilhoso, a minha estância de contemtor do Mundo, e de Nossa Senhora, esta doce imagem de faces bochechudinhas, minha amiga do coração? A primavera, tantas vezes rebelde ao calendário, rejuvenesce tudo menos o homem. As leis da ciclicidade física assim o mandam. Para o ano, por esta altura, voltarão as aves a cantar. Que chova, que faça o sol radioso com o mundo vegetal pletórico de seiva ou mais aganado, à triste planta humana é que nada a afasta da sua carreira para a morte. Será ela a obra-prima da Criação ou a pior de todas?” (Casa Grande de Romarigães: pag. 289).

“Ora, certa manhã de Outono ...” (Casa Grande de Romarigães: pag. 11)



Fonte: Fotografia de Miguel Pedroso de Lima

Fig.15 - Perspectiva da Fachada Exterior da Quinta do Amparo

4.3 | Linhas de Orientação Estratégica: Modelo Desenvolvimento Proposto

O projecto de orientação estratégica deverá assentar num modelo de desenvolvimento que promova a valorização do território - Quinta do Amparo/Casa Grande de Romarigães - explorando quer os recursos presentes quer o seu potencial endógeno, de molde a contextualizar um eventual investimento privado (que abranja os recursos necessários a uma recuperação do património construído da Quinta), e que esteja em condições de assegurar a viabilização do empreendimento, no contexto de uma partilha de responsabilidades entre os diversos intervenientes.

Esta repartição de responsabilidades segundo uma estratégia de desenvolvimento local deverá assentar em modalidades de cooperação eficazes que partam de decisões singulares, mas também de estratégias participadas, sempre no contexto abrangente de um capital relacional que reflecta o compromisso e a cooperação entre as partes envolvidas e a assunção de responsabilidades por todos.

Esquemáticamente poder-se-ia representar as diversas considerações anteriores do seguinte modo (ver figura 16, na página seguinte):

No contexto do que já se indicou importará que se tenha em conta os seguintes aspectos:

Uma Base territorial | tendo como “foco modal” a Quinta do Amparo/Casa Grande de Romarigães. Uma realidade física em que se plasma uma narrativa ficcional, e que servirá de pretexto para a promoção de um conjunto de actividades que poderão amplificar e estruturar o desenvolvimento endógeno da região.

Estado | Os diferentes níveis da Administração Pública que poderão ser envolvidos a facultar uma melhor agilização das redes de intermediação que mantêm entre si, de molde a que a proposta a desenvolver configure uma estratégia otimizada de desenvolvimento local.

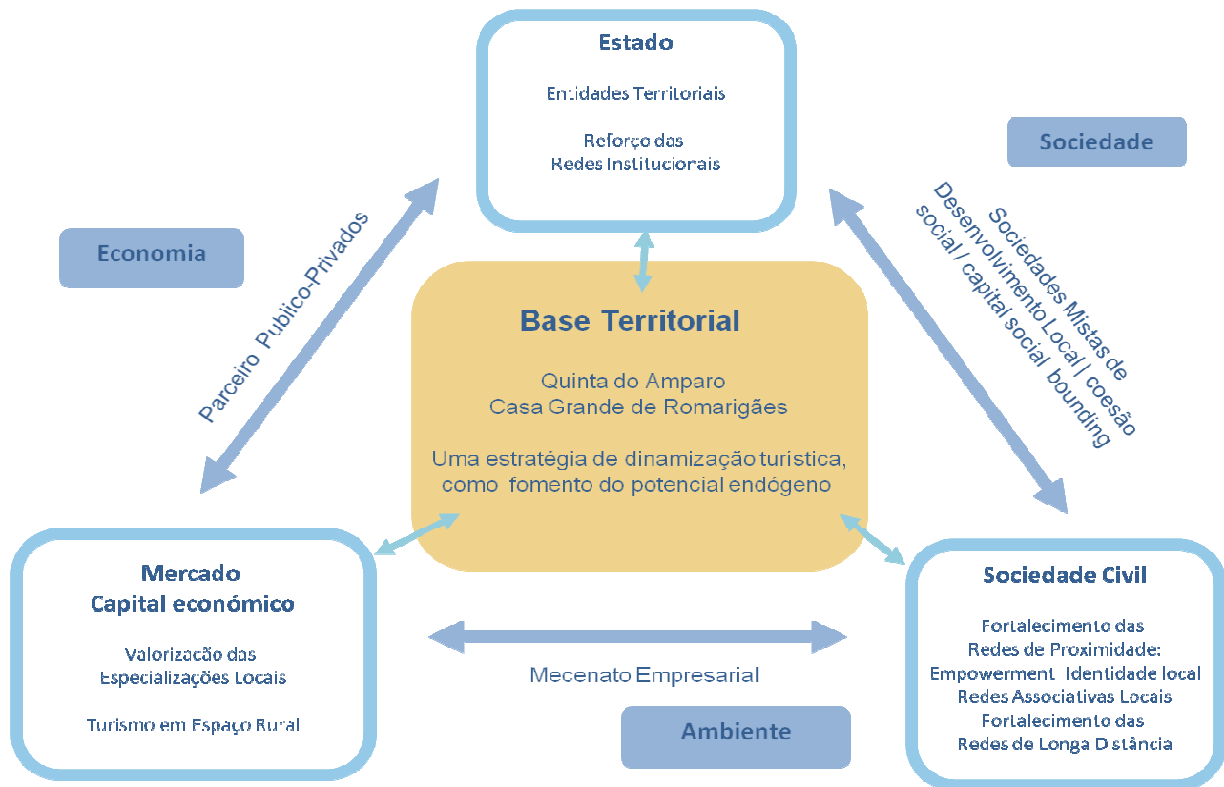


Fig. 16 - Modelo de Desenvolvimento Proposto: Projecto de Dinamização Turística Quinta do Amparo/Concelho Paredes de Coura

Importa assinalar o papel de intermediação a assumir pela Câmara Municipal de Paredes de Coura, como principal agente dinamizador de uma estratégia local, o qual se reporta a duas escalas de intervenção diferentes (ver Quadros 10 e 11): uma delas, constituída pela rede de conectividades intra-concelhias, que emite um conjunto de diretivas visando reforçar a identidade e a coesão territorial; e a outra envolvendo uma escala de atuação mais ampla, tendente a fortalecer o diálogo intermunicipal e a consagrar um “território de articulações”, nomeadamente por via da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM), a qual procura dar um substrato mais sustentável a uma região que busca ser um território de convergências, “dando unidade aos vectores de articulação que se encontram espartilhados e fragilizados” (Augusto Mateus, 2012).

Quadro 10 | Rede de Conectividades Intra-Concelhias

Directivas	Aplicação da intermediação: Responsabilidade
» Promoção da <u>concertação estratégica das políticas públicas</u> com o sector privado;	CM Paredes de Coura
» Promoção de políticas públicas que assegurem a <u>preservação da identidade do património paisagístico</u> ;	CM Paredes de Coura; IGESPAR; CCDR N
» <u>Valorização das especificidades regionais</u> - valorizar as especificidades regionais, o potencial produtivo e a modernização tecnológica na exploração dos recursos endógenos, nomeadamente no domínio das energias renováveis;	CM Paredes de Coura; AC
<u>Condições para a Edificabilidade em Solo Rural</u> - Adotar estratégias de planeamento e gestão com vista à salvaguarda e valorização dos aglomerados rurais de maior expressão e valor identitário;	CM Paredes de Coura
» <u>Defender e valorizar as actividades agro-florestais e tradicionais</u> designadamente a agricultura e pecuária extensiva, aos modelos de silvicultura assentes nas espécies autóctones, de maior valor dendrológico;	CM Paredes de Coura; AC
» Valorização de ações de formação - Qualificação dos recursos humanos ligados à atividade turística, mediante apoio a ações e projetos que contribuam para melhorar os respectivos níveis de formação;	CM Paredes de Coura; Segurança Social
» Organizar rotas turísticas, em torno de redes patrimoniais e paisagísticas, de valores culturais e de lazer ou outros interesses específicos, que garantam dimensão ao produto turístico e constituam pólos de desenvolvimento local.	CM Paredes de Coura: ER Cultura; ER Turismo

Fonte: adaptação com base em algumas directivas propostas no PROT – Norte - proposta de Plano/2009 e Projectos desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

Quadro 11 | Rede de conectividades inter-concelhias

Directivas	Aplicação da intermediação: Responsabilidade
» <u>Diálogo Institucional</u> - Estruturar sistema(s) de interacção e cooperação institucional entre municípios e entre estes e os organismos da Administração Central, através da dinamização de plataformas contínuas de participação e diálogo institucional entre as diferentes escalas de planeamento;	Municípios do Alto Minho/ Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho); CCDR – Norte
» <u>Aposta conjunta de promoção turística</u> comum, entre os vários municípios, e as entidades regionais de Turismo, já que ocorrem inúmeros eventos nas mesmas datas em concelhos diferentes, tornando-os concorrenciais entre si.	Municípios do Alto Minho/ Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho); Região Turismo Alto Minho

Fonte: adaptação com base em algumas directivas propostas no PROT – Norte - proposta de Plano/2009 e Projectos desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

Mercado/Capital Económico | A participação do sector económico assenta num modelo que valorize as potencialidades de especialização local, designadamente as fileiras susceptíveis de produzirem não apenas mais-valias como ainda a coesão territorial e social (por exemplo, através da fixação e viabilização de pequenas empresas prestadoras de serviço, ver Quadro 12).

Quadro 12 | Base Económica

Directiz	Aplicação da intermediação: Responsabilidade
Estudar e estabelecer sistemas de incentivos e critérios de licenciamento que privilegiem a atracção e a localização de indústrias eco-eficientes nos parques e zonas empresarias. Rede de acolhimento empresarial - Constituir progressivamente uma rede regional de espaços de acolhimento empresarial qualificado, assente em lógicas de especialização/complementaridade, seja no plano sectorial, seja no plano da componente de serviços, ou ainda no das funções estratégicas associadas a cada espaço.	Município / CCDR Norte
Certificação de Produtos Locais - Promover e apoiar as intervenções territoriais destinadas à melhora da qualidade e certificação dos produtos locais (produtos biológicos, unidades de gestão florestal, DOP/DOC)	CCDR Norte CM Paredes de Coura
Incentivo à criação de cooperativas para produção e comercialização de produtos locais.	C M Paredes de Coura/ER.ADRP C M Paredes de Coura/ER.ADR

Fonte: adaptação com base em algumas directivas propostas no PROT – Norte - proposta de Plano/2009 e Projectos desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho

Sociedade Civil | O enfoque participativo da sociedade civil seja reforçada para que a sustentabilidade e a capacidade dos projectos possam singrar. A aproximação dos cidadãos às instituições garantirá a eficácia das políticas a implementar. A interacção entre o mercado a sociedade, e o estado, através de mecanismos participativos, poderá estimular o mecenato empresarial e as sociedades de desenvolvimento local (ver Quadro 13).

Quadro 13 | Sociedade Civil

Directiz	Aplicação da intermediação: Responsabilidade
<p>Agenda 21 Local - Privilegiar a utilização das Agendas 21 Locais, que associam a qualidade ambiental, a coesão social e o desenvolvimento económico como instrumento de gestão urbana sustentável.</p>	<p>CM Paredes de Coura; Associações Locais</p>
<p>Promover a criação de portais regionais que concentrem a oferta económica/cultural, envolvendo as diversas Associações Empresariais e Culturais. A Administração Local, em articulação com as Associações Empresariais, deve promover o uso das TIC junto das empresas, particularmente das que possuem mais potencial exportador e das PME, divulgando casos de sucesso e realizando acções de formação (associações empresariais), e usando as TIC na sua modernização e agilização, reduzindo os custos de contexto da actividade empresarial administração).</p>	<p>CM Paredes de Coura</p>
<p>» Definir um modelo de governança que concilie o património cultural com as demais componentes sectoriais, coordenando as medidas e interesses, públicos e privados, como sejam o turismo, a educação e formação e o ambiente;</p>	<p>CM Paredes de Coura</p>
<p>Promoção e Dinamização de animação cultural e etnográfica prevê-se incentivar as associações locais ao desenvolvimento de uma série de actividades de recriação das principais práticas agrícolas.</p>	<p>CM Paredes de Coura; Associações Locais</p>
<p>Fonte: adaptação com base em algumas directivas propostas no PROT – Norte; proposta de Plano/2009 e Projectos desenvolvidos pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho e Plano de Acção Agenda 21 Local)</p>	

Reiterando que o desenvolvimento de uma estratégia deverá assentar num quadro de cooperação entre todos os actores (públicos, privados e sociedade civil), e que passará pela valorização da fileira turística decorrente dum potenciação ambiental e dum património cultural que se enraíza na obra de Aquilino Ribeiro (constituição de um eventual pólo museológico aberto às comunidades locais). De facto, a salvaguarda do ambiente e a adopção de uma lógica estratégica que valorize a comunidade local serão privilegiadas neste modelo de aplicação,

Estes factores deverão integrar, por conseguinte, uma estratégia de intervenção baseada na competitividade e na atractividade territorial, de molde a alavancar uma lógica territorial de desenvolvimento sustentável.



Fig. 17 - “Dias de Festa”. Concelho de Paredes de Coura, Agosto 2011

4.4 | Estratégia Proposta

A dinamização turística da Quinta do Amparo/Casa Grande de Romarigães, concomitantemente com o desenvolvimento de vários projectos e acções tendentes a *recuperar, inovar, cooperar e promover* o seu território, visará contribuir também para uma maior coesão territorial do concelho de Paredes de Coura.

Aqueles quatro objectivos matriciais constituem eixos estratégicos representando cada um deles as acções específicas que deverão concorrer para que a dinamização do sítio se concretize.

Quadro 14 – Eixos Estratégicos e Acções Associadas

Eixo Estratégico 1 Recuperar	Eixo Estratégico 2 Inovar	Eixo Estratégico 3 Cooperar	Eixo Estratégico 4 Promover
A recuperação do legado patrimonial da Quinta do Amparo	Inovar na Quinta do Amparo de harmonia com a coesão territorial do concelho de Paredes de Coura	Cooperar e agilizar as redes de colaboração com as entidades locais	Promover uma estratégia de dinamização turística
Acção I.I. Recuperação dos edifícios existentes e das estruturas de apoio	Acção II.I. Aposta de um núcleo expositivo inovador:	Acção III.I. Reforço das redes institucionais	Acção IV.I. Definição de uma marca territorial
Acção I.II. Construção de um pequeno complexo turístico rural (Casa de Campo)	Acção II.II. actividades turísticas de natureza e culturais	Acção III.II. Cooperação e reforço das redes associativas do Concelho de Paredes de Coura e demais concelhos do Alto Minho	Acção IV.II. Criação e divulgação de um website
	Acção II.III. Aposta e valorização dos Produtos Endógenos mencionados na Casa Grande de Romarigães/viabilização e reforço da produção artesanal		Acção IV.III. Criação de uma sinalética adequada e homogénea
	Acção II.IV. aposta no desenvolvimento de workshops temáticos		Acção IV.IV. Criação de cartografias temáticas alusivas aos percursos temáticos

4.4.1. Eixo Estratégico 1 | Recuperação do legado patrimonial da Quinta do Amparo

O primeiro eixo reporta-se à história do lugar, realçando os valores identitários, quer do seu património físico, quer da narrativa de Aquilino Ribeiro. A recuperação patrimonial da Quinta do Amparo é condição indispensável para dinamizar este território. Sem essa reabilitação o projecto ficaria bastante debilitado nos planos da oferta turística de atracção e no da oferta turística de recepção, essenciais para assegurar um desenvolvimento sustentado e competitivo. Como já referimos anteriormente, a Quinta do Amparo constitui o “foco modal” daquela dinamização, e deverá ser dotado de um conjunto de infra-estruturas que assegurem a preservação do antigo ambiente da quinta e não provoquem uma sobrecarga turística excessiva.

A nossa estratégia irá assentar numa proposta dividida em duas fases (conciliáveis na sua execução), visando a revalorização do património natural e cultural da quinta:

Acção I.I. | Recuperação dos edifícios existentes e das estruturas de apoio

A Quinta do Amparo sofre algumas vicissitudes estruturais que não propiciam uma sólida competitividade turística. Sendo a “âncora” deste projeto turístico haverá que levar a efeito algumas acções para sublinhar e valorizar a respectiva atractividade tais como:

» Recuperação do edifício de planta quadrada, junto à capela Nossa Senhora do Amparo:

A recuperação do edifício de planta quadrada, junto à capela Nossa Senhora do Amparo para a instalação parcial de um pólo evocativo da obra de Aquilino Ribeiro/Casa Grande de Romarigães afigura-se como prioritária. De facto, nos troços graníticos das paredes e na traça apalaçada do edifício, que está junto à capela, há sinais de evidente deterioração. A gramática construtiva a adoptar deverá, por um lado, adequar-se à linguagem patrimonial existente (e que conforme observamos

anteriormente se encontra classificada pelo IGESPAR como imóvel de Interesse Público¹⁰), e por outro, tomar em conta as exigências museológicas comuns.

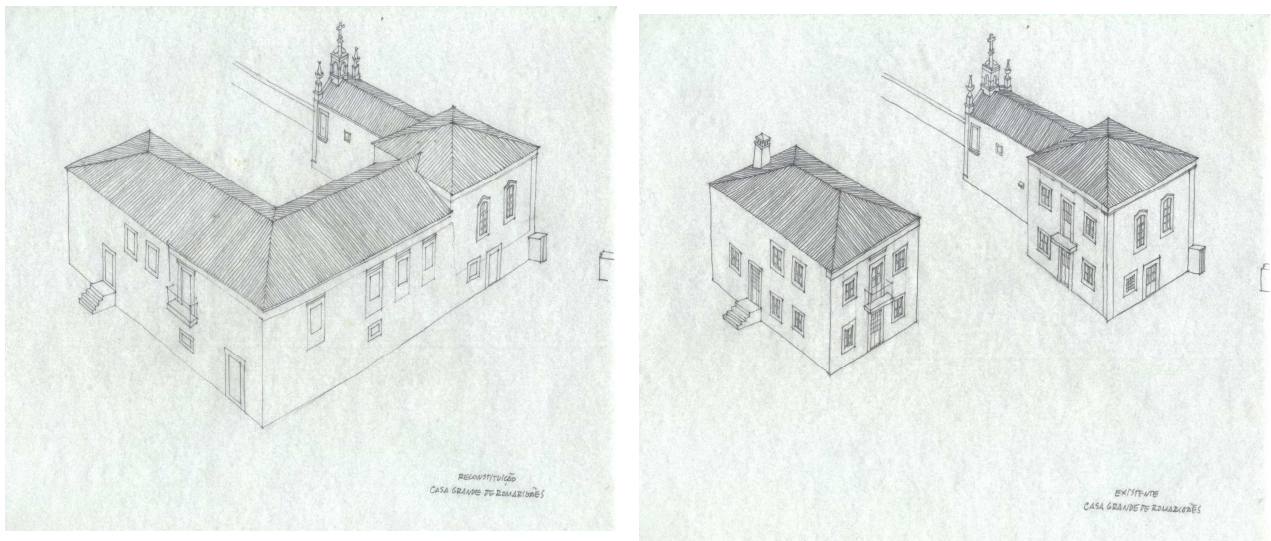


Fig. 18.B - Reconstituição da Casa Grande de Romarigães; **Fig. 18.A** - Edifício Quadrado junto à Capela Nossa Senhora do Amparo: perspectiva actual (desenhos Arq. Miguel Pedroso de Lima)

O aproveitamento interior de toda a altura livre do edifício permitirá a integração de uma laje para suporte dum piso superior destinado ao uso do actual proprietário e utilizar o piso térreo com uma valência expositiva e explicativa acerca do local e da obra do escritor, a par de uma pequena loja, a detalhar no eixo estratégico IV.

Acompanhando a recuperação do mencionado edifício de Planta Quadrada projetar-se-á uma pérgula que visualmente afirme a ligação que primitivamente existiu entre o edifício da Planta Quadrada e o Edifício para serventia familiar, que outrora estava integrado no mesmo todo. Pela família de Aquilino Ribeiro chegou a ser projectada a reconstrução do volume anteriormente existente, de molde a restabelecer a anterior

¹⁰ - Decreto 1/86 DR de 03-01-1986

relação espaço/volume. A ideia foi abandonada pelo custo que a sua efetivação representaria, ver imagens 18. A. e 18. B.

» Revalorização da Capela Nossa Senhora do Amparo:

«Nossa Senhora do Amparo ocuparia, entre S. Pedro e S. Paulo, cada um em seu absidiolo, o lugar de honra, próprio da sua excelsitude. E seria o seu uma espécie de retábulo delicioso com suas colunas historiadas e entablamento, que suspendiam ao alto duas figurinhas celestiais, a que só faltavam asas para serafins» (Casa Grande de Romarigães: pag. 60).

A revalorização da capela Nossa Senhora do Amparo como um espaço cultural, que permitiria receber pequenos workshops, conferências, espectáculos musicais, pequenas exposições temáticas, entre outras iniciativas, devidamente protocolizados com as entidades do poder local, nomeadamente a C.M. de Paredes de Coura e a Junta Freguesia de Romarigães, bem como outras associações culturais, designadamente o Centro de Estudos Aquilino Ribeiro (CEAR), que estejam interessadas na sua utilização, e tenham alguma afinidade com o funcionamento deste pólo evocativo da Casa Grande.

Esta capela está hoje destituída de qualquer recheio, com excepção duma mesa de altar em pedra. O seu aproveitamento como espaço cultural multifuncional seria bastante interessante, para uma lotação que não ultrapassasse os 20 lugares sentados. A versatilidade deste pequeno espaço exigirá a indispensável adequação de alguns recursos audiovisuais e reguladores térmicos.

» Reabilitação de alguns elementos decorativos/funcionais e percursos internos:

A reabilitação de alguns elementos decorativos/funcionais, que foram parte integrante da Quinta do Amparo ao longo de sucessivas gerações, afigura-se igualmente relevante. Neste contexto importará assegurar a reabilitação de alguns elementos decorativos, ou de mera funcionalidade agrícola, porque também eles povoam a crónica romanceada da “Casa Grande de Romarigães” e emprestam densidade à

atmosfera que se quer evocar. Importa encarar para o efeito algumas propostas de reabilitação, nomeadamente:

- Recuperação do Espigueiro da Quinta do Amparo: o espigueiro que se erguia sobre o muro da cerca, e do qual ainda se conserva a maioria das suas peças, era o maior do concelho de Paredes de Coura. De cobertura simples em telhado de duas águas e faces em madeira de castanho, pela sua extensão era considerado a “maravilha de quem o via, assente sobre pedra, todos em boas fasquias de castanho e caibradura de carvalho, bonito que nem um templo grego. Em vastidão não era menos singular: vinte e sete metros de comprimento com a largura e altura da lei. Os aganões não entravam lá com duas razões. Podia chover, que também não embolerecia a espiga” (Casa Grande de Romarigães, pág. 27). A função de um espigueiro, a sua inserção na economia agrícola minhota como herança da antiga cultura do milho no século XVII, são motivos suficientes para que a sua reabilitação seja encarada e destacada num projecto turístico deste tipo.



Fonte: fotografia de Aquilino Ribeiro Machado

Fig. 19 - Espigueiro da Quinta do Amparo, anos cinquenta

A sua recuperação e integração no conjunto da Quinta do Amparo permitirá igualmente associá-lo a algumas das actividades a desenvolver em torno do eixo estratégico II – Inovar na Quinta do Amparo, e que detalharemos pormenorizadamente nesse eixo estratégico;

- Recuperação da fonte e da carreira que lhe dá acesso: a fonte da Quinta do Amparo, com a sua bela concha em forma de medusa, representa, na crónica romanceada de Aquilino Ribeiro, o avatar da Quinta do Amparo, quando logo na primeira geração o Licenciado Gonçalo da Cunha, em menos de cinco anos, conseguiu construir uma “fonte perto do corgo” que “gorgolejava por uma bocarra, na sua carranca de Medusa, abundante e fresca água”, a par da “Casa Grande, prédio de torre, com largos salões e muitos cómodos, no flanco, a capela N^a S.^a do Amparo, e uma cozinha de lajedo e chaminé de barretina, compreendendo lareira, armários, dois fornos em que se podia assar, ao estilo das comunidades conventuais, um boi no espeto” (pag. 25).

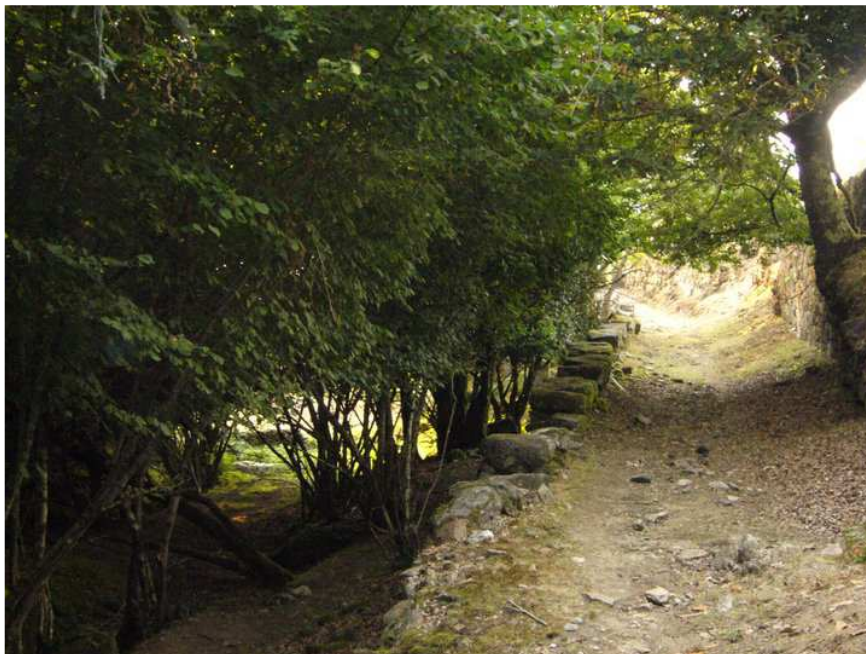


Fig. 20 - Carreira de acesso à fonte e à ribeira e à extremidade sudeste da propriedade (“desceu a carreira da fonte e com um rodeio pela mata inflectiu para a Quinta do Meijoeiro ou extrema sudeste da propriedade” «A Casa Grande de Romarigães»)

Mas a própria rede de passagens poderá ser desenvolvida através de outras opções, já que, para além da carreira anteriormente descrita, existe ainda um acesso directo por escadaria, até ao fontanário. Estas opções prestam-se a provocar a sensação de estarmos a reviver algumas cenas da «Casa Grande de Romarigães» que estrategicamente assinaladas com algumas placas integradas no cenário natural ajudarão o visitante a criar uma narrativa própria e, em certa medida, ser também um actor integrante da crónica romanceada.

Pela sua quietude e belo enquadramento paisagístico que acresce à presença fresca da ribeira e toda a sua frondosa envolvente de pinheiros e carvalhiços de que irradia uma “onda balsâmica e elísia” (pág. 25) justifica que este pequeno lugar da quinta seja recuperado para que se constitua como uma âncora infra-estrutural.

Acção I.2. | Construção de um pequeno complexo turístico rural

Obedecendo a uma tipologia de turismo em espaço rural, assente no desenvolvimento de um conjunto de Casa de de Campo (Decreto Lei nº228/2009, de 14 de Setembro)¹¹, a construção de um pequeno complexo turístico rural deverá ser realizada adjacente aos edifícios actuais situando-se num amplo espaço rural relativamente plano. Aí há cabimento para a elaboração deste projecto que permitiria viabilizar o necessário investimento financeiro, por força da constituição de um conjunto de pequenos blocos residenciais, que obedecessem a critérios de sustentabilidade ambiental e de economia energética. Segundo o Plano Director Municipal do Concelho de Paredes de Coura, este terreno permite a reversibilidade do uso agrícola para solo urbanizável¹². Que opções deverão ser traçadas para que um projecto desta natureza garanta esta adequada reversibilidade? Estamos certos que este ponto encontra-se devidamente salvaguardado nas *Linhas de Orientação Estratégica: Modelo Desenvolvimento*

¹¹ - Segundo o Decreto-lei nº 228/2009 de 14 de Setembro, são “casas de campo” os imóveis situados em aldeias e espaços rurais que se integrem, pela sua traça, materiais de construção e demais características, na arquitectura típica local.

¹² Ver anexo 7.4

Proposto, quando enfaticamente se referiu que a base territorial, onde a realidade física plasma uma narrativa ficcional, deverá aperfeiçoar uma estratégia de preservação do legado histórico e patrimonial do sítio. E como ajustar um harmonioso equilíbrio entre a preservação e o investimento turístico? Entendemos que a autonomização do novo edificado face ao preexistente prefigura a melhor opção de compromisso com o legado histórico do lugar. Quase como se partíssemos de um princípio abstracto de assumir a *Casa Grande de Romarigães* como um palco ficcional, onde o conjunto das casas senhoriais, da capela e dos anexos agrícolas funcionassem como um cenário omnipresente mas real, para deleite dos hóspedes instalados nas Casas de Campo. Um teatro permanente e revigorante que mudaria apenas de cenários, consoante a passagem das diversas estações do ano.

«Em toda a sua fachada, salvo o pano ínfero com a porta singela, mesmo assim de ombreiras rematadas por florões em guisa de capitéis, e duas janelas de grades, a puxar para o Renascimento na sua estrutura linear, não havia uma pedra que não fosse obra antes de ourives que de escultor. A sua poliformia era mais rica que a fachada dum livro setecentista» (pag 60).

Duas soluções arquitectónicas merecem para já o nosso acolhimento: em vez da situação actual (ver fig. 21), optaríamos por uma solução A (ver figuras 22 A e 22 B), que compaginaria um conjunto de casas térreas graníticas em banda, com tipologias variadas, e uma solução B (ver figuras 23A e 23B), que apresentaria um conjunto de casas, com as mesmas características anteriormente referidas, mas dispersas no terreno, e tendo como pólo gravitacional um equipamento de lazer que poderia uma piscina biológica natural.



Fig. 21 A e 21 B. Quinta do Amparo: situação actual
(Modelo 3 D, elaborado arq. Paulo Alcobia)



Fig. 22 A e 22 B - Solução A proposta - Casas em banda e piscina biológica
(Modelo 3 D, elaborado arq. Paulo Alcobia)



Fig. 23 A e 23 B - Solução B proposta - Casas dispersas e piscina biológica
(Modelo 3 D, elaborado arq. Paulo Alcobia)

Qualquer uma destas soluções permitirá conjugar a arquitectura tradicional com uma linguagem contemporânea, brindando, desta forma, os visitantes como uma oferta habitacional harmoniosa e, ao mesmo tempo, devidamente enquadrada nos condicionalismos ambientais e territoriais.

As “casas de campo” apresentam alguns requisitos prévios, ínsitos no Decreto-lei nº 228/2009 de 14 de Setembro, especialmente quando se alude para a necessidade de não ser ultrapassado o número máximo de quinze unidades de alojamento destinadas a hóspedes. É ainda aconselhado que o investimento seja realizado em construções já existentes. Estamos certos que a viabilização deste projecto pressuporia a edificação de sete casas de campo e de mais um edifício onde funcionaria um ponto de recepção de apoio aos hóspedes e de um pequeno restaurante. Entendemos, embora com a reserva que este tipo de exercício deverá acautelar, que tal número de unidades de alojamento será suficiente para sustentar um projecto desta natureza, já que se encontra num intervalo razoavelmente equilibrado para aquilo que é vulgarmente executado em projectos de turismo em espaço rural, não antevendo com isto o receio de se ultrapassar a capacidade de carga paisagística. O cumprimento do segundo requisito só será, em parte, alcançado, apesar da reabilitação do edificado pré-existente, para colocação do acervo e actividades culturais. A indispensável edificação do pequeno complexo hoteleiro rubricará um pequeno desvio aos intentos anteriormente descritos, mas trará, necessariamente, maior capacidade de hegemonização e de autonomização do legado patrimonial da Casa Grande de Romarigães.

Como se consumará a ligação temática entre estes dois conjuntos? Julgamos que o lastro comunicacional entre estes dois edificados deverá ser realizado de uma forma muito discreta, sugestionando “pequenos jogos” relacionados com a obra de Aquilino Ribeiro, em geral, e da Casa Grande de Romarigães, em particular. De facto, trabalhos desenvolvidos em torno das experiências turísticas singulares demonstram que, cada vez mais, os destinos são escolhidos para circunstanciar um maior conhecimento dos lugares, e onde os turistas assumem um papel de actores activos no enredo procurado. De que forma conseguiremos sugerir estes pequenos jogos? As sugestões relacionar-

se-ão com a própria vontade dos hóspedes entrarem no jogo, quer fosse pelo prévio conhecimento, quer pelo interesse em descobrir. Mas partindo do princípio que o perfil dos hóspedes se enquadrará num *target* de elevada maturação da obra de Aquilino Ribeiro, estes jogos serão formulados com pequenos apontamentos no interior e no exterior das casas de campo.

No exterior das casas de campo optar-se-á por pequenos apontamentos que gravitassem em torno da crónica romanceada “Casa Grande de Romarigães”. Assim, bordejando as casas de campo, haverá lugar à colocação de pequenos canteiros sugerindo o inapelável sentido da criação da quinta: “de permeio desabrocharam cardos, que são flor da amargura, e a abrótea, a diabelha, o esfondílio, flores humildes, por isso mesmo troféus de vitória” (pag10 e 11).



Fig. 24 - Adaptação de um projecto do Arq. Souto Moura para a Quinta do Amparo, com os pavões de “D. Telmo”

Mas o jogo manter-se-ia com outras sugestões no exterior: um casal de pavões recordaria um episódio da “Casa Grande de Romarigães”, quando D. Telmo “mandou vir também três casais de pavões que soltou na mata, e bichos foram eles que acabaram por pintar o arco da velha” (...) “ D. Telmo sentia que os adorados bichos fossem pernoitar tão longe, fora do seu olhar vigilante. Mas pela manhã, eles lá estavam por debaixo das janelas a alegrar os prados, ou pátio, depois de voltarem umas tantas vezes aquela sua azougada e hieroglífica fanfarra” (pag 192).

No interior habitacional as sugestões levam-nos à riqueza da obra de Aquilino Ribeiro com pequenos apontamentos inspiradores que podem assumir dois caminhos, consoante a escolha que vier a ser feita:

- Correlacionando pequenos apontamentos de cada uma das sete casas de campo, às sete gerações presentes na Crónica Romanceada “Casa Grande de Romarigães”);
- Correlacionando cada uma das setes casas a sete livros da obra de Aquilino Ribeiro. Por exemplo, Casa “Estrada de Santiago” ou casa “Geografia Sentimental” (ver fig. 25).



Fig. 25 - Simulação do Interior de um quarto de uma das Casas de Campo, onde é patenteada uma fotografia da reconstrução da Casa Grande de Romarigães por Aquilino Ribeiro (1956) e um primeiro estudo de capa para o livro “Jardim das Tormentas” (1913) | adaptação de um projecto do arquitecto Souto Moura

Em qualquer destas duas hipóteses o apelo sugestional passaria pela marcação de pequenos apontamentos, nomeadamente algumas gravuras extraídas de alguns livros de Aquilino Ribeiro e ainda fotografias que sugerissem observar algumas fases da reabilitação feita nos cinquenta pela família do escritor. Como livro de cabeceira: a “Casa Grande de Romarigães”, mas a invocação à (re) descoberta do rasgo criativo de Aquilino Ribeiro será feito pela presença de uma pequeníssima biblioteca, existente em todas as casas, por via de uma pequena estante, que incluirá outros livros da sua lavra, como ainda de algumas publicações que salientassem a região e os riquíssimos recursos que nela se encontram.

Quadro 15. A

Eixos Estratégico 1 Recuperação do legado patrimonial da Quinta do Amparo	
Acções e domínios	<p>Acção I.I. Recuperação dos edifícios existentes e das estruturas de apoio</p> <p>» Recuperação do edifício de planta quadrada, junto à capela Nossa Senhora do Amparo - Pólo evocativo da obra de Aquilino Ribeiro. » Revalorização da Capela Nossa Senhora do Amparo - aproveitamento como espaço cultural multifuncional, para uma lotação que não ultrapassasse os 20 lugares sentados. » Reabilitação de alguns elementos decorativos/funcionais e percursos internos – i) Recuperação do Espigueiro da Quinta do Amparo; ii) Recuperação da fonte e da carreira que lhe dá acesso.</p> <p>Financiamento elegível</p> <p>PRODER - Eixo 3 – Dinamização das Zonas Rurais:¹³ Os apoios são de 60%, a fundo perdido, para investimentos até 200.00€</p>

¹³ Segundo disponibilização da página da PRIVETUR no âmbito do Programa PRODER (Programa de Desenvolvimento Rural), são apoiados no Eixo 3– Dinamização das Zonas Rurais – investimentos que promovam a diversificação e desenvolvimento de actividades económicas criadoras de riqueza e de emprego. Este eixo apoia o desenvolvimento de actividades turísticas, quer de forma complementar quer de forma independente, da actividade agrícola. Os apoios são feitos com base numa abordagem LEADER, para regiões rurais, sendo coordenados pelos Grupos de Acção Local (GAL), que procedem à abertura de concursos, análise e gestão das candidaturas submetidas. Ainda neste eixo é apoiada a recuperação de património rural ou de traça tradicional – por exemplo, moinhos, capelas, espigueiros –, bem como de práticas e tradições culturais (espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico). Os beneficiários são pessoas singulares ou colectivas de natureza privada e as autarquias. Os apoios são de 60%, a fundo perdido, para investimentos até 200.000€.

Quadro 15. B Recuperação do legado patrimonial da Quinta do Amparo

Eixos Estratégico 1

<p>Acções e domínios</p>	<p>Acção I.2. Construção de um pequeno complexo turístico rural</p> <p>» Hipótese A - conjunto de casas térreas graníticas em banda, associando um equipamento de lazer que poderia ser uma piscina biológica</p> <p>» Hipótese B – conjunto de casas térreas graníticas dispersas no terreno, tendo como pólo gravitacional um equipamento de lazer que poderia ser uma piscina biológica</p> <p>Financiamento elegível</p> <p>PRODER - Eixo 3 – Dinamização das Zonas Rurais¹⁴ Os investimentos podem ir até um máximo de 300.000€, com apoio a fundo perdido entre 40% a 60%, dependendo do número de postos de trabalho criados</p> <p>QREN - Sistemas de Incentivos à Inovação¹⁵ Apoio a projectos turísticos (alojamento): investimentos elegíveis são obras de construção, equipamentos na área do ruído, energia, resíduos – Investimentos mínimos de 150.000€.</p>
--------------------------	---

4.4.2 | Eixo Estratégico 2 | Inovar na Quinta do Amparo de harmonia com a coesão territorial do Concelho de Paredes de Coura

A dinamização turística da Quinta do Amparo procurará criar um nicho turístico inovador, que reforce a singularidade do local, perante outras situações concorrentes. Conforme já se disse a propósito do modelo de desenvolvimento (ver ponto 3.2), a mobilização dos meios económicos necessários dependerá da forma como forem

¹⁴ Os projectos elegíveis são: Serviços de alojamento turístico: turismo em espaço rural (apenas casas de campo e agro-turismo), parques de campismo e caravanismo;

¹⁵ Sistemas de Incentivos à Inovação Apoio a projetos turísticos (alojamento, animação, novas tecnologias, etc) através da concessão de um empréstimo reembolsável, sem juros, que poderá ser convertido, parcialmente, em incentivo não reembolsável. Os investimentos elegíveis são obras de construção, equipamentos na área do ruído, energia, resíduos, economia digital, comercialização e marketing, internacionalização, etc. Investimentos mínimos de 75.000€ para o Alentejo e 150.000€ para o resto do País.

valorizadas as especificidades locais. A estratégia assenta no aproveitamento do universo ficcional do livro “A Casa Grande de Romarigães”, com realce para aquilo a que Manuel Mendes descreveu como uma “observação penetrante e perspicaz da natureza, em que bichos e homens, montes e árvores, tudo freme no mesmo prodígio de criação”, oferecendo a partir desse contexto uma “experiência turística singular”, e bastante inovadora na região do Alto Minho. O desenvolvimento desse eixo assenta no aprofundamento já anteriormente descrito de várias acções tendentes a sublinhar “as vivências, sentimentos, sensações, que os turistas observam, que os fascinam, que os influenciam e que, por esta via, se tornam singulares e memoráveis” (Bordas, 2003: 2). Para o efeito atentar-se-á nomeadamente: ao desenvolvimento de uma grelha de actividades dinamizadoras de uma oferta cultural que gravite em torno do universo da “Casa Grande de Romarigães” e também de outras obras de Aquilino Ribeiro (como as “Arcas Encoiradas”; “O Romance da Raposa”, etc.):

Acção 2.1 | Aposta de um núcleo expositivo inovador

Organizar-se-á um pequeno acervo museológico abordando a narrativa da “A Casa Grande de Romarigães” e genericamente as restantes obras de Aquilino Ribeiro, apoiado em diversos elementos iconográficos que constituam, de forma sucinta, uma mais-valia para o projeto de dinamização turística, nomeadamente pela criação das “condições endógenas de suporte e viabilização do desenvolvimento” e o “aprofundamento dos ganhos relacionais com o exterior” (Fernando Moreira, 2008: 41). Assim, o modelo expositivo assentará em três peças físicas, simbolicamente impressivas tais como uma caneta do escritor, um manuscrito com notas acerca da cronologia da Casa Grande e uma talha da Capela Amparo. Três peças museologicamente destacadas das restantes.

Quase metaforicamente criando uma figuração em torno da magia do lugar, antes mesmo de Aquilino Ribeiro ali ter passado, através da talha, e seguidamente pela fruição que dele fez, através da caneta e do manuscrito.

Recorrer-se-á também a painéis com frases e elementos gráficos marcantes e utilizar-se-ão, como peças fulcrais, ecrãs interactivos, que mediante técnicas de realidade aproximada, permitirão recriar a cronologia da Casa Grande de Romarigães e o desenvolvimento da respectiva paisagem literária, facultando ainda a uma abordagem bibliográfica do escritor, essencialmente através de fotografias e de pequenos textos extraídos da sua obra literária.



Fig. 26 - Simulação de um dos ecrãs a colocar no espaço expositivo, utilizando uma imagem da Capela da Quinta do Amparo | Photoshop da autoria do Arq. Paulo Alcobia (Maio, 2012)

Acção 2.2. | Aposta nas actividades turísticas de natureza e culturais

Haverá aqui lugar para uma aposta nas actividades turísticas de natureza e culturais, através da criação de percursos temáticos/eco-turismo, coadjuvadas pela existência do trilho Aquilino – percurso pedestre que se inicia junto à Quinta do Amparo com uma extensão de 14 km – onde diversas temáticas, poderão ser desenvolvidas¹⁶. Este

¹⁶ Anexo 7.5

percurso integrado na rede municipal de Percursos de Paredes de Coura (envolvendo as freguesias de Romarigães, Agualonga, Infesta, Rubiães e Cunha) poderia ser enriquecido com diversos pontos de observação relacionados com a narrativa da Casa Grande a partir dos quais se propiciasse a descoberta de determinadas peculiaridades da natureza, como avifauna (“no inverno abrigavam-se na propriedade as aves indígenas, rudes mas pouco aventureiras, como o gaio, o melro e o picanço. Certos bichos do monte, entre os quais a raposa, a fuinha, e o gato bravo elegiam também a mata velha para sede de suas tocas e madrigueiras” (pag. 25); como o manancial das plantas aromáticas (“de permeio desabrocharam cardos, que são a flor da amargura e a abrótea, a diabelha, o esfondílio, flores humildes, por isso troféus de vitória” pp 10 e 11)); como os legados patrimoniais, etc.

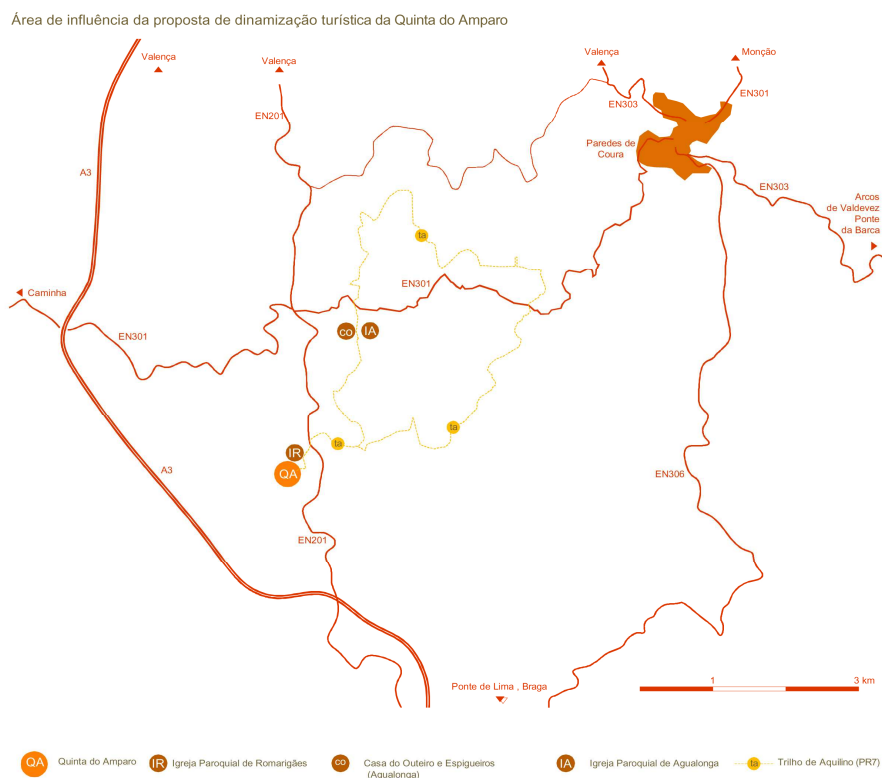


Fig. 27 - Enquadramento do Trilho Aquilino

Acção 2.3. | Aposta na valorização dos Produtos Endógenos mencionados na Casa Grande de Romarigães/viabilização e reforço da produção artesanal

Há suficiente massa crítica para apostar na produção artesanal do concelho e assim valorizar os respectivos artesãos, com o inerente benefício da coesão social na zona mediante inclusão dos estratos etários mais atingidos pelo processo de desruralização, que atinge sobretudo os mais idosos, provocando a conseqüente perda dos saberes tradicionais, e paralelamente voltar a oferecer oportunidades às mulheres “no mercado de trabalho através da criação de pequenas empresas prestadoras de serviços às unidades de turismo em espaço rural ou (às) empresas de artesanato” (Fernando Moreira). Por essa via se fará também a “revalorização social dos saberes específicos e dos componentes caracterizadores dos territórios, na dupla óptica da acentuação de fatores diferenciadores susceptíveis de originar ganhos de competitividade externa e na da promoção de efeitos sociais centrípetos” (Fernando Moreira, 2008: 41)

Correspondendo a esta sugestão seria estimulante promover a produção e a comercialização de produtos locais (articulando iniciativas e redes associativas locais, em torno de eixo estratégico 3), correlacionados com universo narrativo da Casa Grande de Romarigães. Neste contexto seria interessante criar uma imagem de marca para os produtos que viessem a ser comercializados em mercado aberto ou que fossem canalizados para a loja ou ainda para o restaurante da Quinta do Amparo.

Neste aspecto inserem-se também os belíssimos bordados produzidos pela Escola de Bordados de Paredes de Coura, da responsabilidade da Câmara, e onde se trabalha, essencialmente o linho de forma criativa e socialmente inovadora, agregando, sob os saberes dos mais velhos, grupos etários muito jovens, parte dos quais desenvolvem cursos sócio-profissionais mais amplos.



Fonte: Site da C.M. Paredes de Coura

Fig. 28 - Trabalho em linho da escola de bordados de Paredes de Coura

Mas a especialização da fileira artesanal não se esgota naqueles produtos e diversifica-se num conjunto de outras ofertas, como a cestaria, a tamancaria, a tecelagem de lã, ou os muito apreciados trabalhos de filigrana.

Há, por conseguinte, um interesse evidente em associar os pequenos produtores e comerciantes dentro de um espírito de empreendedorismo local que promova a criatividade e a inovação. E que com isso reforce também a coesão social.

A geografia gastronómica e a qualidade dos respectivos produtos assumem particular importância no texto da Casa Grande. São disso exemplo os hábitos gastronómicos dos fidalgos da Quinta do Amparo, na qual havia “uma cozida de lajedo e chaminé de barretina compreendendo lareira, armários, dois fornos, em que se podia assar ao estilo das comunidades conventuais, um bom boi no espeto”. Interessará, de sobremaneira, aproveitar este legado literário para recuperar algumas das iniciativas já desenvolvidas com inequívoco sucesso neste âmbito, nomeadamente a que foi promovida pela Centro Cultural de Paredes de Coura, quando do cinquentenário da publicação da Casa Grande de Romarigães, e para a qual se congregaram a Câmara

Municipal de Paredes de Coura, a Casa Courense (em Lisboa), a Confraria dos Gastrónomos do Minho, e a Região de Turismo do Alto Minho, que conjuntamente promoveram uma “digressão gastronómica” em torno da “Casa Grande”. O sucesso que mereceu esta iniciativa abriu perspectivas para consubstanciar algumas ideias dirigidas em dois sentidos diferente: um primeiro, direccionado para a venda de produtos gastronómicos citados na paisagem literária da Casa Grande, a comercializar em lojas, nomeadamente, os biscoitos de milho, de mel as compotas, os frutos silvestres (alguns originários da Quinta do Amparo); e, um segundo sentido, que se reportará ao projecto do restaurante, a instalar no novo complexo turístico, teria uma relação mais próxima com os inúmeros relatos constantes da Casa Grande, nomeadamente: dos bolinhos de bacalhau, da salada de orelheira ou das pataniscas, “estavam a morrer por mais infalíveis bolinhos de bacalhau sobre o vinagre dignos de D. João VI, grande papa frangos”; ou da sopa à lavrador com couve esfarrapada ou caldo verde, ou ainda das perdizes: “não conhecia outras artes que o de espatifar duas perdizes em molho vilão, enquanto o diabo esfrega um olho, com duas sopetarras de broa e um caldo verde”; do bacalhau de cebolada ou das trutas ao fumeiro, “trutas em cebolada com presunto, nozes, pinhão e passas; sobre fatia de broa de milho e acompanhada de batata cozida como estoma”, do “cabrito em vinho tinto com folhas de couve orelhudas e viçosas”; ou ainda das várias sobremesas, como por exemplo as rabanadas em verde tinto ou leite-creme, “e não se fala de gulosaria doméstica ao que constava, com as Freiras Bentas de Salvador de Vairão, obrigada a ovos e baunilha”.

Neste riquíssimo cardápio aquiliniano assentariam os pratos de fundo do restaurante da Quinta do Amparo, no correr das estações do ano e na alternância das épocas alta e baixa. Poderiam episodicamente ser organizados jantares aquilianos, nos moldes dos que se praticam na Fundação Eça de Queiroz. Neles se debateriam temáticas específicas de raiz aquiliniana. O leque possível de iniciativas a partir do restaurante, e da “cozinha aquiliniana” comporta um leque alargado de iniciativas que, darão maior sustentabilidade ao projeto de dinamização turística da Quinta do Amparo, e um aumento da empregabilidade no concelho de Paredes de Coura.

Acção 2.4. | aposta no desenvolvimento de workshops e actividades temáticas

Uma aposta na realização de *workshops* temáticos reportados ao universo ficcional da Casa Grande prestar-se-á, decerto, a uma multiplicidade de iniciativas, dentro de um leque alargado de opções a levar a efeito sobretudo nos períodos de ocupação mais baixa. Estes *workshops* poderiam, muito bem ser, de dois tipos, um deles obedecendo a um modelo mais consolidado, destinado a públicos mais vastos e mais indiferenciados e os restantes a públicos mais eruditos e especializados, a realizar, de preferência fora das épocas em que tradicionalmente iniciativas semelhantes ocorrem em vários sítios. Por este meio se poderá obter um efeito potenciador duma maior coesão territorial, graças ao recurso a parcerias que utilizem a cultura e os saberes locais para alargarem a rede das relações entre as distintas comunidades (*bridging capital*) Exemplificaremos algumas dessas iniciativas que abrem um amplo leque de oportunidades no quadro de um “desenvolvimento turístico respeitador das comunidades de acolhimento” (Fernando Moreira, 2008: 157):

- «À mesa da Casa Grande de Romarigães»: *workshops* temáticos dirigidos a um público mais vasto que pretenda (re) descobrir os segredos da gastronomia na paisagem literária da Casa Grande, bem como tomar conhecimento dos alimentos e das práticas culinárias e agrícolas seguidas. A estes acrescentar-se-ão outros *workshops* mais especializados e com uma maior incidência na época baixa, onde pesquisar o fundo telúrico da cozinha se não esgotará na riqueza geográfica do Alto Minho, mas se multiplicará na espantosa criatividade da “geografia sentimental” da Beira Alta. Com estes *workshops* se procurará contrabalançar, até certo ponto, a habitual concentração sazonal do período de Verão;
- Sob o tema «A narrativa literária de Aquilino Ribeiro e a construção das Paisagens Literárias»: haverá margem para o estabelecimento de vários planos de análise a desenvolver em *workshops* destinados a um público mais amplo e a

épocas de maior procura, e também através *workshops* dirigidos a um público mais especializado em que a ênfase será posta no projeto e nas práticas de turismo cultural, concertando ações de várias entidades que desempenham um papel activo no estudo do universo aquilino (Centro Estudos Aquilino Ribeiro da Universidade Católica /CEAR e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, etc.);

- *Workshop* em torno do «Romance da Raposa, estórias da Salta-Pocinhas»: dirigido às crianças que acompanhem a família até à Quinta do Amparo, no qual serão promovidas actividades, tendo como ponto de partida a personagem da Salta-Pocinhas – “raposeta matreira, fagueira, lambisqueira” – contextualizando algumas práticas do mundo rural, os seus animais e a sua paisagem, num registo que tenha semelhanças com as actividades de educação ambiental promovidas pelo Centro de Interpretação Ambiental da Paisagem Protegida de Corno do Bico (CEIA). Esta valência poderia, eventualmente, ser apoiada pelos jovens monitores do CEIA, mediante protocolização com diversas redes locais (assunto a detalhar no Eixo Estratégico 3);
- «*Workshop* sobre as Práticas agrícolas na Freguesia de Romarigães»: com recriação das principais actividades rurais relacionadas com o calendário agrícola e o calendário cultural, permitindo recriar algumas actividades agrícolas, como as da poda das árvores de fruto, da sementeira dos cereais, da plantação da batata, das várias lides do milho, do corte e apanha dos fenos, da desfolhada, da apanha de cogumelos, etc.;
- «*Workshop* de fotografia/*peddy-paper* ao longo do percurso constituído pelo Trilho Aquilino»: que proporcionará a realização de actividades tendentes a praticar e a actualizar o conhecimento da fotografia. Estas iniciativas poderão envolver pequenos grupos de hóspedes, ou mesmo, caso se consiga protocoliza-las com a Câmara Municipal de Paredes de Coura/Juntas de

Freguesias, e envolver paralelamente os habitantes deste pequeno povoado e demais freguesias do concelho em *workshops* de iniciação fotográfica, e proceder com base no acervo das imagens recolhidas à constituição de exposições temáticas de fotografia digital¹⁷, conformando, deste modo, uma aposta estratégica na valorização da auto-estima dos residentes.



Fonte: António Sá

Fig. 29 - Workshops de fotografia na Quinta do Amparo aproveitando o enquadramento paisagístico do Trilho Aquilino

- Outras actividades culturais diferenciadas obedecendo a uma programação cultural diversificada, a fazer em parceria com algumas associações locais e com a Câmara Municipal de Paredes de Coura, (exposições temporárias, pequenos espectáculos musicais, encontros literários e de poesia), programação susceptível de robustecer a dinamização turística da zona, segundo uma lógica de planeamento *down-top*, sobretudo orientada para a comunidade local (a detalhar no eixo estratégico 3).

¹⁷ Esta ideia já foi testada com enorme sucesso, através do projeto Entregerações, da Fundação Calouste Gulbenkian, que propôs aos habitantes da pequena aldeia de Portela, Concelho de Bragança, o desenvolvimento de um workshop de fotografia digital. Os alunos, habitantes daquele povoado, que teriam entre 58 e 85 anos, tenho sido a primeira vez que estiveram em contacto com câmaras fotográficas digitais.

Quadro 16

Eixos Estratégicos	Inovar na Quinta do Amparo de harmonia com a coesão territorial do concelho de Paredes de Coura	
Acções e domínios	2	
	Acção 2.1. Aposta de um núcleo expositivo inovador	<p>Reduzida exposição iconográfica, assente na em três peças físicas, simbolicamente impressivas tais como uma caneta do escritor, um manuscrito com notas acerca da cronologia da Casa Grande e uma talha da Capela Amparo.</p> <p>Recurso a painéis com frases e elementos gráficos marcantes utilizando ecrãs interativos, que mediante técnicas de realidade aproximada, permitiriam recrear a cronologia da Casa Grande de Romarigães e o desenvolvimento da respectiva paisagem literária, facultando ainda a uma abordagem bibliográfica do escritor, essencialmente através de fotografias e de pequenos textos extraídos da sua obra literária.</p>
	Acção 2.2. Aposta nas actividades turísticas de natureza e culturais	<p>Desenvolvimento percursos temáticos e de ecoturismo, associados ao trilho Aquilino enriquecido com diversos pontos de observação relacionados com a narrativa da Casa Grande a partir dos quais se propiciasse a descoberta de determinadas peculiaridades da natureza como a avifauna e a riqueza patrimonial</p>
	Acção 2.3. Aposta na valorização dos Produtos Endógenos mencionados na Casa Grande de Romarigães/viabilização e reforço da produção artesanal	<p>Comercialização de produtos locais, correlacionados com universo narrativo da Casa Grande de Romarigães, criando uma imagem de marca para os produtos que viessem a ser comercializados em mercado aberto ou que fossem canalizados para lojas e restaurantes (bordados, cestaria, a tamancaria, a tecelagem de lã, filigrana e produtos da gastronómicos)</p>
	Acção 2.4. aposta no desenvolvimento de workshops e actividades temática	<p><i>Workshops</i> temáticos prestando-se a uma multiplicidade de iniciativas, dentro de um leque alargado de opções a levar a efeito, sobretudo, nos períodos de ocupação mais baixa, nomeadamente: «À mesa da Casa Grande de Romarigães»; «A narrativa literária de Aquilino Ribeiro e a construção das Paisagens Literárias»; «Romance da Raposa, estórias da Salta-Pocinhas»; Práticas agrícolas na Freguesia de Romarigães»; «<i>workshop</i> de fotografia/<i>peddy-paper</i> ao longo do percurso constituído pelo Trilho Aquilino»; Outras actividades culturais diferenciadas obedecendo a uma programação cultural diversificada</p>
Financiamento elegível	<p>PRODER - Eixo 3 – Dinamização das Zonas Rurais¹⁸: Os investimentos podem ir até um máximo de 300.000€, com apoio a fundo perdido entre 40% a 60%, dependendo do número de postos de trabalho criados</p>	

¹⁸ Os projectos elegíveis são: práticas e tradições culturais (espólio documental e material, artes e ofícios, folclore, música, trajes, receituário gastronómico). Os beneficiários são pessoas singulares ou colectivas de natureza privada e as autarquias. Os apoios são de 60%, a fundo perdido, para investimentos até 200.000€.

4.4.3 | Eixo Estratégico 3 | Cooperar e agilizar as redes de colaboração com as entidades locais

Este factor é determinante para o estabelecimento de uma sólida estratégia de dinamização local, sobretudo no que toca ao “papel da inovação social, da aprendizagem, do capital relacional e da governância enquanto factores de desenvolvimento turístico” (Fernando João Moreira, 2008: 158). Ideia reforçada pela progressiva “importância do terceiro sector e do *empowerment*” (p.p158), nas recentes estratégias de um turismo alternativo.

A possibilidade das comunidades de acolhimento beneficiarem de uma estratégia turística concertada permitirá satisfazer anseios e expectativas respondendo às “tendências de maior exigência e crescente autenticidade experimentadas em sectores da procura com crescente expressão numérica” e “disponibilidades económicas” bem como com “acervos culturais superiores à média do mercado” (2008: 157).

Para tanto, segundo o modelo conceptual apresentado no ponto 3.1, pôr-se-á a ênfase na cooperação com as entidades e as diversas redes associativas locais (quer no concelho de Paredes de Coura quer nos concelhos limítrofes e noutros mais distantes) de molde a que neles se instale um desenvolvimento endógeno. Destaca-se, desde já, um conjunto de redes de cooperação eventuais que poderão ser enquadradas na fase inicial deste projecto de dinamização turística. Como em qualquer outro empreendimento desta natureza, que tenha boas probabilidades de sucesso, o capital relacional respectivo inserir-se-á num sistema evolutivo com uma dinâmica e gradualidade próprias. Assume-se também a ideia de Fernando Moreira, quando afirma na sua Tese de Doutoramento, que o “desenvolvimento faz-se desenvolvendo”, sem perder de vista a relação indissociável entre os “laços internos, no interior de um lugar/comunidade (bonding capital)” (...), e as suas outras “relações com o exterior”, provenientes de “lugares/comunidades distintos (bridging capital)” (Isabel André e Alexandre Abreu, 2006: 128).

Acção 3.1. | Reforço das redes institucionais

Através de uma cooperação mais aprofunda com as redes institucionais já existentes procurar-se-á potenciar e adequar os recursos que estimulem a integração, a formação, a inovação e a modernização dos empreendimentos locais. Compreenderá, entre outras, as seguintes acções:

Cooperação com a Câmara Municipal de Paredes de Coura: uma dinamização territorial de que resulte um sólido desenvolvimento endógeno passa pela contratualização e protocolização com a C.M. de Paredes de Coura das acções a empreender. Para o reforço da coesão territorial e consequentemente de um valor acrescido será necessário que o município faça parte integrante no processo. Algumas projecções integram essa condição, nomeadamente:

- **Cooperação com Centro Cultural de Paredes de Coura/Divisão Cultural:** A primeira rede de cooperação parte da ideia de que a Quinta do Amparo poderá constituir um projecto charneira para o turismo do concelho, conforme já foi exposto e defendido no “Estudo de Oportunidades de Desenvolvimento, Investimento e Emprego no Concelho de Paredes de Coura” (Quatenaire/C.M. Paredes de Coura), segundo o qual a relação entre a Quinta e o livro poderá servir de esteio a “um polo cultural em torno da obra de Aquilino Ribeiro”, proposta essa também já configurada no Plano de Acção 21 Local elaborado pelo município. Através de um empreendimento de turismo cultural desta natureza obter-se-á, não apenas um destaque da obra e da figura do escritor, mas também uma mais-valia resultante da dinamização da produção artística e cultural local. Como poderá ser alavancada a correspondente estratégia? Seguramente a partir de uma estreita cooperação com o Centro Cultural de Paredes de Coura (CCPC) que aproveitasse o seu capital de conhecimento, e se traduzisse em iniciativas e intercâmbios dentro de óptica de complementaridade, tal como, por exemplo, a organização de exposições

temporárias que se desdobrassem entre a Quinta do Amparo e o CCPC, convidando assim, implicitamente, os visitantes a percorrer os dois espaços culturais;

- Serviço Educativo da Câmara Municipal de Paredes de Coura: um projecto turístico valorizador da coesão territorial deverá abranger um conjunto de opções susceptíveis de potenciar a inclusão dos estratos sociais mais vulneráveis. Nesse sentido os Serviços Educativos da Câmara poderão participar ou impulsionar iniciativas na Quinta do Amparo que permitam enriquecer ou complementar o território educativo do concelho de Paredes de Coura. Entre essas iniciativas a desenvolver na Quinta do Amparo, destacar-se-ão as de sensibilização ambiental em torno de personagem como a Salta-pocinhas (ver eixo estratégico 2) e outras figuras ou situações constantes da obra de Aquilino Ribeiro, em geral, e da Casa Grande de Romarigães, em particular. Para melhoria deste projeto turístico, seria proveitoso que os técnicos destacados para o centro da Paisagem Protegida de Corno do Bico (PPCB) pudessem também, em ocorrências específicas, desenvolver algumas actividades de sensibilização ambiental na Quinta do Amparo as quais serviriam simultaneamente para divulgar e tornar mais conhecido aquele excelente centro;
- Divisão de Accão Social da Câmara Municipal de Paredes de Coura: A valorização de uma estratégia turística e cultural baseada nos saberes ancestrais, para benefício do concelho em geral e da sua população mais idosa em particular, poderá igualmente constituir um factor de promoção de coesão social. Algumas das actividades, já enumeradas no Eixo 2 – acção 2.4. – inserem-se no conceito de um turismo respeitador das comunidades e para elas primordialmente dirigido, que procure responder às exigências de crescente autenticidade por parte da procura e de maior expressão numérica em “disponibilidades económicas e/ou acervo cultural superiores à média do mercado” (Fernando Moreira, 2008: 157). A articulação desta rede de

cooperação passará necessariamente pela cooperação das Juntas de Freguesia, entre si, e nomeadamente da Junta de Freguesia de Romarigães;

- Cooperação com a Escola Profissional do Alto Minho/APREMI: Uma colaboração com a Escola Profissional que induza alguns dos seus alunos a estagiarem na Quinta do Amparo, servirá ainda para a “inclusão dos jovens, nomeadamente através da criação de novas necessidades ao nível de competências” (Fernando Moreira, 2009: 15).

Acção 3.2. | Cooperação e reforço das redes associativas do Concelho de Paredes de Coura e demais concelhos do Alto Minho

A Cooperação com as redes associativas locais do terceiro sector, servirá para consolidar um discurso culturalmente mais amplo e facultar o estabelecimento de novas pontes de entendimento e de integração.

Associações culturais e desportivas do Concelho de Paredes de Coura: Na Câmara Municipal de Paredes de Coura estão recenseadas dezoito associações culturais e desportivas¹⁹ que prestam serviços e empreendem iniciativas de âmbito local, nomeadamente de carácter etnográfico e desportivo. Ou seja, iniciativa que contribuem para a representação da cultura local. Para o seu reforço há que desenvolver uma cooperação e uma participação mais ampla com a Associação Cultural, Recreativa,

¹⁹ - Concelho de Paredes de Coura: Associação Desportiva e Recreativa de Resende; Associação Desportiva, Recreativa e Cultural de Bico; Associação Cultural de Insalde; Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Castanheira; Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vascões; Associação Cultural, Desportiva e Social de Parada; Associação Cultural, Desportiva, Recreativa e Social de Infesta; Associação Cultural e Desportiva de Coura; Associação Cultural e Desportiva de Porreiras; Associação Cultural e Desportiva Senhora da Purificação - Formariz; Associação Cultural e Recreativa de Cunha, Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Cristelo; Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Ferreira; Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Moselos; Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Padornelo; Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Paredes de Coura; Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Romarigães; Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Rubiães.

Desportiva e Social de Romarigães, por ser a que mais diretamente poderá estar envolvida na dinâmica artística e cultural local, designadamente pela via de algumas das actividades apontadas no eixo estratégico 2 que se revestem de maior intervenção no processo turístico;

Associações culturais fora da área administrativa do concelho de Paredes de Coura: destacam-se dois tipos de associações culturais que se diferenciam, essencialmente, pela sua localização geográfica:

- Um primeiro grupo de associações culturais, sediadas no Alto Minho, apresenta, pela sua proximidade geográfica, um capital relacional que assenta grandemente na confiança e na cooperação interpessoal dos respectivos elementos. São ainda exemplos disso, as associações culturais sediadas no Concelho de Vila Nova de Cerveira, nomeadamente a “Associação Cultural Porta XIII – Associação Poética de Todas as Artes”, ideia do poeta e escritor Luandino Vieira, a qual pretende ser uma “associação, rigorosamente cultural para fins de solidariedade social” onde o objectivo único é o convívio poético”; e a “Fundação – Casa Museu Convento San Payo”, coordenada pelo escultor José Rodrigues, que constitui um pólo activo na cena cultural do Alto Minho, já que para além de conter um acervo museológico muito rico e de promover uma agenda cultural intensa e variada, avoca ainda um louvável espírito de hospitalidade ao acolher ateliers e residências de artistas, que ali adquirem competências conjuntas;
- As outras associações/fundações, embora geograficamente mais distantes, revestem-se de notória importância para o estabelecimento de uma estratégia destinada à Quinta do Amparo, atendendo ao capital simbólico que as caracterizam. Trata-se essencialmente de centros de investigação literária ou de associações de natureza cultural que poderão eventualmente colaborar na conceção e no desenvolvimento do projeto da Quinta do Amparo, Entre elas destaca-se o Centro de Estudos Aquilino Ribeiro (CEAR), sediado em Viseu,

com um largo trabalho de pesquisa e de divulgação da obra de Aquilino. Os exemplos referidos atestam até que ponto um projecto de dinamização turística poderá estar relacionado com uma rede dilatada de instituições especializadas tanto mais influente quanto mais amplo for o capital de conhecimentos envolvido. À semelhança do que é feito pela Casa Museu Convento de San Payo, no que se reporta á criação de residências para artistas, outro tanto poderia ser intentado para a Quinta do Amparo, como uma excelente opção para os períodos de menor procura turística²⁰,. Para efeito é utilizável um leque de bolsas custeadas pelo Ministério da Cultura/Direcção Geral de Artes²¹ (DGArtes), destinadas ao desenvolvimento de projectos culturais conforme o respectivo contexto. Este recurso pressuporia uma concertação entre a DGArtes e a instituição Científica de Acolhimento, para que a Quinta do Amparo fosse inserida nestes contratos de financiamento para a criação daquele tipo de residências. O mercado daí decorrente seria sobretudo dirigido para os meios artísticos e universitários das cidades do Porto e de Braga, dada a sua proximidade geográfica. O mesmo poderia ser intentado com a Bienal de Cerveira, que estimula este tipo de iniciativa, atribuindo bolsas para residência de artistas através da “Casa do Artista Pintor Jaime Isidoro”, com o objectivo de promover a formação e a “divulgação das artes”.

Por essa via se constituiria um interface de cooperações para expandir as opções de oferta e permitir dar também ao projecto da Quinta do Amparo uma outra dimensão de inovação cultural e de criatividade artística.

²⁰ A par da criação de residências artísticas, aventar-se-ia a possibilidade de serem desenvolvidas residências para investigadores universitários, beneficiando da quietude do lugar para a concretização de Estudos Avançados.

²¹ - Programa Rede de Residências: experimentação, arte, ciência e tecnologia, que assume como objectivos: a) Estabelecer um sistema de apoio à formação artística, à mobilidade intelectual e à descentralização dos focos de formação e criação artística, apoiando a realização de actividades artísticas em centros de investigação científica e tecnológica; b) Potenciar situações que estimulem a inovação e a criatividade na investigação científica e tecnológica; e; c) Divulgar junto dos vários públicos o trabalho conjunto de artistas e cientistas.

Quadro 17

Eixo Estratégico 3 Cooperar e agilizar as redes de colaboração com as entidades locais

<p>Acções e domínios</p>	<p><u>Cooperação com Centro Cultural de Paredes de Coura (CCPC)/Divisão Cultural</u>; iniciativas e intercâmbios dentro de óptica de complementaridade, por exemplo, a organização de exposições temporárias complementares entre a Quinta do Amparo e o CCPC;</p> <p><u>Serviço Educativo da Câmara Municipal de Paredes de Coura</u>: acções de sensibilização ambiental em torno de personagem como a Salta-pocinhas e outras figuras ou situações constantes da obra de Aquilino Ribeiro,/Casa Grande de Romarigães;</p> <p><u>Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Paredes de Coura</u>: articulação desta rede de cooperação passará necessariamente pela cooperação das Juntas de Freguesia entre si, e nomeadamente com a Junta de Freguesia de Romarigães.</p> <p><u>Cooperação com a Escolha Profissional do Alto Minho/APREMI</u>: colaboração com a Escola Profissional, com o propósito de alguns dos seus alunos estagiarem na Quinta do Amparo.</p> <hr/> <p><u>Associações culturais e desportivas do Concelho de Paredes de Coura</u>: cooperação com as associações culturais e desportivas de Paredes de Coura, particularmente com uma participação mais ampla com a Associação Cultural, Recreativa, Desportiva e Social de Romarigães, por ser a que mais diretamente poderá estar envolvida na dinâmica artística e cultural local.</p> <p><u>Associações culturais fora área administrativa do concelho de Paredes de Coura</u>: i) Associações culturais, sediadas no Alto Minho, onde capital relacional que assenta grandemente na confiança e na cooperação interpessoal dos respectivos elementos (exemplo: Associação Cultural Porta XIII – Associação Poética de Todas as Artes e a “Fundação – Casa Museu Convento San Payo” ii) outras associações/fundações, embora geograficamente mais distantes caracterizam-se com um grande capital simbólico. Tratam-se, essencialmente, de centros de investigação literária ou de associações de natureza cultural que poderão eventualmente colaborar na conceção e no desenvolvimento do projeto da Quinta do Amparo (exemplo: Centro de Estudos Aquilino Ribeiro).</p>
--------------------------	---

4.4.4 | Eixo Estratégico 4 | Promover uma estratégia de Dinamização turística

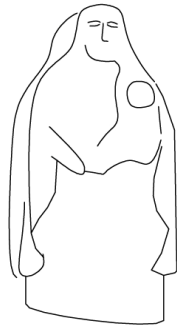
Promover uma dinamização turística pressupõe oferecer, através de diversas acções, o conhecimento de um determinado sítio a um conjunto de eventuais interessados. No caso vertente, isso envolverá uma estratégia de identidade e valorização da Quinta do Amparo, em conformidade com o projecto global estabelecido para o Concelho de Paredes de Coura, ciente de que assim se apostará também no desenvolvimento de todo o conjunto.

Para o efeito, aponta-se uma súpula de acções que do nosso entender contribuirão para divulgar o território e os seus recursos:

Acção 4.1 | Definição de uma marca territorial: «Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães

A dinamização turística poderá beneficiar da criação e definição de uma marca territorial, que represente, assertiva e eficazmente, as expectativas dos vários parceiros envolvidos no empreendimento, designadamente as entidades institucionais e as organizações da sociedade civil, que no seu conjunto sublinharão a importância deste projecto. Quem mais beneficiará com a assunção de uma marca territorial eficaz serão os destinatários finais, ou sejam: os visitantes do território turístico. No caso específico da Quinta do Amparo, o produto consistirá no estabelecimento de um turismo em espaço rural, constituído por um acervo de atividades inspiradas numa paisagem literária. O conceito subjacente será uma amálgama da narrativa ficcional com a realidade patrimonial construída, o que poderá ser traduzido pela designação de: «Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães» (ver figura 30).

Através desta frase sintética associa-se o nome da quinta ao título da crónica romanceada, o que se afigura eficaz para a simultânea identificação do território e do conceito estratégico em que a proposta se apoia. Como se se destacasse a qualidade competitiva de um destino turístico (destination brands), perante outros destinos alternativos.



Quinta do Amparo

Casa Grande de Romarigães

Fig. 30. Estudo de logo para a Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães

Um timbre que traduzirá ainda uma ligação afectiva com o consumidor, função dos atributos do sítio, e da fruição que o mesmo dele tenha feito, ambos fatores determinantes para o robustecimento da marca.

Acção 4.2 | Criação e divulgação de um website alusivo ao Projecto Turístico da Quinta do Amparo

O desenvolvimento de um website que divulgue o conjunto das actividades programadas para a Quinta do Amparo, de modo a suscitar o interesse dos visitantes e dos eventuais parceiros, constitui um instrumento indispensável para uma iniciativa desta natureza. Concomitante com este website estará, por um lado, o enriquecimento do capital relacional do projecto e por outro, o estabelecimento de uma simbólica identitária do produto que se procura promover. Oferecendo uma imagem virtual a quem pretenda ter uma ideia genérica do todo contribuir-se-á para induzi-lo a aprofundar a identidade inerente à própria marca e leva-lo a aprofundar alguns dos seus restantes atributos (envolvimento paisagístico, edificado existente, actividades programadas, etc.) Sendo um projecto inovador pelas *layers* a que dá azo, mediante a construção de uma narrativa que envolve o real e o imaginado, o tempo presente e o tempo ficcionado - é importante que ele seja bem estruturado e acessível a todos os que pretendam explorá-lo. Desse modo, além da informação correntemente contida

nos websites deste tipo, nomeadamente as informações de «tipo catálogo», onde se elencam dados relativos à localização (como chegar), às disponibilidades e às tarifas de preços e central de reservas, a respectiva «home page» deverá obedecer a um menu lógico e operacional que responda ao objetivo para que foi criada, compaginando sinteticamente dados sobre o legado histórico-patrimonial da Quinta, a sua envolvência ficcional e os lugares e recursos mais marcantes do concelho de Paredes de Coura, bem como um fundo bibliográfico e documental sobre Aquilino Ribeiro. O menu prefigurado na «home page», conterà, naturalmente, algumas representações gráficas do produto/destino - a Quinta do Amparo - tanto actuais como passadas, que sirvam para difundir o princípio de que através do turismo se processa uma incessante procura de imagens, “um caleidoscópio ilusório” (Marc Augé, 1998: 14), cujo consumo poderá ser antecipadamente estimulado e imaginado. Deveria dar notícia da ocorrência de alguns eventos/actividades a desenvolver na Quinta do Amparo e nos territórios concelhios envolventes. A contextualização de algumas actividades culturais, que pelo interesse poderão ser bastante galvanizadoras para este território, deverão naturalmente ser destacados, nomeadamente: o Festival de música alternativa de Paredes de Coura, que realizado durante quatro dias durante o mês de Agosto, funciona como um íman muito estimulante e inovador para o concelho; a Bienal de Cerveira, evento que promove a arte contemporânea e que foi alcandorando uma posição relevante, que constitui já um *target* específico para visitar o Alto Minho, durante os meses de Julho a Setembro; e ainda, num horizonte geograficamente mais amplo, o atractivo que sempre representa Santiago de Compostela, para o turismo religioso e cultural, sobretudo nos anos Jubilares Compostelanos - também conhecidos como Jubileus ou Anos Santos (Jacobeus) cujos visitantes e peregrinos irradiam pelas províncias da Galiza e do Alto Minho e que como tal deverão ser considerados como potenciais visitantes a captar.

Este meio de divulgação electrónico poderia contemplar igualmente, através de uma promoção de maior alcance, servir de acesso a um conjunto de instituições e entidades que realizassem seminários, colóquios ou pequenas reuniões de trabalho na Quinta do Amparo e que através dele desenvolvessem intercâmbios e armazenassem

informações tendentes a um eventual desenvolvimento científico dos temas tratados. Isso permitiria rentabilizar os saberes adquiridos e criar novas pontes de conhecimento e de divulgação, num contexto de rede contínua e sistémica, susceptível de criar um nicho de especialidade turística direccionada sobretudo para a realização de pequenas ocorrências culturais e científicas.

Acção 4.3 | Criação de uma sinalética adequada e homogénea

A Criação de uma sinalética adequada e homogénea, que identifique as diversas actividades e infra-estruturas ligadas ao projecto turístico da Quinta do Amparo é condição essencial para a integração das várias partes do conjunto num mesmo todo coerente e, desse modo, proporcionar aos visitantes uma fácil deslocação e uma cabal informação acerca de cada um dos locais para que se dirijam. Esta sinalética permite uma leitura rápida do território da Quinta do Amparo. A proposta que se apresenta (ver figura 31) proporciona uma “navegação” que conduz o visitante, de forma expedita, aos percursos e aos locais por ele escolhidos no interior da Quinta do Amparo. Obedecerá a dois modelos diferentes, um direcional com maior ou menor escala consoante sejam situado ou nos pontos cruciais ou nos troços intermédios do percurso e o outro modelo para ser colocados nos pontos de chegada e servir de painel informativo (exemplo: Capela Quinta do Amparo).

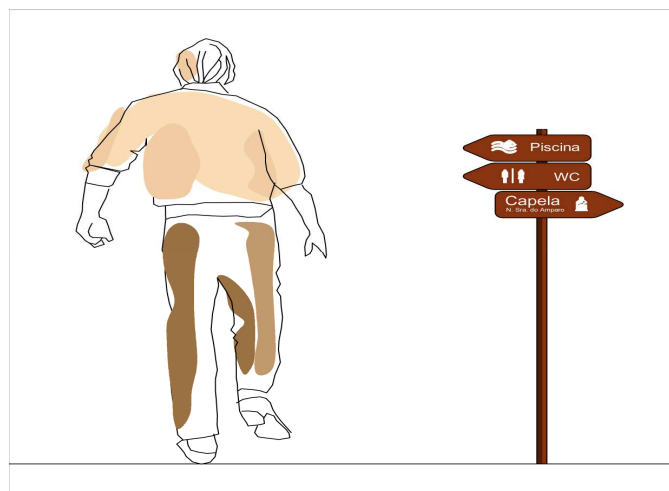


Fig. 31 - Projecto de Sinalética para a Quinta do Amparo

O segundo tipo de sinalética revestir-se-á certa especificidade para o visitante, já que destacará pequenos trechos da “Casa Grande”, breves narrativas colocadas em lugares simbólicos que estimulem a redescoberta ou a revisitação de cenas da crónica romanceada. O exemplo referido na figura 32, já salientado no eixo estratégico 2, representa um desses painéis contendo um pequeno texto da Casa Grande que se reportará a um dos lugares cénicos do romance, no qual o visitante se sentirá integrado como num espaço em que as fronteiras entre o real e o ficcionado se diluíssem e em que ele se integrasse na narrativa como se estivesse a vivê-la.

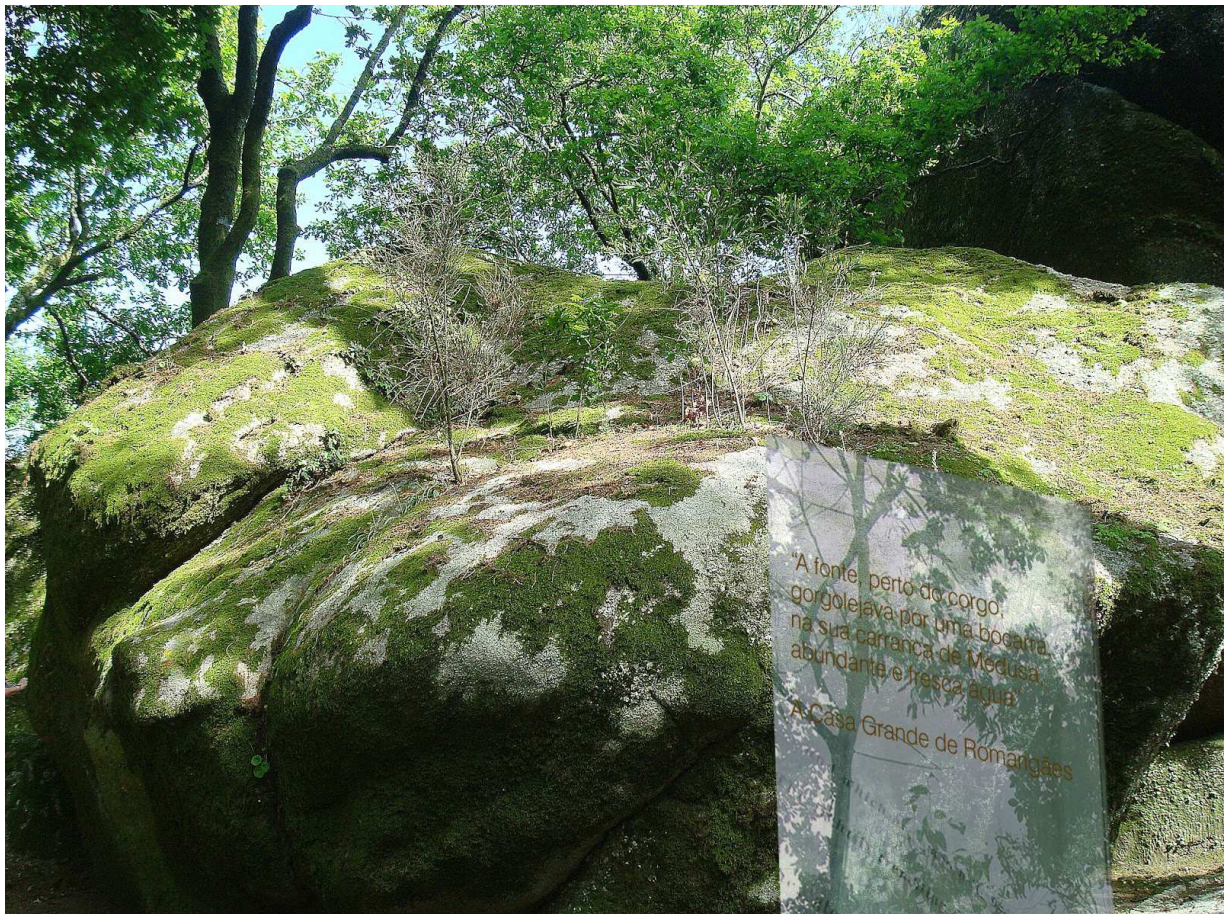


Fig. 32 - Projecto de Sinalética – Painéis informativos com pequenos textos da “Casa Grande de Romarigães”

Acção 4.4 | Criação de cartografias temáticas alusivas aos percursos temáticos da Casa Grande de Romarigães

As cartografias temáticas são peças determinantes para a marcação de uma paisagem literária, cruzando e identificando os territórios fictícios com os territórios reais. Uma cartografia que assinale os percursos temáticos inspirados no universo ficcional da Casa Grande de Romarigães insere-se naquele objetivo. São disso exemplo:

- A delimitação geográfica da Paisagem Literária da «Casa Grande de Romarigães»: através de uma cartografia que vá para além do concelho de Paredes de Coura e abranja os territórios da narrativa, que vão desde os concelhos do Alto Minho, a região duriense até as províncias meridionais galegas. De certo modo será o “detalhe cartográfico” mais abrangente que facultará aos visitantes da Quinta do Amparo optar por um, dois, ou três roteiros à sua escolha;
- A referenciação do património edificado e faunístico da «Casa Grande de Romarigães» que será assinalado mediante uma cartografia temática, centrada a partir do concelho de Paredes de Coura que propicie aos visitantes uma viagem temporal e física através das narrativas da zona, e, que, em casos particulares, assinale também algumas das recentes mais-valias concelhias;
- Restabelecimento de uma rota gastronómica da Casa Grande de Romarigães: através duma cartografia que referencie um conjunto de restaurantes do concelho de Paredes de Coura e, em particular, do lugar de Romarigães, que incluam nos seus cardápios pratos característicos da região, especialmente os citados por Aquilino Ribeiro, assegurando, deste modo, uma maior capacitação do potencial endógeno do sítio.

Quadro 18

Eixo Estratégico 4	Promover uma estratégia de dinamização turística	
Acções e domínios	Acção 4.1. Definição de uma marca territorial	Definição de uma marca territorial: o conceito subjacente será uma mistura da narrativa ficcional com a realidade patrimonial construída: «Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães».
	Acção 4.2. Criação e divulgação de um website	Criação e divulgação de um website alusivo ao Projecto Turístico da Quinta do Amparo, como enriquecimento do capital relacional do projecto e por outro, o estabelecimento de uma simbólica identitária do produto que se procura promover.
	Acção 4.3. Criação de uma sinalética adequada e homogénea	Sinalética que identifica as diversas actividades e infra-estruturas ligadas ao projecto turístico e que permite uma leitura rápida do território da Quinta do Amparo. Dois grupos: 1) sinalética orientativa que conduz o visitante, de forma expedita, aos percursos e aos locais por ele escolhidos no interior da Quinta do Amparo II) segundo tipo de sinalética destaca pequenos trechos da “Casa Grande”, breves narrativas colocadas em lugares simbólicos que estimulem a redescoberta ou a revisitação de cenas da crónica romanceada.
	Acção 4.4. Criação de cartografias temáticas	Cartografias que assinalam os percursos temáticos inspirados no universo ficcional da Casa Grande de Romarigães, nomeadamente: i) a delimitação geográfica da Paisagem Literária da «Casa Grande de Romarigães»: através de uma cartografia que vá para além do concelho de Paredes de Coura e abranja os territórios da narrativa; ii) A referência do património edificado e faunístico da «Casa Grande de Romarigães»; iii) uma rota gastronómica da Casa Grande de Romarigães: através duma cartografia que referencie um conjunto de restaurantes do concelho de Paredes de Coura.
	Financiamento elegível	QREN - Sistemas de Incentivos à Inovação Economia digital, comercialização e marketing, internacionalização, etc. Investimentos mínimos de e 150.000€

5.

REMATE CONCLUSIVO

5 | REMATE CONCLUSIVO

Às questões inicialmente formuladas é agora possível alinhar um conjunto de respostas obedecendo a um princípio de coerência. Uma primeira ideia que pode ser registada é a de que alguns territórios literários se prestam para que a partir deles se construam projectos turísticos com sustentabilidade estratégica, quer se trate de espaços rurais, quer de espaços urbanos. Seguindo um desígnio de planeamento turístico alternativo, verificamos que embora em território português os projectos desta natureza sejam ainda bastante escassos, eles poderão contribuir, de forma válida, para a reabilitação e melhoramento dos valores paisagísticos existentes. O ambiente criado pela representação artística e literária dos territórios contribui bastante para a apreensão da qualidade das paisagens.

As experiências conhecidas mostram que entre os observadores informados se estabelece uma forte conexão entre a descrição literária dos sítios e a respectiva realidade concreta, e daí a sua predisposição para acolherem favoravelmente todas as medidas que, nesse contexto, visem promover o respectivo desenvolvimento sustentável e perdurável. Esta situação é compaginável com um número significativo de organizações espaciais, nomeadamente territórios urbanos onde foram situadas narrativas ficcionais de grande qualidade. James Joyce em Dublin, Balzac em Paris, Paul Auster em Nova Iorque, ou Pessoa, nos seus redutos lisboetas, criaram paisagens literárias das quais resulta um forte apelo gravitacional que muitas organizações turística e culturalmente polivalentes souberam aproveitar, e a partir delas criar novas estratégias de preservação patrimonial.

A utilização de territórios literários, confinados a áreas rurais, para subsequente dinamização turística, é mais recente que a dos urbanos, mas poderá assumir eventualmente contornos de maior importância, porque o “reco demográfico, o despovoamento e o abandono do solo agrícola” a par da perda de “velhas tradições, costumes, ofícios e outras manifestações da cultura imaterial” (Álvaro Domingues, 2012: 69) ameaça pôr em causa o equilíbrio dos valores paisagísticos. Para a sua reabilitação e para o restauro da necessária estabilidade ecológica, os projectos de

dinamização turística, deverão assegurar que entre as paisagens literárias e as paisagens reais se afirme uma relação consistente e propiciadora do pleno aproveitamento do potencial endógeno que exista nas zonas abrangidas. Para que tal suceda é necessário apelar à criação de uma apertada rede de cooperações, envolvendo os diversos agentes com intervenção territorial, de molde a que, sobretudo a partir deles, se construa a desejável estratégia territorial de desenvolvimento sustentável.

Foi esta fórmula que se procurou seguir para a Quinta do Amparo, sítio localizado na freguesia de Romarigães do concelho de Paredes de Coura, imortalizada pela obra-prima da literatura portuguesa, «A Casa Grande de Romarigães», e que encerra um património arquitectónico de cariz barroco com destaque para a capela dedicada a Nossa Senhora do Amparo. A riqueza natural do sítio e a crónica que lhe está associada propiciam o estabelecimento de uma estratégia turística assente na potenciação ambiental e no património cultural. Mau grado estas potencialidades, uma dinâmica demográfica deprimida e um constante declínio da actividade agrícola têm vindo a alterar o quadro representativo do concelho, situação que naturalmente tende a dar azo a um conjunto gradual de adaptações. Foi sob esta perspectiva que se procurou averiguar até que ponto um projecto turístico, como o da Quinta do Amparo, a promover essencialmente pelo investimento privado, e destinado a uma região do interior, poderá atrair o número suficiente de parceiros que o torne num projecto de dinamização à escala de todo o Concelho de Paredes de Coura?

No preenchimento dos quatro eixos estratégicos adoptados para melhor transpor para o projecto turístico “Quinta do Amparo, Casa Grande de Romarigães», a ambiência e a impressividade do livro de Aquilino Ribeiro, houve como uma justa homenagem àquele lugar do Alto Minho, que no dizer do seu filho, ele estabeleceu uma “relação vital” já que “ali havia terra com fartura para ver as árvores crescerem, o chão desentranhar-se em frutos e contemplar o ciclo glorioso das estações de que fora sempre um

espectador maravilhado como transparece nos seus livros” (Aquilino Ribeiro Machado, 2000: 8). Como já referimos, a nossa aposta não se cingiu aos limites da Quinta do Amparo, mas tentou igualmente apontar, para além destes, caminhos viáveis para uma adequada coesão territorial, sempre apoiada num conjunto de acções que valorizem as potencialidades endógenas do conjunto (ver figura 33).

Começámos, para o efeito, por salientar a necessária valorização do edificado, quer o já existente quer o que deverá ser construído (Eixo Estratégico 1 - *Recuperar o legado patrimonial da Quinta do Amparo*), uma vez que, sem uma boa atractividade infra-estrutural que enquadre o património existente, e sem que as novas construções se ajustem às características ambientais e culturais da região minhota, não será possível produzir uma nova ideia territorial, que se deseja “perdurável” e a longo prazo.

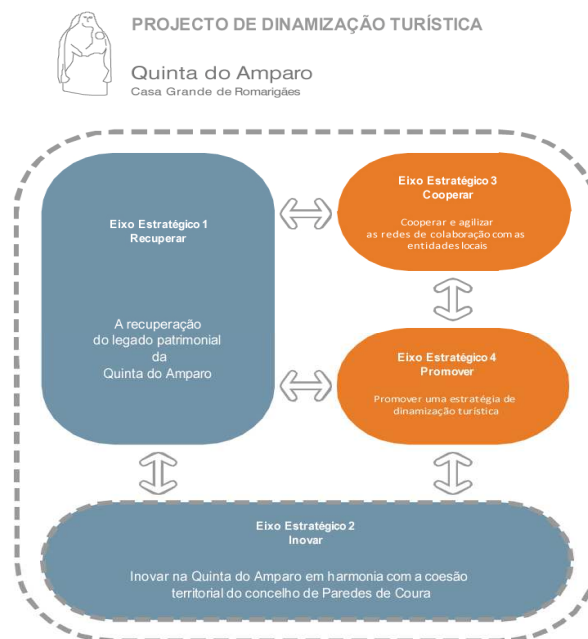


Fig. 33 - Modelo Síntese Projecto de Dinamização Turística Quinta do Amparo/
Casa Grande de Romarigães

Neste contexto, as propostas apresentadas parecem suficientemente sustentadas e consentâneas com a magia que emana do livro de Aquilio Ribeiro, capazes de contribuir para que Romarigães se torne num local onde paira uma indizível atmosfera de fascínio ficcional. No fundo, pomos todo o realce no património material e imaterial da Quinta do Amparo, ou seja, naquilo que atrairá os visitantes e que constituirá o ponto focal deste projecto estratégia turística.

Mas para potenciar a dinamização turística da Quinta do Amparo será necessário tirar partido daqueles factores e elementos que singularizam o local e que poderão sustentadamente incorporar todo o universo da sua oferta cultural (Eixo Estratégico 2 – *Aposta num núcleo inovador*), contribuindo assim para mobilizar vários sectores económicos locais e incrementar a capacidade de atracção da Quinta, em particular, e do concelho de Paredes de Coura, em geral.

Este conjunto de objetivos pressuporá o estabelecimento de uma cooperação constante, funcionando em rede, entre as entidades locais, e as demais entidades com vocação associativas existentes. Da sua cooperação necessariamente hão-de emergir novas valências, aptas para enriquecer este género de turismo alternativo (Eixo Estratégico 3 - *Cooperar e agilizar as redes de colaboração com as entidades locais*). O desenvolvimento endógeno, que paralelamente se deseja fomentar, só se tornará efectivo se incorporar simultaneamente o capital de ligação (bonding capital) e o capital relacional (bridging capital) integrando desse jeito “algo que foi herdado do passado e que, tanto quanto possível, deve ser conservado e algo que impulsiona a criação e a inovação social, ou seja, que se constrói quotidianamente tendo como bases visões partilhadas quanto ao futuro” (Fernando Moreira, 2008: 46).

A promoção do projecto turístico que intentou valorizar a Quinta do Amparo e construir, a partir dela, uma renovada identidade que obviamente se repercutirá tanto no território do concelho de Paredes de Coura como mesmo na natureza dos seus recursos (Eixo Estratégico 4 - Promover uma Estratégia de Dinamização Turística). Desta nova

identidade resultará uma requalificação do sítio e até uma nova aproximação à leitura da obra de Aquilino Ribeiro.

Eixos Estratégicos que se encontram elegíveis	Acções	Financiamento Elegível	
		PRODER ²²	QREN ²³
Eixo 1. Recuperação do legado patrimonial da Quinta do Amparo	Acção 1.1. Recuperação dos edifícios existentes e das estruturas de apoio	X	X
	Acção 1.2. Construção de um pequeno complexo turístico rural	X	
Eixo 2 Inovar na Quinta do Amparo de harmonia com a coesão territorial do Concelho de Paredes de Coura	Acção 2.1. Aposta de um núcleo expositivo inovador	X	
	Acção 2.3. Aposta na valorização dos Produtos Endógenos mencionados na Casa Grande de Romarigães/viabilização e reforço da produção artesanal	X	
Eixo 4. Promover uma estratégia de Dinamização turística	Acção 4.3. Criação de uma sinalética adequada e homogénea		X

Quadro 19 - Financiamentos Elegíveis/Eixos Estratégicos 1, 2 e 4

²² PRODER - Eixo 3 – Dinamização das Zonas Rurais

Os investimentos podem ir até um máximo de 300.000€, com apoio a fundo perdido entre 40% a 60%, dependendo do número de postos de trabalho criados

²³ Sistemas de Incentivos à Inovação Apoio a projetos turísticos (alojamento, animação, novas tecnologias, etc) através da concessão de um empréstimo reembolsável, sem juros, que poderá ser convertido, parcialmente, em incentivo não reembolsável. Os investimentos elegíveis são obras de construção, equipamentos na área do ruído, energia, resíduos, economia digital, comercialização e marketing, internacionalização, etc. Investimentos mínimos de 75.000€ para o Alentejo e 150.000€ para o resto do país

Materializar um projecto de TER desta natureza acarreta um investimento significativo, que exigirá, numa fase posterior, um exercício simultâneo de programação e de orçamentação mais elaborado. Podemos, no entanto, conforme já anteriormente referimos, sintetizar as linhas do financiamento comunitário ainda disponível, durante os próximos anos, que, numa primeira instância, permitirão concretizar o projecto da Quinta do Amparo.

Trata-se de financiamentos inseríveis no quadro do PRODER e do QREN, que na fase inicial do projeto assumem um cunho relevante, dado serem investimentos a fundo perdido ainda consideráveis e vocacionados sobretudo para a recuperação do património existente.

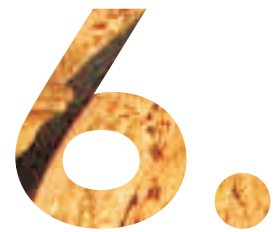
Como remate há que reiterar a importância de que este projecto se revestiria para a coesão territorial do concelho de Paredes de Coura e atentar no impacto valorativo que qualquer uma das acções associadas a um dos eixos estratégicos se faria acompanhar no plano local.

Assim o eixo estratégico 1 acarretaria uma valorização local convergente tanto para a Quinta do Amparo como para a Freguesia de Romarigães; enquanto o eixo estratégico 2, embora confinado quase exclusivamente à Quinta e aos seus territórios adjacentes, teria repercussão económica em todo o concelho, já que o conjunto das suas acções levaria à articulação de uma rede susceptível de mobilizar os meios económicos locais

No que toca aos eixos 3 e 4, estes projectam-se para lá dos limites territoriais de Paredes de Coura, aumentando o capital relacional do sítio e valorizando o princípio da inter-conectividade territorial, com o que se procuraria romper a interioridade do concelho através da cooperação de ideias e o estabelecimento de protocolos, bem como ainda mediante o alargamento das novas tecnologias de informação.

Cientes de que este projecto constituiria uma reinvenção da identidade da Quinta do Amparo e que territorialmente contribuiria para uma coesão mais consistente do concelho de Paredes de Coura, ele representaria também uma homenagem a Aquilino Ribeiro em consonância com a sua interrogação ainda em suspenso:

“Quando armará ali banca o construtor de castelos nas nuvens?”
(Arcas Encoiradas”, 2012: 237)



BIBLIOGRAFIA

6 | BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E REFERENCIADA

André, Isabel e Alexandre Abreu (2006) Dimensões e espaços de inovação social. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, XLI (81)

Bordas, Eulogio (2003) «Hacia el turismo de la sociedad de ensueño: nuevas necesidades de mercado», in Inauguración del primer semestre del curso 2002-2003 de los Estudios de Economía y Empresa de la UOC (2002: Bellaterra)[conferencia en línea]. UOC Universitat Oberta de Catalunya, obtido em 5 de Janeiro de 2009 de <http://www.uoc.edu/dt/20219/index.html>

Caldas, João Castro (1996) “Alto Minho: dos caseiros sem terra à terra sem caseiros” in “O voo do arado”, Coordenação Joaquim Pais de Brito et al; Edição Museu Nacional de Etnologia e Instituto Português dos Museus;

Câmara Municipal de Paredes de Coura (2008) “Agenda 21 da Paredes de Coura. Plano de Acção”

Câmara Municipal de Paredes de Coura (2000) “Aquilino Desconhecido”; Homenagem a Aquilino; Congresso de Estudos Aquilínianos; Edição CM Paredes de Coura;

Carvalho, Paulo (2003) “Património e Território: dos Lugares às Redes” Actas do V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Bragança, Escola Superior Agrária de Bragança/Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais/Asociación Española de Economía Agrária.

Cavaco, Carminda (2005) «O Turismo e as novas dinâmicas territoriais» pp. 367- 427 in MEDEIROS, Carlos Alberto (coord.). *Geografia de Portugal. Actividades Económicas e Espaço Geográfico*, Vol. 3. Rio de Mouro: Círculo de Leitores

Chatwin, Bruce (1989) “Na Patagónia”; Quetzal Editores

Correia, Teresa Pinto (2005) “Paisagem e identidade: da memória à pós-modernidade” in “Geografia de Portugal. Sociedade, Paisagem e Cidades”; Volume 2 Direcção de Carlos Alberto Medeiros; Círculo de Leitores

Cunha, Licínio (2006) “Economia e Política do Turismo” Edição Verbo;

Denise Brum Ferreira (2005) “O Ambiente Climático”; in “Geografia de Portugal 1 – O Ambiente Físico”; Direcção Carlos Alberto Medeiros, Círculo de Leitores

Dionísio, Sant’Ana (1965) “Guia de Portugal. IV. Entre Douro e Minho”, 2 tomos, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

Domingues, Álvaro (2012) “A Vida no Campo”; Dafne Editora

Álvaro (2011) “Destruição. Registos do trauma da perda do Portugal Rural”;
www.revistapunkto.com_2011_07

Domingues, Álvaro (2010) “Vida no Campo. Primeiro Andamento”;
<http://construcaosustentavel.gecorpa.pt/oradores> (não publicado)

Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2008) “PROT Norte_Proposta Plano-FINAL; DGOTDU

Ferreira, António Brum (2005) “Geomorfologia do Maciço Antigo”; in “Geografia de Portugal 1 – O Ambiente Físico”; Direcção Carlos Alberto Medeiros, Circulo de Leitores

Herbert, D T (1996) “Artistic and literary Places in France as Tourist Attractions”; in Tourism Management; Vol. 17, nº 2; pp 77-85

Levy, Bertrand (2006) “Géographie et littérature. Une synthèse historique”, Le Globe, t. 146, 25-52.

Machado, Aquilino Ribeiro (2000) “O Alto Minho de Aquilino Ribeiro”; in “Aquilino Ribeiro no Alto Minho”; Câmara Municipal de Paredes de Coura

Mateus, Augusto e colaboradores (2012) “Plano de Desenvolvimento do Alto Minho – Desafio 2020. Diagnóstico Estratégico”; Comunidade Intermunicipal do Alto Minho – CIM

Mattoso José e Suzanne Daveu (2010) “Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões”; Círculo de Leitores. Temas e Debates;

Mendes, Manuel (1960) “Aquilino Ribeiro. A Obra e o Homem”; Edições Arcádia”

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2007) “Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território – Relatório”;

Moreira, Fernando João (2008) “O Turismo e os Museus nas Estratégias e nas Práticas de Desenvolvimento Territorial”; Dissertação apresentada para a obtenção do Grau de Doutor em Museologia no Curso de Doutoramento em Museologia, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Arquitectura, Urbanismo e Artes;

Moreira, Fernando João de Matos (2009) “O potencial do turismo em espaço rural para o desenvolvimento dos territórios», comunicação apresentada no Seminário *Turismo e Território. Dinâmicas e Desenvolvimento*, realizado na ESHTe - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, em 5 de Maio de 2009 (não publicado).

Moreira, Maria Eugénia e Carlos Neto (2005) “A vegetação Natural”; in “Geografia de Portugal 1 – O Ambiente Físico”; Direcção Carlos Alberto Medeiros, Circulo de Leitores

Monteiro, Ana, Dália Azevedo et Al (2002) “Estudo sobre a organização macro-económica e territorial do Alto Minho: cenários e perspectivas. Parte 1- Diagnóstico”; Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Pereira, Ana Ramos, Catarina Ramos, et Al (2000) “Contrastes Espaciais Concelhios de algumas componentes ambientais em Portugal Continental”; Centro de Estudos Geográficos: Linha de Investigação em Dinâmica Litoral e Fluvial (DILIF -1), Lisboa

Pereira, Andrade et Al. (2008) “Serra d’Arga: a marca como vector de desenvolvimento”; Actas d Colóquio Ibérico de Estudos Rurais; Coimbra; 23-25 de Outubro

Pérez, Xerardo Pereiro (2009) “Turismo Cultural, Uma Visão Antropológica”; Colección Pasos Edita

Portugal, Turismo (2011) “Plano Estratégico Nacional do Turismo – Proposta para Revisão no horizonte 2015 – Versão 2.0”

Portugal, Turismo (2009) “Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural. A Oferta e a Procura -2008”; Direcção de Estudos e Planeamento Estratégico/ Departamento de Informação Estatística

Portugal, Turismo (2007) “Plano Estratégico Nacional do Turismo”; versão incorporando as decisões do Governo Português tomadas na Resolução de Conselho de Ministros nº 61/2007, de 13-02-2007.

Queiroz, Ana Isabel (2012) “Guias das Aves de Aquilino Ribeiro”; Boca Ciência e Arte

Queiroz, Ana Isabel (2010) “Convite para as paisagens literárias urbanas”; Workshop de Investigação “As cidades”; Fundação Calouste Gulbenkian,

Queiroz, Ana Isabel (2009) “A Paisagem de Terras do Demo”; Esfera do Caos

Ribeiro, Aquilino (2007) “A Casa Grande de Romarigães”; Bertrand Editora;

Ribeiro, Aquilino (2012) “Arcas Encoiradas”; Bertrand Editora;

Ribeiro, Orlando (1986) “Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico”; Livraria Sá da Costa; 4ª Edição

Thibaud, Jean-Paul (1997) “L’expression littéraire des silences de la ville”. La Création Sociale, Centre de Sociologie des Représentations et des Pratiques Culturelles, 1997, nº2, pp. 45-70.

Trigueiros, Luís Forjaz (1967) “O Minho. Antologia da Terra Portuguesa”; Bertrand Editora; 2ª Edição



ANEXOS

7.1.

Considerando ainda que se torna necessário estabelecer a forma de transição para a nova carreira de enfermagem:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 133/84, de 2 de Maio, o seguinte:

1.º A transição para a nova carreira de enfermagem do quadro do pessoal civil da Marinha efectua-se de acordo com o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 133/84 e tem efeitos retroactivos desde 7 de Maio de 1984.

2.º Os encargos resultantes da aplicação deste diploma são satisfeitos, no corrente ano, por conta das dotações orçamentais atribuídas à Marinha para pagamento de vencimentos de pessoal civil.

Ministério da Defesa Nacional.

Assinada em 17 de Dezembro de 1985.

O Ministro da Defesa Nacional, *Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

SECRETARIA DE ESTADO DO TESOURO

Portaria n.º 3/86

de 3 de Janeiro

A Portaria n.º 552-A/85, de 8 de Agosto, determinou as taxas a aplicar aquando da amortização dos certificados de aforro emitidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 43 453, de 30 de Dezembro de 1960.

Tendo-se verificado uma diminuição nas taxas de juro praticadas no mercado financeiro, torna-se necessário proceder a uma alteração das taxas de juro dos certificados de aforro.

Assim:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Tesouro, o seguinte:

1.º O valor do reembolso dos certificados de aforro a emitir ao abrigo das disposições da presente portaria será calculado à taxa anual de 19,5 % durante o primeiro ano de vida de cada certificado.

2.º A taxa de juro anual aplicável a partir do fim do primeiro ano de vida de cada certificado será a taxa de referência fixada nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 311-A/85, de 30 de Julho, que estiver em vigor no início de cada ano de vida desses certificados, abatida do diferencial de 2,5 %.

3.º Por cada ano de vida de cada certificado além do primeiro, a taxa a que se refere o número anterior irá sendo acrescida de 0,5 % em cada ano, até ao quinto ano.

4.º Aos certificados de aforro emitidos na vigência da Portaria n.º 552-A/85, de 8 de Agosto, que solicitem a amortização a partir de 1 de Março de 1986 aplicar-se-ão as taxas constantes da tabela anexa à Portaria n.º 101-B/85, de 15 de Fevereiro, até completarem 5 anos de vida a partir da data da sua emissão.

5.º A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Secretaria de Estado do Tesouro.

Assinada em 13 de Dezembro de 1985.

O Secretário de Estado Adjunto do Ministro das Finanças e do Tesouro, *José Alberto Tavares Moreira*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Instituto Português do Património Cultural

Decreto do Governo n.º 1/86

de 3 de Janeiro

Em conformidade com os artigos 2.º, 24.º e 30.º do Decreto n.º 20 985, de 7 de Março de 1932, o n.º 1 do § 1.º do artigo 19.º do Decreto n.º 46 349, de 22 de Maio de 1965, o n.º 1 do artigo 1.º e o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/78, de 7 de Janeiro, a alínea a) do artigo 2.º e a alínea a) do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de Abril, e o artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto:

O Governo decreta, nos termos da alínea g) do artigo 202.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º São classificados como monumentos nacionais os seguintes imóveis:

Distrito de Braga:

Concelho de Barcelos:

Monumento castrejo de Santa Maria de Galegos, Barcelos.

Concelho de Braga:

Termas romanas de Maximinos, Colina de Maximinos, Braga.

Distrito de Leiria:

Concelho da Nazaré:

Igreja de São Gião, situada na Quinta de São Gião, Nazaré.

Distrito do Porto:

Concelho de Marco de Canaveses:

Área arqueológica do Freixo.

Distrito de Viana do Castelo:

Concelho de Melgaço:

Ponte Nova ou da Cava da Velha, na freguesia de Castro Laboreiro.

Art. 2.º São classificados como imóveis de interesse público os seguintes imóveis:

Distrito de Aveiro:

Concelho de Oliveira de Azeméis:

Capela de Nossa Senhora da Ribeira, seus retábulos e esculturas, na freguesia de Pinheiro da Bemposta.

Distrito de Beja:

Concelho de Almodôvar:

Igreja do Rosário, aldeia do Rosário.

Concelho de Moura:

Atalaia Magra, freguesia de Santo Agostinho, Moura.
Lagar de Varas do Fojo, Rua de São João de Deus, 20,
Moura.

Distrito de Braga:

Concelho de Braga:

Casa das Paivas ou Casa da Roda, Braga.
Casa da Pereira, na freguesia de Dume.
Igreja de São Vicente, Braga.

Concelho de Esposende:

Caastro de São Lourenço, na freguesia de Vila Chã.
Estação arqueológica — Cidade de Belinho, na freguesia de Belinho.
Ponte metálica de Fão, sobre o rio Cávado, na estrada nacional n.º 13.

Concelho de Fafe:

Casa do Santo Velho, Fafe.
Casa de Santo Ovídeo, Fafe.

Concelho de Vila Verde:

Castro do Barbudo, no Monte do Castelo, freguesia de Barbudo e Carreivas.

Distrito de Bragança:

Concelho de Bragança:

Castro de Ciragata, na freguesia de Parada.
Capela da Senhora da Idera (rufnas), Cova da Lua, freguesia de Espimbosela.
Convento e Igreja de São Francisco, Bragança.
Edifício e jardim do antigo Paço Episcopal, onde se encontra instalado o Museu do Abade de Baçal, Bragança.

Concelho de Mirandela:

Igreja paroquial de Avantos.
Solar dos Condes de Vinhais, Mirandela.

Distrito de Castelo Branco:

Concelho de Belmonte:

Convento de Nossa Senhora da Boa Esperança, Belmonte.

Concelho da Covilhã:

Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Covilhã.
Muralhas da cidade da Covilhã.

Distrito de Évora:

Concelho de Évora:

Igreja das Mercês, Évora.
Igreja de Nossa Senhora da Boa Fé.

Concelho de Montemor-o Novo:

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Lavre.

Concelho de Reguengos de Monsaraz:

Conjunto megalítico da Herdade do Xerez.

Distrito de Faro:

Concelho de Faro:

Edifício na Rua de São Pedro, n.º 12, actual sede do Arquivo Distrital de Faro.

Concelho de Silves:

Menir dos Gregórios ou Pedra dos Cucos, sítio de Pontais, Silves.

Concelho de Tavira:

Ponte antiga sobre o rio Gilão, Tavira.

Distrito da Guarda:

Concelho de Aguiar da Beira:

Ponte portugalense sobre o rio Coja, na freguesia de Coruche.

Distrito de Leiria:

Concelho da Batalha:

Conjunto do edifício solarengo, capela e dependências anexas pertencentes às famílias Salles Zuquet e Oliveira Simões, Batalha.

Concelho do Bombarral:

Capela do Carvalhal.

Concelho de Castanheira de Pêra:

Poços da Neve e Capela de Santo António da Neve, serra da Lousã, freguesia do Coentral.

Distrito de Lisboa:

Concelho de Lisboa:

Antiga Igreja do Convento dos Capuchos, bem como a boca da cisterna revestida a azulejo existente num dos pátios do hospital e ainda todas as dependências decoradas com lambrins de azulejo, incluindo o claustro e a escadaria nobre, Lisboa.
Antigo Colégio dos Meninos Órfãos, Recolhimento do Amparo, na Rua da Mouraria, 64, Lisboa.
Casa situada na Avenida de Sidónio Pais e Avenida de António Augusto de Aguiar, 3-D (casa do Sr. Artur Prat, actualmente sede da Ordem dos Engenheiros), Lisboa.
Central Tejo, zona de Belém, Lisboa.
Edifício do *Diário de Notícias* na Avenida da Liberdade, 226-226-A, Lisboa.
Igreja de Nossa Senhora da Porciúncula, do Convento dos Barbadinhos, Calçada dos Barbadinhos, Lisboa.

Concelho de Mafra:

Igreja de São Miguel e cruzeiro do século XVII, no adro da mesma, freguesia do Milharado.

Distrito de Portalegre:**Concelho de Arronches:**

Abrigo Pinho Monteiro, Herdade de Monte Novo, freguesia de Esperança.

Distrito do Porto:**Concelho do Porto:**

Igreja de São Martinho de Lordelo, na freguesia de Lordelo do Ouro.

Concelho da Póvoa de Varzim:

Edifício na Rua do Viscinde e Rua da Amadinha conhecido por Solar dos Carneiros (actual Museu Municipal), Póvoa de Varzim.

Concelho de Santo Tirso:

Casa e Quinta de Dinis de Cima, na freguesia de Santa Cristina do Couto.

Distrito de Santarém:**Concelho de Mação:**

Castelo Velho, Caratão.

Concelho de Torres Novas:

Igreja da Misericórdia de Torres Novas.

Concelho de Vila Nova da Barquinha:

Igreja da Misericórdia de Tancos.

Distrito de Viana do Castelo:**Concelho de Caminha:**

Estação arqueológica do Alto do Coto da Pena, na freguesia de Vilarelho.

Concelho de Melgaço:

Casa da Quinta da Calçada, em Melgaço.
Capela de São Julião, na freguesia de Melgaço.
Ponte das Cainheiras, na freguesia de Castro Laboreiro.

Ponte de Dorna, na freguesia de Castro Laboreiro.
Ponte de Varziela, na freguesia de Castro Laboreiro.

Concelho de Monção:

Casa das Rodas, na freguesia de Monção.
Igreja de Santo António dos Capuchos, em Monção.

Concelho de Paredes de Coura:

Casa Grande de Romarigães (conjunto formado pela casa, anexos de função rural e Capela do Amparo).
Solar das Antas, no lugar das Antas, freguesia de Rubiães.

Concelho de Ponte de Lima:

Casa do Outeiro, com a sua capela, os terreiros, portão, cruzeiro e aqueduto, no lugar de Santo Ovídeo, freguesia de Santa Maria de Arcozelo.

Distrito de Vila Real:**Concelho de Boticas:**

Castro de Cabeço, na freguesia da Granja.

Concelho de Chaves:

Castelo do Mau Vizinho ou dos Mouros, na freguesia de Cimo da Vila da Castanheira.

Concelho de Ribeira de Pena:

Estação de arte rupestre de Lamelas, na freguesia de São Salvador.

Concelho de Guimarães:

Casa das Rótulas, Guimarães.

Distrito de Évora:**Concelho de Montemor-o-Novo:**

Menires da Pedra Longa, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Distrito de Leiria:**Concelho da Batalha:**

Capela de Santo António, no lugar de Casal Vieiro, freguesia de São Mamede.

Distrito de Portalegre:**Concelho de Gavião:**

Anta do Penedo Gordo, Torre Fundeira, freguesia de Belver.
Ermida de Nossa Senhora do Pilar, na freguesia de Belver.
Ponte antiga de pedra sobre a ribeira da Venda, Herdade da Comenda, freguesia de Comenda.

Distrito do Porto:**Concelho do Porto:**

Capela do Senhor e Senhora da Ajuda, na freguesia de Lordelo do Ouro.

Concelho de Vila do Conde:

Edifício conhecido por «Palacete Melo», Avenida de Bento de Freitas, 460, Vila do Conde.

Concelho de Valpaços:

Castro da Lama de Ouriço, no topo do Cabeço da Muralha, freguesia de Vilarandelo.
Castro de Vilanova, no cabeço do Alto da Cividade, freguesia de Santiago de Alhariz.
Castro de Vilarandelo, no Alto da Muradela, freguesia de Vilarandelo.
Conjunto formado pela ponte e alminhas, em Vale de Casas, freguesia de Valpaços.

Distrito de Viseu:**Concelho de Viseu:**

Capela de São João da Carreira, na freguesia de São José, Viseu.

Art. 3.º São classificados como valores concelhios os seguintes imóveis:

Distrito de Braga:

Concelho de Braga:

Capela e Recolhimento da Caridade, na Rua do Carmo, Braga.

Concelho de Fafe:

Palácio conhecido como da Companhia de Fiação de Fafe e jardim, na Rua de José Cardoso Vieira de Castro.

Casa ou Solar da Luz, freguesia de Fornelos.

Distrito de Vila Real:

Concelho de Boticas:

Capela de Atilhó ou de Santa Margarida, na freguesia de Alturas do Barroso.

Concelho de Vila Real:

Capela do Espírito Santo ou do Bom Jesus do Hospital, Vila Real.

Distrito de Viseu:

Concelho de Mangualde:

Casa do São Cosmado, próxima da quinta do mesmo nome, na freguesia de Mangualde.

Concelho de Sernancelhe:

Fonte sita na freguesia de Ferreirim.

Mário Soares — Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete — António Antero Coimbra Martins.

Assinado em 18 de Dezembro de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 19 de Dezembro de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 4/86

de 3 de Janeiro

O Regulamento do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos, aprovado pela Portaria n.º 340/85, de 5 de Junho, prevê no n.º 1 do artigo 39.º que a composição do conselho consultivo compreenda os elementos referenciados nas alíneas a), b), c), d) e e).

A deficiente redacção imprimida ao n.º 2 do mesmo artigo tornou inoperante o preceituado anteriormente,

pelo que se mostra necessário promover de imediato a adequada regularização legislativa por forma a repor a unidade do preceito.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 50.º do Regulamento do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos, aprovado pela Portaria n.º 340/85, de 5 de Junho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Secretário de Estado da Segurança Social, aprovar o seguinte:

1.º O n.º 2 do artigo 39.º do Regulamento do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Banca dos Casinos, aprovado pela Portaria n.º 340/85, de 5 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

Constarão de regulamento, a propor pela Caixa de Previdência, as normas por que se rege a designação dos membros do conselho consultivo referidos nas alíneas b), c), d) e e) do n.º 1.

2.º Os efeitos do disposto no n.º 1.º retrotrairão à data da entrada em vigor daquela portaria.

Secretaria de Estado da Segurança Social.

Assinada em 2 de Dezembro de 1985.

O Secretário de Estado da Segurança Social, *José Nobre Pinto Sancho.*

Despacho Normativo n.º 1/86

Os valores mensais atribuídos à alimentação e alojamento, quando integram a remuneração de trabalho para efeitos de incidência de contribuições para a Segurança Social, são, nos termos do princípio estabelecido pelo n.º 3 do Despacho Normativo n.º 31/83, de 27 de Janeiro, anualmente actualizados, tendo por base a variação dos índices de preços no consumidor verificados no ano anterior.

Visa, assim, este diploma proceder à referida actualização a partir da consideração moderada dos valores médios do crescimento dos preços.

Nestes termos, ao abrigo do artigo 201.º do Decreto n.º 45 266, de 23 de Setembro de 1963, determino o seguinte:

1 — Para efeitos de contribuição para a Segurança Social e subsequente cálculo dos benefícios, devem ser atribuídos à alimentação e ao alojamento, quando integram a remuneração do trabalho, os valores mensais a seguir indicados, sempre que em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho não sejam fixados quantitativos superiores:

- a) Alimentação — 6120\$;
- b) Alojamento — 4200\$;
- c) Alojamento e alimentação — 8400\$.

2 — Nos casos em que da remuneração faça parte integrante apenas uma refeição principal deve ser atribuído à alimentação, para os efeitos referidos no número anterior, o valor mensal de 3700\$.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1986.

Secretaria de Estado da Segurança Social, 2 de Dezembro de 1985. — O Secretário de Estado da Segurança Social, *José Nobre Pinto Sancho.*

7.2.

Pesquisa de Património

Casa Grande de Romarigães (conjunto formado pela casa, anexos de função rural e Capela do Amparo) - detalhe

Designação

Designação

Casa Grande de Romarigães (conjunto formado pela casa, anexos de função rural e Capela do Amparo)

Outras Designações

-

Categoria / Tipologia

Arquitetura Civil / Conjunto

Inventário Temático

-

Localização

Divisão Administrativa

Viana do Castelo / Paredes de Coura / Romarigães

Endereço / Local

--

Romarigães

0000 000 -

Protecção

Situação Actual

Classificado

Categoria de Protecção

Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público

Cronologia

Decreto n.º 1/86, DR, I Série, n.º 2, de 3-01-1986 ([ver Decreto](#))

ZEP

-

Zona "non aedificandi"

-

Abrangido em ZEP ou ZP

Não

Abrangido por outra classificação

Não

Património Mundial

-

Descrições

Nota Histórico-Artística

A classificação da Casa Grande de Romarigães, cuja designação é homónima do muito conhecido romanço de Aquilino Ribeiro incluí, para além da casa, os anexos rurais, a igreja dedicada a Nossa Senhora do Amparo, de interessante fachada barroca, e a propriedade, delimitada pelo muro onde se abre um portão brasonado.

A construção da casa deverá ter tido início na segunda década do século XVII, época em que se instituiu o vínculo de Nossa Senhora do Amparo. Depois de algumas vicissitudes, a quinta foi adquirida em processo judicial pelo Par do Reino, Conselheiro Miguel de Antas, à família Meneses de Montenegro. A propriedade só viria a conhecer uma intervenção de restauro no século XX, quando, depois de ter passado pela posse do genro de Bernardino Machado (Presidente da primeira República), foi herdada pela mulher de Aquilino Ribeiro (CUNHA, 1909). É o próprio que nos relata, no prefácio que escreveu ao seu romanço, como a casa estava em mau estado e como, no decorrer das obras, encontrou uma série de documentação que o levariam a escrever a "Casa Grande de Romarigães: "Quando se procedeu ao

restauro da Casa Grande, que foi solar dos Meneses e Montenegros, houve que demolir paredes de côvado e meio de bitola em que há um século lavrava a ruína, ocasionando-lhes fendas por onde entravam os andorinhões de asas abertas e desníveis com tal bojo que a derrocada parecia por horas. Num armário, não maior que o nicho dum santo, embutido na ombreira da janela, que a portada, em geral aberta, dissimulava atrás de si, encontrou-se uma volumosa rima de papéis velhos".

Junto ao portão encontra-se, de um lado, uma casa de dois pisos, de planta quadrada e, do outro, a igreja. Esta, foi edificada em data próxima de 1700, constituindo, a sua fachada, um dos elementos mais destacados do conjunto. É delimitada por pilastras rematadas por pináculos, nos cunhais, e ao centro abre-se um portal de verga recta, flanqueado por janelas idênticas mas com frontão de volutas. Correspondem-lhes, no registo superior, três nichos com imagens e um óculo central, profusamente decorado. A empena é interrompida pelo campanário, de planta quadrada, que coroa todo o conjunto, acentuando o eixo central. Uma referência para os elementos decorativos aplicados no alçado, que formam motivos diversos (carrancas, volutas...) e que contribuem para a sensação de interligação entre todos os elementos (portal, janelas, nichos..), acentuando um quase "horror ao vazio", que ganha maior complexidade na zona superior da fachada.

Por sua vez, o portão, definido por pilastras almofadadas, é posterior, denotando uma linguagem mais próxima do rococó, terminando em frontão ondulado e ostentando as armas da família proprietária da quinta.

Actualmente, têm vindo a público notícias sobre o eventual restauro da propriedade, com o objectivo de aí instalar o espólio do escritor, a ser doado por seu filho, e criar uma espécie de centro de estudos aquilínianos (Correio da Manhã, 29/06/2000).

(Rosário Carvalho)

Imagens



Bibliografia

Título
"No Alto Minho. Paredes de Coura, 1909 (2ªed. 1979)"
Local
Braga

Data
1979
Autor(es)
CUNHA, Narcizo Cândido Alves da

Título
"Alto Minho"
Local
Lisboa
Data
1987
Autor(es)
ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de

Título
""Espólio de Aquilino fica em Paredes de Coura", Correio da Manhã"
Local
Lisboa
Data
2000
Autor(es)
-

7.3.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO

Número _____ / XII (1ª)

PERGUNTA

Número 622 / XII (1ª)

Expeça-se

Publique-se

14 / 09 / 2011

O Secretário da Mesa

Assunto: **O estado da Casa Grande de Romarigães**

Destinatário: **Secretaria de Estado da Cultura**

Exma. Sra. Presidente da Assembleia da República

«Os corvos, que naquela manhã cortavam de estafeta da serra da Arga para a Labruja e viram aquela lidairada na veiga de Romarigães, crocitaram:

— Teremos outra vez guerra?!

Na mata, os picanços e rincha-cavalinhos despediram para outras paragens. Calaram-se as rolas nas corutas dos pinheiros e as poupas ficaram de sobreaviso, pentes ao alto como sevilhanas em praça de toiros. Arredaram os pastores com os gados dali para longe, perplexos: — Então havemos de ir embora? Para sempre? — Sim senhor, para sempre, esta terra agora é do Licenciado Rev. Gonçalo da Cunha!

De facto, uma turma de homens, munidos de alavancas, pás e picaretas. rompia uma pedreira nos flancos do monte. Outra tratava a sul de abrir os caboucos do muro que havia de cingir a fazenda adquirida no couto do visconde de Vila Nova de Cerveira.

Práticos em castrametação agrícola riscaram a linha circundante, bem como estabeleceram a melhor área para o solar, quartéis de servos e estábulos. A tudo presidia o novo proprietário, febril, activo, previdente, não olhando a despesas, tanto mais que acabava de receber em termos de Insalde a herança choruda duma tia, que se dignara fazê-lo legatário universal e entrar no paraíso, lugar para onde não deixa de ir quem dá ao seu semelhante um alegrão destes.»

(A Casa Grande de Romarigães — Crónica romanceada)

Começa por ser estranho que, no entroncamento da EN 201 que dá acesso a Romarigães, não haja uma placa/painel a informar o transeunte que ali próximo está a Casa Grande de Romarigães, que mestre Aquilino Ribeiro imortalizou como título de um dos seus mais notáveis romances da sua extensa e riquíssima bibliografia.

Mas, mais estranho e lamentável é que a Casa Grande de Romarigães permaneça, o que acontece



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

há décadas, num incompreensível estado de degradação, para lá de outros sinais (alumínio na caixilharia das janelas) de injustificável desprezo público por um património de elevado valor simbólico.

Nenhuma outra terra, deste nosso País, se pode orgulhar de ter o seu nome num livro daquele que é dos seus maiores escritores.

Lá estão na parede fronteira da Casa, placas a dizer a quem passa na estrada, que não é por ignorância que o problema se arrasta, sem solução, há anos — Câmara Municipal de Paredes de Coura/1985; visita de alunos da Escola Martins Sarmiento, de Guimarães/1985 e Presidência Aberta de Mário Soares, em 1992!

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Secretário de Estado da Cultura nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que explicações/justificações existem para a situação e estado da Casa Grande de Romarigães?
2. Há algum projecto/ideia/perspectiva da Secretaria de Estado/ex-Ministério da Cultura para a sua recuperação e lançamento de Centro de Interpretação sobre a obra de Aquilino Ribeiro e o Minho?
3. Que verbas podem ser disponibilizadas para que haja iniciativa municipal (ou de outra entidade) para remediar, tão prontamente quanto possível, o que é um manifesto e inaceitável comportamento dos poderes públicos para com o importante património material e simbólico que a Casa Grande de Romarigães representa?

Palácio de S. Bento, 14 de Setembro de 2011

Os Deputados:

Agostinho Lopes

Honório Novo



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade

Ofº nº 2180/SEAPI - 14 Outubro 2011

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência **S/comunicação de** **N/referência** **Data**

ASSUNTO: **RESPOSTA À PERGUNTA N.º 622/XII/1.ª**

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 1883 de 14 de Outubro do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Cultura, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

MO



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Secretário de Estado da Cultura

1883 14-10 '11

Proc. 01.02.01 (PCP)

Exma. Senhora
Chefe de Gabinete de Sua Excelência a
Secretária de Estado
Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Dr.ª Marina Resende
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

ASSUNTO: Pergunta N.º 622/ XII/ 1ª apresentada pelos Deputados Agostinho Lopes e Honório Novo do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português relativo ao "Estado da Casa Grande de Romarigães".

Exma. Senhora,

Em resposta ao V. ofício n.º 1384/SEAPI de 15 de Setembro de 2011, encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura de prestar os seguintes esclarecimentos:

A Casa Grande de Romarigães não é propriedade do Estado, nem se encontra afecta a qualquer organismo da Administração Central/Cultura. São competências dos proprietários zelar pela conservação dos seus bens, sejam eles classificados ou não.

A Direcção Regional de Cultura do Norte (DRCN) concede apoio técnico sempre que solicitado, quer por privados quer pelos órgãos de poder local. Neste caso não existem registos de qualquer solicitação nesse sentido.

Não obstante a DRCN irá promover uma reunião com a Câmara Municipal de Paredes de Coura, colocando-se à disposição para colaborar numa procura de solução.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

Rui Mateus Pereira














7.4.



PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA

LEGENDA

CARTA DE ORDENAMENTO



	Espaços Urbanos		Espaços Agrícolas
	Espaços Urbanizáveis		Áreas Agrícolas
	Espaços de Construção Condicionada		Espaços Florestais
	Espaços Industriais		
	Espaços Naturais		Espaços Culturais
	Uso Natural		Imóveis Classificados
	Uso Florestal		Imóveis a Classificar
	Praia Fluvial / Parque de Campismo		Via Estruturante Proposta



(x,y): -41420,3;243242,62

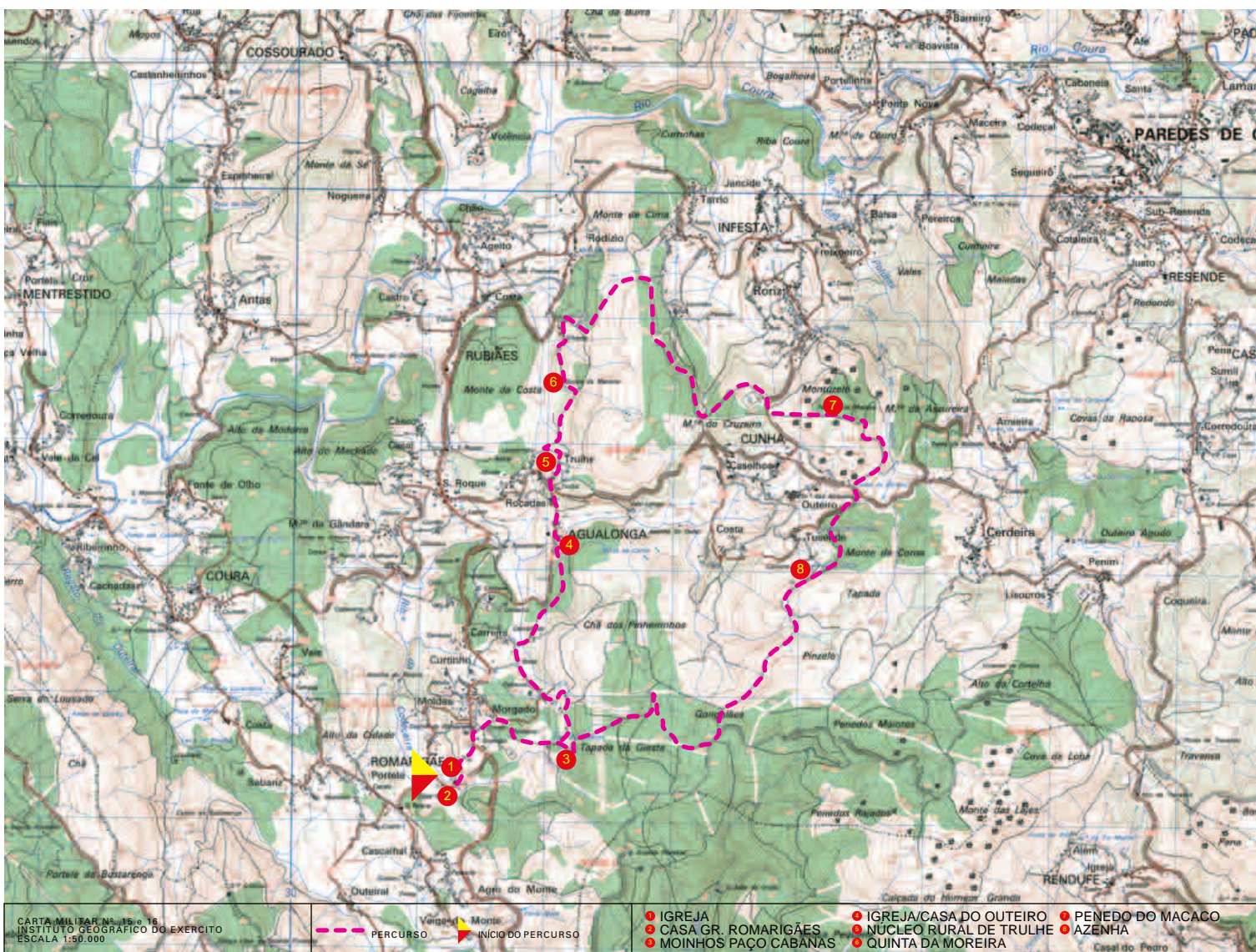
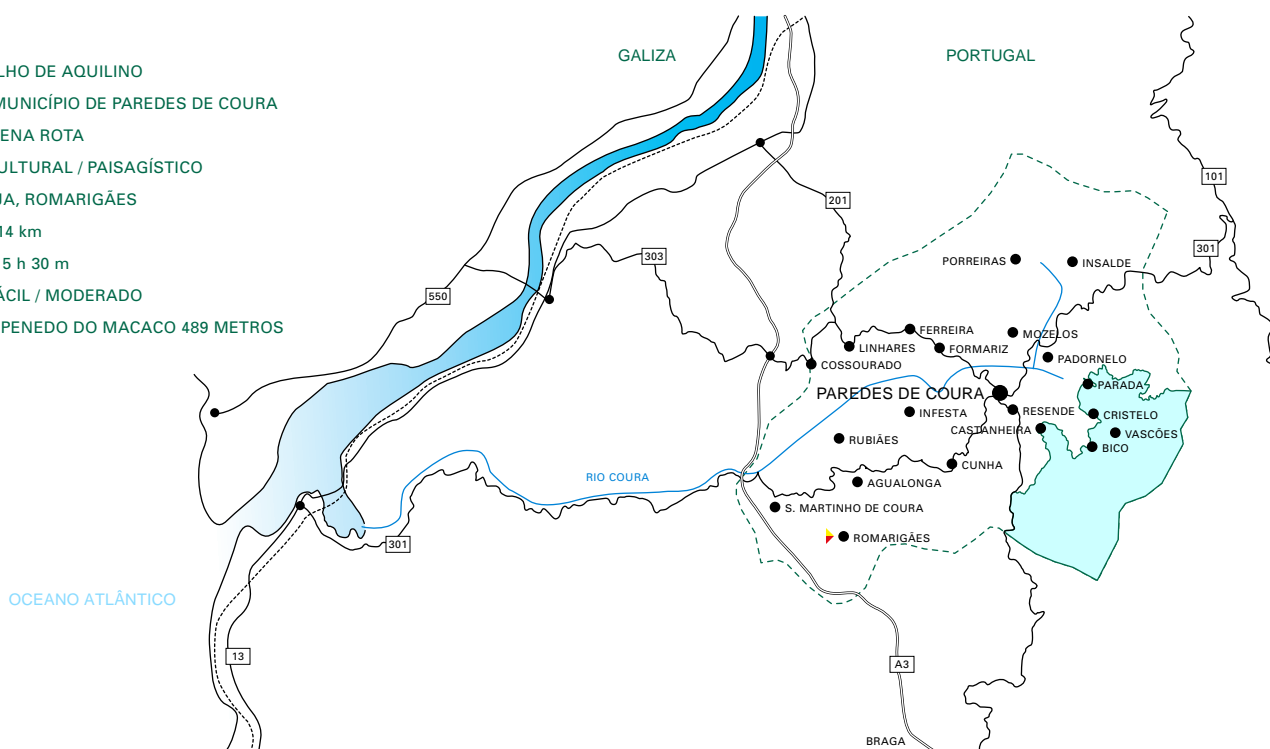
O fornecimento desta planta não implica qualquer compromisso quanto à aprovação da obra que vier a ser requerida ou à concessão da respectiva licença.

É da inteira responsabilidade do requerente a marcação da pretensão, sem a qual esta planta não tem qualquer validade.

		PLANO DIRECTOR MUNICIPAL Extracto da Carta de Condicionantes		N.º Impressão: 2913	
		Técnico:	Guia n.º	Data: 27-08-2010	
		Requerente:	Escala: 1:10 000	O Funcionário:	
		Prédio (Artigo n.º):			
		Lugar: Moldes	Freguesia: Romarigães		

7.5.

NOME DO PERCURSO TRILHO DE AQUILINO
ENTIDADE PROMOTORA MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA
TIPO DE PERCURSO PEQUENA ROTA
ÂMBITO DO PERCURSO CULTURAL / PAISAGÍSTICO
PONTO DE PARTIDA IGREJA, ROMARIGÃES
DISTÂNCIA PERCORRIDA 14 km
DURAÇÃO DO PERCURSO 5 h 30 m
GRAU DE DIFICULDADE FÁCIL / MODERADO
COTA MÁXIMA ATINGIDA PENEDO DO MACACO 489 METROS



REGULAMENTO

Não saia do percurso marcado e sinalizado. Preste atenção às marcações.
 Evite fazer ruídos e barulhos.
 Respeite a propriedade privada. Feche portões e cancelas, não danifique as culturas.
 Não abandone o lixo.
 Cuidado com o gado. Não incomode os animais.
 Deixe a Natureza intacta. Não recolha plantas, animais ou rochas.
 Faça fogo apenas nos locais destinados para o efeito.
 Evite andar sozinho na montanha.
 Guarde o máximo cuidado nos dias de nevoeiro.
 Utilize sempre botas de montanha, impermeável e um chapéu.

PR PERCURSO PEDESTRE
 TRILHO DE AQUILINO - 14 km
 IGREJA D'AGUALONGA - 3 km

Placa de indicação de início do Percurso.
PR significa que se trata de um percurso pedestre de Pequena Rota da Rede Municipal de Percursos Pedestres de Paredes de Coura.



CÂMARA MUNICIPAL	251 780 100
POSTO DE TURISMO	251 783 592
PPCB	251 780 100
MUSEU REGIONAL	251 780 122
CENTRO CULTURAL	251 780 124
PISCINAS	251 780 102
BOMBEIROS	251 780 300
CENTRO DE SAÚDE	251 780 320
GNR	251 782 123
PROTECÇÃO À FLORESTA	117
SOS	112

**PR**

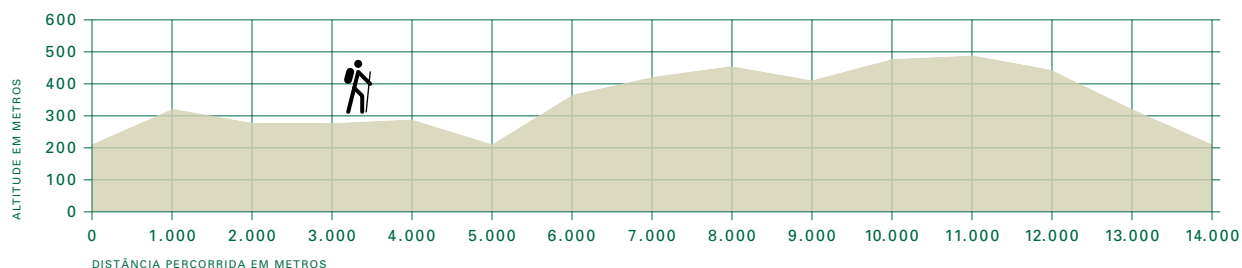
TRILHO DE AQUILINO PERCURSO PEDESTRE

REDE MUNICIPAL
DE PERCURSOS PEDESTRES
DE PAREDES DE COURA



REPRODUÇÃO INTERDITA

TEXTOS, FOTOS, LEVANTAMENTO, MARCAÇÃO E SINALIZAÇÃO: CLUBE CELTAS DO MINHO.
ZEGRAFICDESIGN
ABRIL 2005



O TRILHO DE AQUILINO é um percurso integrado na Rede Municipal de Percursos Pedestres de Paredes de Coura. Trata-se de um percurso marcado segundo as directrizes internacionais. Envolve as freguesias de Romarigães, Agualonga, Infesta, Rubiães e Cunha.

A este percurso foi dado o nome do célebre escritor português Aquilino Ribeiro, que calcorreou estas “Terras de Coyra” quando residia na antiga casa solarenga do Amparo, em Romarigães e que se tornou famoso com a sua obra prima “A Casa Grande de Romarigães”. Cabe salientar, pela sua importância histórica, que o nome da freguesia de Romarigães, deriva de Romariganes do antropónimo de origem goda “Romarigus” ou “Romariz”, o mesmo que dizer descendente de Romarigo ou Romariguez. O nome da freguesia já consta no Códice da Divisão dos Condados de Entre-Douro e Minho, de 1026. A antiguidade desta freguesia é também confirmada pela toponímia existente, tais como Portela da Camboa, Alto da Cidade, Castro e Couto do Ouro.

Este percurso parte da igreja paroquial de Romarigães, junto à famosa Casa Grande. Contornando a igreja, viramos à direita em direcção ao lugar de Boavista, onde podemos admirar um conjunto de moinhos, seguindo caminho até ao aglomerado. Daqui, o trajecto faz-se pelos caminhos de servidão aos campos de cultivo e de pastagem que nos conduzem ao lugar da Breia, em Agualonga. Junto ao cruzeiro, viramos à direita para o lugar de Carvalhido, onde, tomando um caminho pela esquerda, seguimos por entre uma mancha florestal mista de carvalhos e pinheiro-bravo, que nos levará a desembocar na estrada. Aqui, podemos apreciar um moinho, bem como a casa senhorial do Outeiro, em Agualonga. Seguindo em frente, passamos pela igreja paroquial desta freguesia e daí subimos em direcção ao lugar de Trulhe.

Saindo do lugar, avistamos, à nossa esquerda, um bosque de cedros, pseudotsugas e carvalhos. Seguindo um caminho em terra que nos conduzirá à Quinta da Moreira, em Rubiães, continuamos em direcção ao lugar de Silverto, para tomar o percurso que nos levará a um conjunto de blocos graníticos, conhecido por Penedo do Macaco. Iniciando a descida e ladeando o monte, chegamos à estrada. Seguimos um caminho que, passado algum tempo, nos levará a entrar numa mancha florestal de elevada beleza e de destacada importância ecológica. Caminhando na via aberta pelo gasoduto, encontramos um cruzamento, onde viramos à esquerda, para seguirmos o caminho que nos levará aos moinhos do Poço das Cabanas, para, posteriormente, sairmos do lugar onde teve início este passeio nos trilhos de Aquilino Ribeiro.



Igreja Paroquial de Agualonga.



Pastagens.



Eira comunitária de Porneiras.